

**PLANO DE GESTÃO
INTEGRADA DOS
RESÍDUOS SÓLIDOS
DO CIM-AMAVI
VOLUME II – PROGNÓSTICO
E PROPOSIÇÕES**

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ



PROPOSIÇÕES PGIRS

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI

VOLUME II – PROGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES

ELABORAÇÃO:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS
MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI**

DIRETORIA 2012

Presidente: Jocelino Amâncio – Pouso Redondo

Vice-Presidente: Erimar José Senem – Petrolândia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nilson Francisco Stainsack – Presidente Getúlio

Ademar Dalfovo – Taió

Valdemiro Avi – Laurentino

CONSELHO FISCAL

Braz Bilck – Atalanta

Fridolino Nitz – Witmarsum

Eudegar José Back – Presidente Nereu

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Agostinho Senem

EQUIPE TÉCNICA

Gabriel Soldatelli Murara – Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Wilando Sérgio Kurth – Ecólogo

Fabiana Meurer - Arquiteta e Urbanista

Gustavo Leonardo Wloch – Arquiteto e Urbanista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....07

CAPITULO 02 – PROGNÓSTICO

2.1. GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS DO CIM-AMAVI.....10

2.1.1. Conceitos.....10

2.1.2. Resíduos Sólidos Urbanos – RSU.....12

2.1.3. Resíduos da Construção Civil – RCC.....15

2.1.4. Resíduos da Limpeza Pública.....17

2.1.5. Resíduos Sólidos Industriais – RSI.....18

2.1.6. Resíduos Sólidos Agrosilvopastoris (orgânicos e inorgânicos).....19

2.1.6.1. Resíduos Sólidos Agrosilvopastoris Orgânicos.....19

2.1.6.2. Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris Inorgânicos.....19

2.1.7. Resíduos do Serviço de Saúde – RSS.....20

2.1.8. Resíduos Sólidos de Mineração.....22

2.1.9. Resíduos com Logística Reversa obrigatória.....22

2.1.10. Resíduos Volumosos.....23

2.1.11. Resíduos do serviço público de saneamento básico.....23

2.1.12. Resíduos de Óleos Comestíveis.....24

2.1.13. Resíduos Comerciais.....24

2.2. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL EXISTENTE.....25

2.3. RESPONSABILIDADES QUANTO A GESTÃO DOS RESÍDUOS.....26

PROPOSIÇÕES PGIRS

2.4. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	29
---	-----------

CAPITULO 03 – PROPOSIÇÕES

3.1. CENÁRIOS INSTITUCIONAIS FUTUROS.....	34
3.1.1 Cenário 1 – Otimista.....	35
3.1.2 Cenário 2 – Intermediário.....	36
3.1.3 Cenário 3 - Desfavorável.....	37
3.2. DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS.....	38
3.2.1. Resíduos Sólidos Urbanos – RSU.....	40
3.2.2. Resíduos da Construção Civil – RCC.....	44
3.2.3. Resíduos da Limpeza Urbana.....	46
3.2.4. Resíduos Sólidos Industriais.....	47
3.2.5. Resíduos Sólidos Agrosilvopastoris (orgânicos e inorgânicos).....	51
3.2.6. Resíduos do Serviço de Saúde – RSS.....	53
3.2.7. Resíduos Sólidos de Mineração.....	55
3.2.8. Resíduos com Logística Reversa.....	57
3.2.9. Resíduos Volumosos.....	58
3.2.10. Resíduos do Serviço Público de Saneamento Básico...59	
3.2.11. Resíduos de Óleos Comestíveis.....	61
3.2.12. Resíduos Comerciais.....	62
3.2.13. Educação Ambiental.....	63
3.3. ETAPAS DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICIPIOS DO CIM-AMAVI.....	65
3.3.1. Resíduos Sólidos Urbanos.....	65

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.4. RESPONSABILIDADES QUANTO A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ADOTADAS PELO CIM-AMAVI.....	70
3.5. METAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO.....	74
3.5.1. Resíduos Sólidos Urbanos.....	75
3.5.2. Resíduos da Construção Civil.....	78
3.5.3. Resíduos Sólidos Industriais.....	81
3.5.4. Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris (orgânicos e inorgânicos).....	81
3.5.5. Resíduos de Serviços de Saúde.....	82
3.6. PROGRAMAS, AÇÕES E RECURSOS NECESSÁRIOS.....	85
3.6.1 Parque Tecnológico de Triagem, Processamento e Manejo.....	88
3.7. FONTE DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	90
3.8. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA.....	95
3.8.1. Proposta de Gestão de Resíduos Sólidos em Situações de Emergências.....	97
3.9. MEDIDAS SANEADORAS DOS PASSIVOS AMBIENTAIS.....	103
3.10. ADEQUAÇÕES NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	104
3.10.1. Código de Posturas.....	104
3.10.2. Código Tributário Municipal.....	104
3.10.3. Lei de Política Municipal de Resíduos Sólidos.....	105
3.10.4. Cobrança do Serviço de Limpeza Pública.....	105

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.11. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.....	106
3.12. PERIODICIDADE DE REVISÃO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS.....	112

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 01 – Classificação e Disposição Final dos RCC.....	16
TABELA 02 – Tabela Resumo sobre Agrotóxicos.....	20
TABELA 03 – Responsabilidade de cada tipo de resíduo.....	28
TABELA 04 – Responsabilidades quanto ao gerenciamento dos resíduos CIM-AMAVI.....	71
TABELA 05 – Critérios mínimos para Estudo Locacional.....	88
TABELA 06 – Ações Emergenciais em Situações de Emergência.....	98

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 01 – Modelo de Gestão Integrada de RSU a ser adotado.....	70
FIGURA 02 – Ações iniciais para o adequado manejo de resíduos sólidos em situações de emergência.....	97

PROPOSIÇÕES PGIRS

INTRODUÇÃO

Esta etapa do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI foi desenvolvida com base nos dados levantados no Diagnóstico realizado, e composto de um Capítulo de Prognóstico e um Capítulo de Proposições de Alternativas, ambas em total conformidade com as premissas e objetivos da Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estando em consonância com a legislação, os municípios recebem uma importante ferramenta de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, que de forma integrada com as demais municipalidades consorciadas vai subsidiar a universalização e a padronização dos serviços públicos, adequando-os à realidade ambiental, social, sanitária e econômica regional, lançando mão de tecnologias disponíveis e economicamente aplicáveis.

Foram estabelecidas Diretrizes, Estratégias e Metas focadas nas diferentes classes de resíduos sólidos gerados nos municípios. As Diretrizes tiveram como principal objetivo estabelecer um plano relacionado ao gerenciamento adequado dos resíduos. As Estratégias buscaram orientar e recomendar metodologias para o alcance das metas propostas pelo plano, sempre buscando a obtenção da máxima redução na geração, no aumento das ações de reutilização e reciclagem e o tratamento adequado para a disposição final.

As Diretrizes e Estratégias propostas foram adaptadas às realidades locais, mediante reunião com os diversos segmentos afins, e Audiência Pública, considerando ainda os dados fáticos resultantes das atividades de Diagnóstico e Prognóstico.

Sendo assim, e de acordo com a Lei Federal nº 12.305/10, apresentamos o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI, que aponta e descreve de forma sistêmica as ações

PROPOSIÇÕES PGIRS

relativas ao manejo dos resíduos sólidos produzidos na região desde sua geração até a disposição final.

Devemos entender que este Plano é dinâmico, porque também as cidades o são, e sendo assim melhorias deverão ser implementadas no decorrer dos anos e incorporadas a este instrumento quando de suas revisões.

CAPÍTULO 2 – PROGNÓSTICO

2.1. GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS DO CIM-AMAVI

Neste item inicial do Prognóstico, fazemos uma análise dos dados coletados na etapa de Diagnóstico, o que nos permite identificar a situação atual e as tendências de cada uma das variáveis levantadas, procurando compreender o papel do Consórcio e a busca de soluções integradas para os resíduos sólidos na região.

2.1.1. Conceitos

As etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos compreendem a segregação, coleta, transporte/transbordo, tratamento e disposição final, detalhadas abaixo:

a) Segregação

A segregação de resíduos sólidos consiste na operação de separação dos resíduos por classe. A atividade de segregação é apenas o início de um longo ciclo de gestão dos resíduos sólidos para o seu pleno aproveitamento.

Esta ação tem como finalidade evitar a mistura dos resíduos objetivando facilitar e promover a reutilização, reciclagem, aproveitamento energético destes, reinserindo-os novamente em ciclos produtivos e comerciais e como consequência principal, minimizar os gastos públicos relacionados à destinação final e à extração de matéria prima para a produção de novos produtos.

O ideal é que os resíduos sejam segregados na fonte. Após a coleta a segregação deve acontecer em galpões próprios para esta prática.

PROPOSIÇÕES PGIRS

b) Coleta/Transporte

A operação de coleta engloba o recolhimento dos resíduos sólidos em seu ponto de geração ou em pontos previamente definidos e o trajeto percorrido até o local de transbordo ou de destinação final.

c) Transbordo

A idéia básica de uma estação de transbordo é a de transportar o resíduo a uma estação central de descarga para que sejam levados posteriormente, através de meios adequados, aos pontos de tratamento ou disposição final.

Com esta proposta se consegue diminuir os custos do sistema de coleta ao minimizar os custos de transporte e ao reduzir o tempo perdido ocasionado pela transferência até a estação ou aterro.

d) Tratamento

O tratamento de resíduos consiste no conjunto de métodos e operações necessárias para respeitar as legislações aplicáveis aos resíduos, desde a sua produção até o destino final com o intuito de diminuir o impacto negativo na saúde humana, assim como no ambiente. Pode consistir numa deposição final, ou um tratamento intermediário, que diminua a periculosidade dos mesmos, possibilitando a sua reutilização, reciclagem ou compostagem.

As vantagens do tratamento de resíduos sólidos são de ordem ambiental e econômica. No caso dos benefícios econômicos, a redução dos custos com a disposição é a vantagem econômica que mais se sobressai.

O tratamento do resíduo pode ser feito em dois processos:

- Segregar os diversos componentes existentes tanto na fonte de

PROPOSIÇÕES PGIRS

geração como em unidade central de triagem, tanto por processos manuais como mecanizados, visando sua reciclagem, reutilização e compostagem e conseqüente redução no volume aterrado;

- Incinerar o resíduo visando a sua redução e inertização, se possível com recuperação de energia.

e) Disposição final

Segundo a Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a disposição final ambientalmente adequada é a distribuição ordenada de rejeito em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais diversos.

O aterro sanitário ainda é a forma mais utilizada no Brasil para disposição final de resíduos sólidos, principalmente os Resíduos Sólidos Urbanos – RSU. Entretanto, a Lei nº 12.305/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, prega a redução significativa dos RSU secos e úmidos dispostos em aterros sanitários, priorizando outras formas ambientalmente adequadas para o encaminhamento destes resíduos.

2.1.2. Resíduos Sólidos Urbanos – RSU

Na região do Alto Vale do Itajaí, que abrange 28 municípios associados à estrutura do Consórcio CIM-AMAVI, a população total é de 269.429 habitantes. A produção média diária de RSU situa-se em torno de 0,40 kg/habitante/dia.

A segregação dos Resíduos Sólidos Urbanos – RSU acontece de uma forma geral, da seguinte forma:

PROPOSIÇÕES PGIRS

- a) RSU misturados, sem segregação, nos Municípios com Coleta Convencional;
- b) Segregação em Resíduos Secos (recicláveis) e Resíduos Úmidos (orgânicos e rejeitos), nos Municípios com Coleta Seletiva e Convencional alternadas.

A forma de acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos na região é regulada pelo Código de Obras e Edificações municipal, no qual determina que todos os lotes urbanos devem prever local para o armazenamento dos resíduos até a coleta.

A coleta dos RSU é efetuada sob duas formas na região:

- a) Coleta convencional, com os RSU misturados, a qual contempla a coleta unificada dos resíduos orgânicos, resíduos recicláveis e rejeitos.
- b) Coleta convencional e coleta seletiva (resíduos recicláveis) em dias alternados.

O total de resíduos coletados na região (coleta convencional e coleta seletiva) é de 3.266,82 t/mês, atingindo uma geração per capita de 0,40 kg/hab.dia, estando muito abaixo da meta estabelecida no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é de 1,10 kg/hab.dia.

Na maioria das cidades consorciadas existe uma estrutura mínima para as atividades de gestão da coleta de resíduos sólidos urbanos, quer seja através da administração direta, quer seja através de ações de terceirização.

A coleta convencional acontece em todos os 28 municípios. A taxa de cobertura vem crescendo continuamente na região, alcançando quase 100% do total de domicílios da área urbana. O volume de resíduos coletados na coleta convencional ainda é muito significativo, compreendendo 90,44% da geração total de resíduos.

A coleta seletiva acontece em apenas 12 municípios, não chegando a atingir a metade dos Municípios da região e compreendendo apenas 9,56% da geração total de resíduos. Esta média é bem abaixo da

PROPOSIÇÕES PGIRS

meta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que recomenda que 70% dos resíduos sólidos secos e que 70% dos resíduos sólidos úmidos deverão deixar de ir para aterros sanitários até o ano de 2014.

No quesito tratamento, apesar da massa de resíduos sólidos urbanos apresentarem alto percentual de matéria orgânica, as experiências de compostagem, são ainda incipientes na região, sendo Chapadão Lageado o único município do Consórcio a realizar compostagem do resíduo orgânico coletado.

O resíduo orgânico, por não ser coletado separadamente, acaba sendo encaminhado para disposição final juntamente com os resíduos domiciliares. Essa forma de destinação gera, para a maioria dos municípios, despesas que poderiam ser evitadas caso a matéria orgânica fosse separada na fonte e encaminhada para um tratamento específico.

Na região temos ainda 13 municípios que possuem centro de triagem de materiais para a separação dos resíduos recicláveis e posterior venda a indústrias.

Com relação à disposição final dos municípios do Alto Vale, toda a disposição dos resíduos sólidos é realizada em aterros sanitários, já atendendo a legislação pertinente.

Em se tratando de custos, os valores referente a coleta, transporte, tratamento e disposição final na região gira em torno de R\$ 213,86 por tonelada, compreendendo um custo total anual de R\$ 8.440.314,50, enquanto que o valor arrecadado é de somente R\$4.564.946,09, o que gera um déficit anual na região que ultrapassa os três milhões de reais. O custo médio per capita é de R\$49,13/habitante.ano e R\$155,73/domicilio.ano.

A forma de cobrança pelo serviço, na maioria dos municípios é realizada por meio de taxa junto ao carne do IPTU, onde não há especificação do valor da cobrança referente ao manejo do resíduo

PROPOSIÇÕES PGIRS

sólido. Alguns Municípios não realizam a cobrança e somente o município de Pouso Redondo realiza a cobrança através de Taxa Específica.

Considerando o déficit anual da região e ainda os preceitos da Lei nº 11.445/07, que em seu art. 2º, inciso VI, assegura a “*eficiência e sustentabilidade econômica*” e da Lei nº 12.305/10, em seu art. 7º, inciso X assegura a “*adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como de garantir sustentabilidade operacional e financeira*”, a de se tomar medidas para a adoção de uma taxa específica de Limpeza Pública e Coleta Seletiva de Resíduos para os Municípios da região, regularizando a forma de arrecadação e ampliando as receitas, buscando assim o equilíbrio financeiro do setor.

Com relação ao item coleta seletiva informal, a maioria dos municípios da região declarou ter conhecimento da atuação de catadores em suas áreas urbanas, mas que não conseguem contabilizar o número de catadores, nem a quantidade de resíduo coletado, por não haver organização desta classe na forma de cooperativas ou associações. Existem ainda, algumas empresas que comercializam o material reciclado na região.

Quanto ao passivo ambiental, na região foram identificadas 15 antigas áreas de disposição de resíduos, “lixões” que foram desativados pelas autoridades ambientais e não recebem mais nenhum tipo de resíduo, porém, na maioria das áreas, não houve nenhum trabalho de recuperação ambiental após desativação.

2.1.3. Resíduos da Construção Civil – RCC

O gerenciamento adequado dos Resíduos da Construção Civil – RCC, visando à promoção de benefícios de ordem social, econômica e

PROPOSIÇÕES PGIRS

ambiental, deve garantir a segregação satisfatória, de preferência no ato da geração ou nas áreas de destinação/disposição final.

Estes resíduos devem ser acondicionados e armazenados conforme estabelecido pelas legislações vigentes, de modo que o processo de coleta possa ser feito adequadamente.

A Resolução CONAMA nº 307 de 5 de julho de 2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Esta legislação define que os geradores de resíduos da construção civil deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final. Sendo que os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domésticos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei.

Segundo esta Resolução os resíduos devem ser segregados por classes e destinados conforme demonstra a tabela a seguir:

TABELA 01 – Classificação e Disposição Final dos RCC

CLASSE	CLASSIFICAÇÃO	DISPOSIÇÃO FINAL
Classe A	São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;	Deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
Classe B	São os materiais recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais,	Deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a

PROPOSIÇÕES PGIRS

	vidros, madeiras e outros;	áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
Classe C	São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
Classe D	São os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais, etc.	Deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Fonte: Resolução CONAMA nº. 307 de 5 de julho de 2002.

Na região, o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil ainda é incipiente. Com uma estimativa de volume gerado de 132.249 toneladas/ano, assim como poucas empresas que fazem este tipo de serviço de coleta, transporte e disposição final, o diagnóstico indicou que se faz necessária a mobilização e sensibilização do setor, à criação de unidades regionais de triagem dos RCC, bem como o estudo de viabilidade de implantação de unidades de britagem de RCC englobando os municípios associados.

2.1.4. Resíduos da Limpeza Pública

Com os dados levantados no diagnóstico com relação à limpeza pública, podemos informar que há, na maioria dos municípios do Alto Vale, coleta regular deste resíduo. As formas de tratamento ou disposição final mais usual são a disposição em terrenos baldios ou em aterro sanitário, ou ainda a compostagem.

PROPOSIÇÕES PGIRS

A técnica da compostagem é a melhor opção para o tratamento dos resíduos de varrição e poda, uma vez que valoriza a matéria orgânica presente, por meio da produção de composto, apesar deste tratamento ainda ser o menos utilizado na região para este tipo de resíduo. Os Municípios poderiam se beneficiar deste composto para manutenção de suas áreas verdes (praças e jardins).

Com relação à atividade de varrição, na maioria dos Municípios da região, limita-se às ruas centrais e centros comerciais dos municípios.

2.1.5. Resíduos Sólidos Industriais – RSI

Os Resíduos Sólidos Industriais devem ser segregados isoladamente de qualquer outro tipo de resíduo, pelo fato de apresentarem por vezes características de periculosidade, influenciando negativamente a gestão dos demais. Deve haver a gestão diferenciada, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 313/02, levando-se em conta ações específicas e cuidados adicionais de segregação, coleta e tratamento e destinação final.

Os RSI gerados pelo setor privado devem ser por ele gerenciados, cabendo apenas a fiscalização à administração pública.

É comum se proceder ao tratamento de resíduos industriais com vistas à sua reutilização ou à sua inertização, entretanto, dada à diversidade dos mesmos, não existe um processo pré-estabelecido, havendo sempre a necessidade de realizar uma pesquisa e o desenvolvimento de processos economicamente viáveis.

Normalmente a destinação final dos resíduos industriais é feita em aterros especiais, Classe I, ou através de processos de destruição térmica, como incineração ou pirólise, na dependência do grau de periculosidade apresentado pelo resíduo e de seu poder calorífico.

No Alto Vale, conforme levantamento priorizando as indústrias de maior porte chegamos a uma geração total de 183.843 t/ano. Mas

PROPOSIÇÕES PGIRS

infelizmente este valor não representa a grande maioria das empresas locadas nos municípios da região, uma vez que em sua grande maioria, os questionários de coleta de dados não foram preenchidos.

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos industriais, pôde-se constatar que os mesmos possuem destinação final ambientalmente adequada e tratamento, como por exemplo, dependendo de sua classificação, são depositados em aterros indústrias (em sua grande maioria) ou aterros sanitários.

2.1.6. Resíduos Sólidos Agrosilvopastoris (orgânicos e inorgânicos)

2.1.6.1. Resíduos Sólidos Agrosilvopastoris Orgânicos

A quantidade estimada de resíduos gerados pelos principais produtos agrícolas comercializados na região é de 4.799.149 toneladas/ano. Já com relação aos resíduos gerados com a criação de animais, considerando os de maior expressão na região, dentre eles aves, bovinos e suínos, totalizam 2.101.272 toneladas/ano.

De uma forma geral na região, não há nenhum tipo de coleta ou tratamento deste tipo de resíduos e a disposição final ocorre na própria área de plantio ou em terrenos baldios nas proximidades.

Com relação aos resíduos sólidos agrosilvopastoris orgânicos, pode-se enfatizar ainda, que não se realiza o aproveitamento energético deste tipo de resíduo.

2.1.6.2. Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris Inorgânicos

O usuário do produto de agrotóxicos tem como responsabilidade realizar os procedimentos de lavagens das embalagens bem como de

PROPOSIÇÕES PGIRS

efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos.

Os locais de venda dos agrotóxicos devem apresentar uma estrutura mínima para o recebimento e armazenamento dos resíduos, sendo que todas as precauções necessárias deverão ser tomadas em todas as etapas de manejo do resíduo, conforme especificam as normas e legislações vigentes.

Antes dos resíduos serem dispostos para a coleta, os locais de armazenamento deverão estar corretamente acondicionados e identificados conforme as normas técnicas da ABNT que regulamentam as formas de armazenamento, transporte e simbologia para resíduos perigosos, como pode ser visto na tabela que segue:

TABELA 02 – Tabela Resumo sobre Agrotóxicos

CLASSIFICAÇÃO	CLASSE I – PERIGOSOS (NBR 10.004/96)
ARMAZENAMENTO	Armazenamento de resíduos: NBR 12.235/88 Procedimento para resíduos: Classe I Procedimento de lavagem - Embalagem rígida Vazia de agrotóxico: NBR 13.968
TRANSPORTE	Transporte de resíduos: NBR 13.221/94 Procedimento: NBR 7.500
SIMBOLOGIA	NBR 7.500 – Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.
DESTINAÇÃO	Reciclagem e/ou Incineração.

Fonte: FIESP/CIESP, 2003.

O tratamento e a destinação das embalagens de fertilizantes na região são realizados pela AABRI – Associação das Agropecuárias da Bacia do Rio Itajaí, em atendimento a Lei nº 7.802/89 e ao Decreto nº 4.074/02, que possui uma Central de Recebimento no Município de Aurora, e que recolhe um total de 73.312 Kg/ano na região.

2.1.7. Resíduos do Serviço de Saúde – RSS

O gerenciamento dos resíduos sólidos provenientes de qualquer unidade que execute atividade de natureza médico-assistencial de saúde humana ou animal deve ser efetuado de acordo com as

PROPOSIÇÕES PGIRS

Resoluções CONAMA 358/05 e RDC 306/04 da Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Segundo a Resolução CONAMA nº 358/05, “é obrigatória a segregação dos RSS na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente”. A segregação dos RSS deve ser conforme os grupos (A,B,C, D e E), com o propósito adicional de gerenciar de forma adequada a coleta e destinação final dos mesmos. A coleta dos RSS provenientes dos serviços públicos é de responsabilidade dos Municípios. Os RSS gerados pelo setor privado devem ser por ele gerenciados. Cabe apenas a fiscalização à administração pública. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT.

A destinação final dos RSS é distinta, levando-se em conta os grupos de resíduos contemplados na Resolução CONAMA nº 358/05.

A quantidade de resíduo de serviço de saúde gerado no Alto Vale totaliza 2.187,30 kg/mês, com um custo médio de R\$ 6,83 por kg.

Com relação a coleta e destinação final deste tipo de resíduo na região, a mesma é terceirizada em todos os Municípios. O diagnóstico constatou que os resíduos de serviços de saúde Classe A, Classe B e Classe E, são coletados somente por uma empresa, a GAT Gestão Ambiental Ltda – GETAL e o tratamento e destinação final é realizada pela empresa Momento Ambiental e a Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, em atendimento a RDC nº 306/04 da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358/05.

PROPOSIÇÕES PGIRS

2.1.8. Resíduos Sólidos de Mineração

Com relação aos resíduos oriundos do setor mineração, a atividade mineral de extração da pedra ardósia (folhelho ardosiano), encontrada no município de Trombudo Central, tem por característica reutilizar o resíduo gerado na extração como matéria prima para a produção de novos produtos. As sobras dos cortes de extração da rocha são recolhidas diretamente das minas (pedreiras) por máquinas retroescavadeiras e caminhões basculantes. Os resíduos são levados para os britadores, onde são triturados para fabricação de pedra do tipo brita e cascalho, utilizada geralmente na pavimentação e revestimento primário de estradas da região.

No Município de Vidal Ramos há uma fábrica de cimento, onde é realizado coprocessamento, ou seja, a utilização de resíduos industriais e pneus inservíveis como substitutos de combustível e/ou matérias-primas não-renováveis usadas na fabricação do cimento - tais como calcário, argila e minério de ferro. Ao mesmo tempo, é uma forma de destinação final de resíduos, eliminando diversos passivos ambientais.

2.1.9. Resíduos com Logística Reversa obrigatória

A segregação desses resíduos deve ser efetuada na fonte de geração, ou seja, pelos agentes consumidores. Estes resíduos devem ser encaminhados para "Pontos de Coleta", "Pontos de Recebimento" ou devolvidos aos fabricantes, comerciantes e importadores.

Para cada tipo de resíduo desta categoria (pilhas, baterias, lâmpadas, óleos, pneus, etc) existente uma Resolução CONAMA específica que estabelece procedimentos especiais ou diferenciados para sua destinação adequada.

Na região existem duas ações individuais para coleta de resíduos com logística reversa: um Posto de Entrega Voluntária – PEV para os

PROPOSIÇÕES PGIRS

resíduos eletroeletrônicos, no Município de Rio do Sul e um PEV para os resíduos pneumáticos em Trombudo Central, podendo estas ações individuais ser expandidas para os outros tipos de materiais e também para os outros municípios do Alto Vale do Itajaí.

Neste sentido, os Municípios devem realizar, com o apoio do Consórcio e entidades patronais afins, campanhas educativas junto à população e ao comércio local, destacando a segregação, o correto acondicionamento, a coleta, o transporte e a destinação final destes resíduos.

2.1.10. Resíduos Volumosos

Com relação aos resíduos volumosos, não há na região dados sobre a quantificação e caracterização do mesmo, nem quanto a sua destinação final, que na maioria das vezes é realizada juntamente com os resíduos de construção civil ou com a coleta dos resíduos domiciliares. Também não há na região legislação específica para o correto gerenciamento destes materiais.

2.1.11. Resíduos do serviço público de saneamento básico

A quantidade de resíduos gerados nas Estações de Tratamento de Água dos municípios da região é estimada em 41,65 t/ano. Já a estimativa de geração dos resíduos provenientes dos sistemas individuais de tratamento de esgoto, constituídos por conjunto fossa séptica e filtro anaeróbio totalizam 22.901 m³/ano.

Estima-se também que o número de estações de tratamento de água e esgoto em todos os municípios da região tendem a crescer em curto espaço de tempo, pois existe um consenso social de que são necessários investimentos cada vez maiores em saneamento básico para manutenção e melhoria da qualidade de vida das populações.

PROPOSIÇÕES PGIRS

A compostagem ou co-compostagem com o resíduo urbano ou disposição em aterro sanitário, são alternativas de disposição final do lodo aceitas. O uso do lodo como fertilizante orgânico representa o reaproveitamento integral de seus nutrientes e a substituição de parte das doses de adubação química sobre as culturas. Porém, é importante alertar que existem restrições para o uso de lodo no solo, devido à presença de patógenos, sais solúveis, compostos orgânicos persistentes e metais tóxicos. Segundo a Resolução Nº 375, de 29 de agosto de 2006, os lodos gerados em sistemas de tratamento de esgoto, para terem aplicação agrícola, deverão ser submetidos a processo de redução de patógenos e da atratividade de vetores.

A geração de biogás a partir do lodo, juntamente com outros tipos de resíduos sólidos, particularmente resíduos de podas e resíduos orgânicos é interessante também para a região.

2.1.12. Resíduos de Óleos Comestíveis

Com relação aos resíduos de óleos comestíveis, não existe nenhuma quantificação deste tipo de resíduo na região.

Há poucas iniciativas de coleta e tratamento deste resíduo, sendo o mesmo descartado muitas vezes com a coleta dos resíduos sólidos urbanos ou diretamente no sistema de esgoto da edificação.

2.1.13. Resíduos Comerciais

Com relação a este tipo de resíduo, os mesmos são muitas vezes coletados e destinados juntamente com os resíduos sólidos urbanos. Na região também não há norma ou legislação específica para este tipo de material, considerando que a destinação final do mesmo é de responsabilidade do gerador.

2.2. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL EXISTENTE

A grande maioria dos municípios integrantes do Consórcio já possui algum tipo de Lei Municipal própria para a questão dos resíduos sólidos. No entanto, estas legislações específicas não fazem referência de modo integral aos itens discriminados na Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por diversos motivos, cabendo citar que as mesmas foram desenvolvidas nas últimas décadas e a concepção sobre a gestão dos resíduos sólidos era muito distinta da situação atual.

Desta forma fica evidenciada a necessidade de recomendar que todas as administrações municipais coloquem em seus planejamentos a reformulação e adaptação das legislações locais, se necessário, em conformidade com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei Federal nº 12.305/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10.

É importante ressaltar ainda, que essas reformulações devem contemplar a visão integrada e sinérgica de atuação entre os diversos municípios no tocante ao tema, uma vez que as legislações municipais devem permitir a viabilização da implantação de ações conjuntas, regionais e integradas. Como um exemplo, podemos citar a situação em que determinado empreendimento para tratamento de resíduos, seja implantado em município específico, com o objetivo de atender não somente à demanda própria, mas também as demandas dos demais municípios do entorno. Nesse caso, a legislação municipal deve permitir o recebimento dos resíduos dos demais municípios.

PROPOSIÇÕES PGIRS

2.3. RESPONSABILIDADES QUANTO A GESTÃO DOS RESÍDUOS

De acordo com o inciso IV, do art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10, faz-se necessário que sejam identificados no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS os resíduos sólidos e os geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico, nos termos do art. 20 ou ao sistema de logística reversa, na forma do art. 33.

São responsabilidades do órgão público municipal competente a redução da geração de resíduos, o aumento da reutilização e reciclagem, o oferecimento do depósito e tratamento ambientalmente saudável dos resíduos, e a constante melhoria e ampliação do alcance de seus serviços através das seguintes ações:

- Proibição da disposição de resíduos de qualquer natureza em áreas não licenciadas;
- Orientação, fiscalização e controle de todos os agentes envolvidos;
- Ações educativas visando reduzir a geração de resíduos;
- Cadastramento de áreas da região, públicas ou privadas, aptas para o recebimento, triagem, armazenamento, destinação e disposição dos resíduos gerados por pessoas físicas ou jurídicas, em conformidade com o porte da área urbana municipal;
- Definição dos critérios para o cadastramento de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Segundo a Lei Federal nº 12.305/10, art. 20, estão **sujeitos a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, os seguintes resíduos/geradores:

- os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;
- os resíduos industriais;

PROPOSIÇÕES PGIRS

- os resíduos do serviço de saúde – RSS;
- os resíduos de mineração;
- os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos e que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;
- as empresas de construção civil, nos termos dos órgãos do SISNAMA;
- os responsáveis pelos terminais e outras instalações (resíduos de serviços de transportes) e,
- nos termos dos órgãos do SISNAMA e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;
- os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do SISNAMA, do SNVS ou do SUASA.

Com relação à **logística reversa**, são obrigados a estruturar e implementar esses sistemas, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de (art. 33, Lei no 12.305/10):

- agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;
- pilhas e baterias;
- pneus;
- óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

PROPOSIÇÕES PGIRS

Os sistemas de logística reversa serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto a saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, conforme expresso no § 1o, art. 33, da Lei nº 12.305/10.

Neste sentido, comerciantes, distribuidores, importadores e fabricantes dos produtos geradores de resíduos especiais são responsáveis pelo acondicionamento, armazenamento temporário, coleta, transporte, reutilização, reciclagem, destinação, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e seus rejeitos, bem como da coleta nos pontos de revenda e distribuição, também respondendo pelo passivo ambiental e pela recuperação de áreas degradadas quando causados por sua disposição inadequada.

A seguir temos um resumo quanto a responsabilidade de cada tipo de resíduo, conforme determinado pela legislação:

TABELA 03 – Responsabilidade de cada tipo de resíduo

Tipo do resíduo	Responsável
Resíduo Sólido Urbano – RSU	Município
Resíduo Construção Civil – RCC	Gerador
Resíduo limpeza urbana	Município
Resíduo sólido industrial – RSI	Gerador
Resíduo sólido agrossilvopastoris orgânico	Gerador
Resíduo sólido agrossilvopastoris inorgânico	Fabricante
Resíduo de serviço de saúde	Gerador
Resíduo sólido mineração	Gerador
Resíduo com logística reversa obrigatória	Fabricante

PROPOSIÇÕES PGIRS

Resíduo volumoso	Município
Resíduo do serviço público de saneamento básico	Gerador
Resíduo comercial	Gerador

2.4. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Os consórcios públicos são parcerias formadas por entes da federação, consistentes e eficazes mecanismos de cooperação interfederativa para a realização de objetivos de interesse comum e, conseqüentemente, a resolução de problemas de mesma natureza.

A possibilidade de incremento das atividades de cooperação por meio de consórcio intermunicipal encontra amparo no princípio da cooperação interfederativa insculpido no artigo 241 da Constituição Federal, bem assim na Lei Federal nº 11.107/05, que “Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

O consórcio público constituído sob a égide da referida legislação confere segurança jurídica aos entes consorciados, fortalecendo o efeito de vinculação dos acordos de cooperação intergovernamental e aumentando a contratualização entre seus membros, tanto no ato da formação, extinção do consórcio, ou da retirada voluntária de um consorciado.

Assim, visando potencializar a intervenção do poder público e otimizar a aplicação de recursos públicos na execução de atribuições comuns, os municípios da região da AMAVI, através de seus prefeitos municipais, subscreveram Protocolo de Intenções para constituição do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI -

PROPOSIÇÕES PGIRS

CIM-AMAVI, cujo documento, após ratificação pelas Câmaras Municipais, converteu-se automaticamente no Contrato de Consórcio Público.

O CIM-AMAVI foi constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando a administração indireta dos entes consorciados, devendo fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada município, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Ao tribunal de contas competente para apreciar as contas do chefe do poder executivo, representante legal do consórcio, cabe a função de fiscal contábil, operacional e patrimonial dos consórcios públicos, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas.

Constituem recursos financeiros do consórcio as contribuições dos municípios consorciados expressas em contrato de rateio, tarifas provenientes dos serviços prestados, preços públicos, remuneração de outros serviços prestados aos consorciados, auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas, entre outros recursos atribuídos por disposição legal ou contratual.

Diante dos grandes desafios relacionados à gestão dos serviços de limpeza pública, mesmo sendo possível ao município atuar isoladamente, a solução consorciada apresenta-se como mais viável, pois atende a pretensão de maior número de pessoas, com potencial de desembolso menor e resultados finais mais rápidos. As contratações de serviços intermunicipais oportunizam a diminuição de núcleos administrativos e, por conseqüência, de custos.

PROPOSIÇÕES PGIRS

A gestão de resíduos sólidos dos municípios por consórcio intermunicipal tende a produzir resultados bastante positivos sendo, a título de exemplo:

- aumento da capacidade de realização dos serviços e atendimento da população;
- maior eficiência no uso dos recursos públicos como máquinas, equipamentos e mão de obra;
- realização de ações antes inacessíveis a um único município, por exemplo, a implantação de aterro sanitário;
- ações políticas de desenvolvimento urbano e socioeconômico local e regional;
- aumento da transparência das decisões públicas perante a sociedade;
- economia de escala, pela viabilização conjunta de terceirizados.

Podemos destacar ainda que a Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê no seu art. 18, § 1º, I, que municípios que optarem por soluções consorciadas terão prioridade para obtenção de recursos federais em projetos.

A visão sistêmica da gestão integrada dos resíduos sólidos integra os procedimentos de manejo de resíduos com base na sustentabilidade abrangente, envolvendo as dimensões de equidade social, viabilidade econômica e qualidade ambiental, sendo que, neste âmbito, dentre os objetivos do Contrato de Consórcio do CIM-AMAVI podem ser destacados os seguintes:

- "- promover e executar ações e desenvolver mecanismos de coleta, transporte, gestão, tratamento, reciclagem, compostagem, seleção e disposição final de resíduos sólidos;*
- o planejamento, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação de serviços de saneamento básico;*

PROPOSIÇÕES PGIRS

- *proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento básico, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;*
- *proporcionar infraestrutura e desenvolvimento da região, buscando a realização de serviços regionalizados nas mais diversas áreas de atuação;*
- *integração em níveis executivos das diversas ações relacionadas com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;*
- *gestão associada de serviços públicos;*
- *prestação de serviços públicos em regime de gestão associada;*
- *a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;*
- *o exercício de competências pertencentes aos Municípios consorciados, nos termos de autorização ou delegação”.*

Nesse contexto, a adoção da gestão compartilhada dos resíduos pelos municípios consorciados ao CIM-AMAVI ocasionará ganho de escala e viabilizará não só o aproveitamento dos resíduos recicláveis dos pequenos municípios como também a possibilidade de geração de energia na região, garantindo espaço institucionalizado e plural no qual se encontram diversos atores políticos e o governo local, com a missão de discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento de políticas públicas no âmbito regional.

CAPÍTULO 3 – PROPOSIÇÕES

3.1. CENÁRIOS INSTITUCIONAIS FUTUROS

Os cenários produzidos em um processo de planejamento visam à descrição de um futuro, a partir de hipóteses ou possíveis perspectivas de eventos, com características de narrativas, capazes de uma translação da situação de origem até a situação futura. Preferencialmente, os cenários de planejamento devem ser divergentes entre si, desenhando futuros distintos.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Versão Preliminar) estabeleceu três cenários de planejamento visando à descrição de um futuro **possível, imaginável e desejável**.

Os três cenários consideraram os seguintes condicionantes: (i) política macroeconômica, (ii) papel do Estado (Modelo de Desenvolvimento)/Marco Regulatório/Relação Interfederativa, (iii) Gestão, gerenciamento, estabilidade e continuidade de políticas públicas/participação e controle social; (iv) investimentos no setor; (v) matriz tecnológica e disponibilidade de recursos hídricos (PNRS, 2011).

Neste sentido, nesta fase do Plano, pretende-se estabelecer cenários futuros para a região, tendo como horizonte temporal o ano 2031. Sabe-se, contudo, que uma tarefa dessa natureza impõe grandes dificuldades, principalmente tendo em vista os rápidos e constantes avanços tecnológicos e as intensas alterações socioeconômicas a que está sujeito o mundo atual.

A despeito de tais limitações, procurou-se estabelecer, para o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI, três cenários futuros: **Cenários 1 – Otimista, Cenário 2 – Intermediário e Cenário 3 – Desfavorável**, que para sua formulação foram adotadas as condicionantes do PNRS adaptadas a realidade local, sendo as seguintes:

PROPOSIÇÕES PGIRS

- (i) Política econômica;
- (ii) Modelo de desenvolvimento;
- (iii) Gestão, gerenciamento, estabilidade e continuidade de políticas públicas/participação e controle social;
- (iv) Investimento do setor;
- (v) Matriz tecnológica e disponibilidade de recursos hídricos.

A seguir são descritos os 3 (três) cenários adotados para a região, visualizando-se hipóteses de variações das condicionantes estabelecidas:

3.1.1. Cenário 1 – “Otimista”

O Cenário 1 corresponde ao Cenário “Otimista” ou “Favorável”, planejado dentro da perspectiva de que é possível descrever um panorama futuro próximo do ideal, contemplando as seguintes hipóteses:

- (i) Política Econômica com elevada taxa de crescimento, possibilitando um patamar elevado de investimentos no setor;
- (ii) Modelo de Desenvolvimento, onde o Estado é o provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos;
- (iii) O Estado se consolida com avanços na capacidade de gestão de suas políticas e ações, com implementação de diretrizes e fundamentos do Estatuto das Cidades. Ampliação da capacidade de planejamento integrado e da criação de instrumentos capazes de orientar políticas, programas e projetos, favorecendo políticas de Estado com continuidade entre os mandatos governamentais. Fortalecimento da

PROPOSIÇÕES PGIRS

participação social, com maior influência na formulação e implementação das políticas públicas, particularmente do desenvolvimento urbano.

(iv) Crescimento do patamar dos investimentos no Setor por parte do Governo Federal;

(v) Desenvolvimento tecnológico, com foco na baixa emissão de carbono e na adoção dos princípios da Lei nº 11.445/07 no uso de tecnologias apropriadas, adequadas e ambientalmente sustentáveis. Adoção de estratégias de conservação e gestão de mananciais e de mecanismos de desenvolvimento limpo com ampliação das condições de acesso aos recursos hídricos.

Para implantarmos esse Cenário na região, deve-se partir da premissa de que é perfeitamente viável utilizar de forma racional, econômica e ecologicamente correta as potencialidades da região, e que as limitações, os problemas e conflitos existentes poderão ser efetivamente minimizados. Neste sentido, dois aspectos são determinantes. O primeiro diz respeito à viabilidade econômica e a disponibilidade de recursos financeiros a serem empregados na implementação do Plano. O segundo refere-se a adesão da Comunidade, ou seja, que a comunidade local se sensibilize para a segregação dos resíduos na fonte geradora ampliando a capacidade de reutilização, reuso e reciclagem destes matérias.

3.1.2. Cenário 2 – “Intermediário”

O Cenário 2 corresponde ao Cenário “Intermediário” e contempla as seguintes hipóteses:

(i) Política Macroeconômica orientada para o controle da inflação, mas com crescimento menor que no Cenário 1.

PROPOSIÇÕES PGIRS

- (ii) Redução do papel do Estado, com a privatização na prestação de serviços de funções essenciais e manutenção das condições de desigualdade social. Marcos regulatórios existentes, mas pouco aplicados e cooperação de baixa efetividade e fraca coordenação entre os entes federados.
- (iii) Avanços do Estado na capacidade de gestão de suas políticas, com continuidade entre os mandatos dos Prefeitos;
- (iv) Manutenção do atual patamar de investimentos públicos federais e recursos do OGU em conformidade com os critérios de planejamento.
- (v) Desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis.

3.1.3. Cenário 3 – “Desfavorável”

O Cenário 3 corresponde ao Cenário “Desfavorável”, neste caso, parte-se da premissa de que não haverão muitas intervenções que alterem a tendência natural apontada no diagnóstico, e contempla as seguintes hipóteses:

- (i) Política Macroeconômica orientada para o controle da inflação com crescimento menor que nos Cenários 1 e 2.
- (ii) Redução do papel do Estado com a privatização na prestação de serviços de funções essenciais e manutenção das condições de desigualdade social. Marcos regulatórios existentes, mas pouco aplicados e cooperação de baixa efetividade e fraca coordenação entre os entes federados.
- (iii) Políticas de estado contínuas e estáveis, com modelo inadequado de crescimento urbano, e manutenção da capacidade de gestão das políticas públicas e do nível atual de participação social (heterogêneo e sem influência decisiva).

PROPOSIÇÕES PGIRS

(iv) Diminuição do atual patamar de investimentos públicos federais em conformidade com os critérios de planejamento.

(v) Ampliação da adoção de tecnologias sustentáveis, porém de forma dispersa, com manutenção do cenário de desigualdade no acesso aos recursos hídricos.

Com o Cenário 3 não conseguiríamos implementar na região um sistema definitivo e eficaz de gestão e gerenciamento adequado dos resíduos.

3.2. DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS

A elaboração das Diretrizes e Estratégias aqui apresentadas foi pautada nos seguintes elementos:

- a) a análise e cruzamento do conjunto de informações obtidas no diagnóstico do PGIRS (população urbana e rural; taxa de crescimento da população; características ambientais do município; caracterização física, estimativa da geração, composição dos resíduos sólidos coletados, entre outros);
- b) Exigências previstas na versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- c) Exigências previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Atendimento ao artigo 19º, incisos VIII da Lei 12.305/10).

As diretrizes e estratégias apresentadas foram elaboradas também com base nos princípios da gestão de resíduos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final dos rejeitos.

Neste sentido, são princípios do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI: a mobilização e sensibilização da

PROPOSIÇÕES PGIRS

população, o planejamento para o acondicionamento, coleta, transporte, processamento, tratamento, destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares urbanos provenientes dos municípios que compõem o CIM-AMAVI.

As Diretrizes aqui apresentadas discorrem sobre as ações que devem ser tomadas para o aprimoramento e controle do gerenciamento dos resíduos, enquanto as Estratégias delineiam os métodos e meios pelos quais as respectivas ações podem ser tomadas.

Em termos gerais, estas duas vertentes definem as responsabilidades quanto à implantação do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, a cargo do Consórcio CIM-AMAVI e municipalidades envolvidas.

As diretrizes e estratégias propostas para a gestão dos resíduos na região, por tipo de resíduo, podem ser observadas nas tabelas abaixo:

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.1. Resíduos Sólidos Urbanos – RSU

As diretrizes e estratégias relacionadas aos Resíduos Sólidos Urbanos implicam em ações visando à ampliação do programa de coleta seletiva nos municípios, a triagem dos materiais recicláveis e a adequada destinação da parcela seca dos RSU, conforme previsto na Lei Federal nº 12.305/10 e seu respectivo Decreto regulamentador (Decreto nº 7.404/10). Deve-se também incrementar campanhas de educação ambiental, incentivando a separação na fonte, envolvendo as escolas municipais, os moradores por meio das associações de bairro e os empresários, por meio das associações comerciais. Tais ações permitem que ocorra uma redução da quantidade de resíduos, ainda passíveis de aproveitamento, a serem dispostos em aterros sanitários.

Os resíduos úmidos ou orgânicos, juntamente com os resíduos da poda e capina triturados, podem ser utilizados para a geração de energia, com o aproveitamento dos gases resultantes da biodigestão. A parcela orgânica restante pode ainda, através da compostagem, ser reutilizada como composto orgânico.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – RSU	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Eliminação da disposição ambientalmente inadequada e a redução de resíduos sólidos urbanos secos dispostos em aterros sanitários, diminuindo os custos atuais de disposição final.	<ol style="list-style-type: none">1. Instituir campanhas de educação ambiental para a não geração, redução da geração, reutilização e separação dos resíduos na fonte geradora;2. Incentivar, fomentar e expandir a prática da coleta

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<p>seletiva nos municípios.</p> <ol style="list-style-type: none">3. Aportar recursos municipais e consorciados ou captados junto ao governo federal, visando a elaboração de projetos para a implantação/aprimoramento/expansão da coleta seletiva;4. Aportar recursos municipais e consorciados ou captados junto ao Governo Federal, visando à instalação de uma central de triagem, acondicionamento, armazenamento e comercialização regional, para diminuir a massa de rejeitos, aumentar a economia de escala e o poder de comercialização dos materiais recuperados nas centrais municipais de triagem existentes;5. Implementar um sistema de identificação do usuário e cobrança pela prestação do serviço por volume e tipo de resíduo gerado;6. Implementar incentivos (fiscais, financeiros e creditícios) visando o estímulo a reutilização e reciclagem de uma maneira geral;7. Desenvolver programas para estimular a coleta regular em áreas rurais;8. Fomentar a implantação de indústrias de processamento
--	--

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<p>de materiais recicláveis na região.</p> <p>9. Fomentar a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.</p> <p>10. Fomentar a criação de novas cooperativas e associações e regularização das existentes.</p> <p>11. Fomentar ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações.</p> <p>12. Prestar assessoria técnica permanente.</p>
<p>- Eliminação da disposição ambientalmente inadequada, redução dos Resíduos Sólidos Urbanos Úmidos dispostos em aterros sanitários, tratamento e aproveitamento energético.</p>	<p>13. Gerar energia por meio da biometanização dos resíduos orgânicos;</p> <p>14. Realizar compostagem da parcela orgânica restante da biometanização, gerando-se composto fertilizante para o uso na agricultura;</p> <p>15. Instituir campanhas de educação ambiental para a diminuição do desperdício de alimentos e a compostagem doméstica;</p> <p>16. Fomentar o uso de compostos orgânicos como nutrientes na agricultura, incentivando o desenvolvendo das tecnologias que viabilizem tal operação.</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

<p>- Redução da geração de rejeitos, disposição final ambientalmente adequada e com o menor custo.</p>	<p>17. Fomentar a implantação de indústrias de coprocessamento e transformação do rejeito em produtos; 18. Dispor em aterro sanitário.</p>
<p>– Recuperação do passivo ambiental existente na região</p>	<p>19. Aportar recursos, visando a eliminação e recuperação do passivo ambiental existente; 20. Implantar Programas Municipais de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADES</p>
<p>- Formalização da cobrança por serviços de RSU, sem vinculação com IPTU.</p>	<p>21. Aplicar efetivamente a Lei nº 11.445/07 e as políticas municipais de saneamento básico.</p>
<p>- Adoção da Gestão Consorciada dos Resíduos Sólido</p>	<p>22. Formalizar o Consórcio CIM-AMAVI, tendo como objetivo, o planejamento, nos termos do contrato de programa, da prestação de serviços de saneamento básico. 23. Formalizar o Consórcio CIM-AMAVI, tendo como objetivo, promover e executar ações e desenvolver mecanismos de coleta, transporte, gestão, tratamento, reciclagem, compostagem, seleção, disposição final e cobrança pelo serviço de resíduos sólidos. 24. Atendimento a Lei nº 11.445/07, para regulação e fiscalização dos serviços de resíduos sólidos.</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.2. Resíduos da Construção Civil – RCC

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos RCC implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada e o reaproveitamento deste material na forma de agregados. O reuso dos resíduos da construção civil, independente do uso que a ele for dado, representa vantagens econômicas, sociais e ambientais, na economia na aquisição de matéria-prima, substituição de materiais convencionais, pelo entulho, diminuição da poluição gerada pelo entulho e de suas conseqüências negativas como enchentes e assoreamento de rios e córregos, e preservação das reservas naturais de matéria-prima.

Quanto a coleta e transporte dos entulhos, recomenda-se que os Municípios realizem o cadastro das empresas prestadoras de serviço de coleta e transporte (caçambas) dos resíduos de construção civil, assim como das empresas geradoras de resíduos de construção civil existentes no município (empreiteiras, construtoras, etc.), facilitando a fiscalização do destino final desses resíduos.

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – RCC	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação final ambientalmente adequada e o reuso dos resíduos da construção civil.	<ol style="list-style-type: none">1. Criar Associação/Entidade/Cooperativa com objetivo do gerenciamento do adequado manejo dos RCC;2. Criar uma Central de recebimento, triagem e armazenamento temporário de RCC na região;

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<ol style="list-style-type: none">3. Criar PEVs – Pontos de Entrega Voluntária (Ecopontos) para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição;4. Incentivar a reutilização ou reciclagem dos resíduos de Classe A (trituráveis) e Classe B (madeiras, plásticos, papel e outros);5. Elaboração pelos grandes geradores, dos planos de gerenciamento dos resíduos da construção e de sistema declaratório dos geradores, transportadores e áreas de destinação;6. Realizar o cadastro das empresas de coleta e transporte e das empresas geradoras de resíduos de construção civil na região;7. Instituir Plano de Fiscalização para orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de resíduos da construção civil;8. Implantar Plano de Educação Ambiental, com ações de sensibilização, mobilização e educação ambiental aos geradores e trabalhadores da construção civil.
--	---

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.3. Resíduos da Limpeza Urbana

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos Resíduos da Limpeza Urbana implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada, como por exemplo, a utilização deste tipo de material em unidades de compostagem e biometanização.

RESÍDUOS DA LIMPEZA URBANA	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Disposição final ambientalmente adequada e aproveitamento energético deste tipo de material.	<ol style="list-style-type: none">1. Gerar energia por meio da biometanização dos resíduos orgânicos da limpeza urbana;2. Realizar compostagem da parcela orgânica restante da biometanização, gerando-se composto fertilizante;3. Elaborar um Manual de Operação e manutenção para a coleta e limpeza pública.

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.4. Resíduos Sólidos Industriais

Mesmo não sendo competência dos Municípios a coleta e destinação final deste tipo de resíduo, o Consórcio deve incentivar a iniciativa privada a instalar um terminal de transbordo de resíduos Classe I (perigosos) e Classe II (inertes e não inertes), para que posteriormente estes resíduos possam ter a disposição adequada.

Para este setor foram elaboradas 2 tabelas, uma para as estratégias referentes ao setor industrial abordado de uma forma genérica e outra específica para a proposta pelo Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí – SINFIATEC.

RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS – RSI	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Eliminação completa dos resíduos industriais destinados de maneira inadequada no meio ambiente.	<ol style="list-style-type: none">1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS);2. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<p>cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade;</p> <p>3. Fiscalizar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2014.</p> <p>4. Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2015, à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;</p> <p>5. Incentivar e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva;</p> <p>6. Incentivar a instalação voluntária de PEV's para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva;</p> <p>7. Sensibilização ambiental dos colaboradores.</p>
--	---

PROPOSIÇÕES PGIRS

RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS – RSI (SINFIATEC)	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
<p>- Eliminação completa dos resíduos industriais destinados de maneira inadequada no meio ambiente.</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS);2. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade;3. Fiscalizar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2016;4. Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<p>atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2017, à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;</p> <p>5. Incentivar e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva;</p> <p>6. Incentivar a instalação voluntária de PEV's (postos de entrega voluntária) para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva;</p> <p>7. Sensibilizar ambiental os colaboradores;</p> <p>8. Fomentar a criação de Associação/Entidade/Cooperativa com objetivo no gerenciamento do manejo dos resíduos das empresas de fiação, tecelagem, confecção e vestuário;</p> <p>9. Utilizar o critério de que no processo de fiscalização, a notificação inicial seja orientativa.</p>
--	---

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.5. Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris (orgânicos e inorgânicos)

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos Resíduos Agrossilvopastoris Orgânicos implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada e o aproveitamento energético deste material.

RESÍDUOS SÓLIDOS AGROSSILVOPASTORIS ORGÂNICOS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação adequada de todos os resíduos agrossilvopastoris por compostagem, biodigestão ou outras tecnologias.	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar inventário dos resíduos agrossilvopastoris orgânicos, num período não inferior a 4 (quatro) anos.2. Aproveitamento energético dos resíduos agrossilvopastoris orgânicos através de sistemas de tratamento (biodigestão) individuais ou consorciados;3. Realizar compostagem da parcela orgânica restante da biometanização, gerando-se composto fertilizante;4. Criar fundos públicos que visem a implementação de projetos eco-eficientes na produção de agroindústrias primárias associadas ao setor agrossilvopastoril, buscando a minimização da geração de resíduo e o manejo adequado dos mesmos;

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<ol style="list-style-type: none">5. Fomentar a elaboração de técnicas de manejo florestal que contenham o manejo dos resíduos que sobram no campo;6. Fomentar a melhoria da produtividade e criar novas tecnologias de produção;7. Fomentar o desenvolvimento e inovação de tecnologias para o aproveitamento de resíduos agrossilvopastoris;8. Ampliar o sistema de integração lavoura-pecuário-floresta.9. Expansão da fixação biológica de nitrogênio em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados.
--	---

Com relação aos Resíduos Agrossilvopastoris Inorgânicos, como já existe na região uma Central de Recebimento deste tipo de resíduo, e esta atende a demanda, as estratégias no PGIRS são no sentido de fortalecer o sistema existente e de criar campanhas educativas com os agricultores a tríplice lavagem e devolução das embalagens vazias de agrotóxicos.

PROPOSIÇÕES PGIRS

RESÍDUOS SÓLIDOS AGROSILVOPASTORIS INORGÂNICOS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação ambientalmente adequada das embalagens vazias de agrotóxicos.	<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar as campanhas educativas e seminários junto às Associações de Municípios, cooperativas, secretarias de agricultura, secretarias de saúde, secretarias de educação objetivando a sensibilização para a tríplice lavagem, separação e devolução das embalagens;2. Apoiar e fomentar a situação existente (AABRI/INPEV);3. Fiscalizar as agropecuárias para o correto recebimento do material.

3.2.6. Resíduos do Serviço de Saúde – RSS

Na Legislação Federal, tanto a RDC nº. 306/04 da ANVISA, quanto a Resolução CONAMA nº. 358/05, determinam que todos os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde devem apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS. Sendo que a exigência da elaboração e implantação do PGRSS, dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde do município, deverá ser feita pela Prefeitura Municipal (Vigilância Sanitária Municipal e Secretaria Municipal afim).

PROPOSIÇÕES PGIRS

Como critério geral, a segregação dos Resíduos de Serviço de Saúde na fonte geradora diminui o volume de resíduos a serem coletados, transportados, tratados e dispostos em aterros sanitários, minimizando os custos para o Município e, também, o passivo ambiental gerado. Para que haja a correta segregação dos resíduos na origem é necessário conhecer sua periculosidade, e saber como manuseá-los. Os funcionários dos estabelecimentos públicos de saúde devem estar constantemente atualizados sobre a política dos 3R's (reduzir, reutilizar e reciclar), aplicada aos RSS, para poder reduzir a geração dos mesmos. Neste sentido, os Municípios devem promover freqüentemente, cursos básicos e de atualização aos funcionários visando à difusão dos conceitos de higiene, meio ambiente, geração, manipulação e acondicionamento dos RSS.

RESÍDUOS DO SERVIÇO DA SAÚDE – RSS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Manuseio e Destinação adequada dos Resíduos de Serviço de Saúde – RSS	<ol style="list-style-type: none">1. Segregação dos Resíduos de Serviços de Saúde na fonte geradora;2. Promover a capacitação constante dos funcionários dos estabelecimentos públicos de saúde geradores de RSS, quanto à separação e acondicionamento adequado;3. Adequar os abrigos de armazenamento temporário de RSS nos estabelecimentos públicos de saúde dos Municípios;4. Tratar os Resíduos do Sistema de Saúde pública na Central de Processamento Regional, por meio de autoclave;

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<ol style="list-style-type: none">5. Fomentar a revisão do PGRSS das Unidades de Saúde Públicas;6. Fiscalizar a elaboração e implantação do PGRSS nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde do município, pela vigilância sanitária municipal;7. Criar cadastro junto com a vigilância sanitária municipal, que permita o controle e monitoramento do quantitativo e qualitativo dos resíduos de serviços de saúde público e privados;8. Intensificar as ações de fiscalização dos serviços de saúde, na questão do manejo, armazenamento, coleta e destinação final dos resíduos.
--	---

3.2.7. Resíduos Sólidos de Mineração

A responsabilidade de destinação deste tipo de resíduo é do gerador. A principal diretriz no Plano neste sentido é a destinação adequada, conforme a legislação pertinente.

PROPOSIÇÕES PGIRS

RESÍDUOS SÓLIDOS DE MINERAÇÃO	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação adequada dos Resíduos de Mineração.	<ol style="list-style-type: none">1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS);2. Criar cadastro que permita o controle e monitoramento do quantitativo e qualitativo dos resíduos de mineração (DNPM);3. Fiscalizar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2014;4. Fomentar o aproveitamento dos subprodutos gerados nas atividades de mineração;5. Promover, até 2014, a integração entre os órgãos de licenciamento ambiental e os órgãos gestores dos recursos

PROPOSIÇÕES PGIRS

	minerais.
--	-----------

3.2.8. Resíduos com Logística Reversa

Deve ser incentivado, por meio de parcerias, alguns pontos de devolução licenciados para este tipo de resíduo. A realização de campanhas educativas junto à população sobre a correta destinação dos resíduos com logística reversa é outra ação a ser desenvolvida na região.

RESÍDUOS COM LOGÍSTICA REVERSA	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação adequada dos Resíduos com logística reversa, com o retorno à indústria dos materiais pós-consumo.	<ol style="list-style-type: none">1. Implantar Central regional de recebimento, triagem e armazenamento temporário, para a posterior coleta dos responsáveis;2. Manter os atuais Pontos de Entrega Voluntária – PEVs (o de recebimento de resíduos eletrônicos em Rio do Sul e o de recebimento de pneus em Trombudo Central);3. Criar novos Pontos de Entrega Voluntária – PEVs, para devolução e acumulação temporária de resíduos com logística reversa;

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<ol style="list-style-type: none">4. Promover a integração dos catadores de materiais recicláveis aos sistemas de logística reversa;5. Fomentar/Incentivar a instalação de empresas desmontadoras e que realizem a descontaminação deste tipo de material;6. Implantar campanhas educativas e informativas sobre a correta destinação dos resíduos com logística reversa;7. Melhoria da fiscalização ambiental na questão do manejo, armazenamento, coleta e destinação final destes resíduos.8. Criar parcerias com os sindicatos das indústrias eletroeletrônica;9. Criar parcerias com comerciantes e fabricantes dos resíduos especiais.
--	---

3.2.9. Resíduos Volumosos

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos Resíduos Volumosos implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada deste material.

PROPOSIÇÕES PGIRS

RESÍDUOS VOLUMOSOS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação adequada dos Resíduos Volumosos	<ol style="list-style-type: none">1. Segregação dos Resíduos Volumosos (móveis, inservíveis e outros) para reutilização ou reciclagem;2. Criar Pontos de Entrega Voluntária – PEVs para acumulação temporária de resíduos volumosos;3. Criar unidades de recebimento e revenda de materiais servíveis;4. Fomentar a implantação de indústrias desmontadoras destes materiais.

3.2.10. Resíduos do Serviço Público de Saneamento Básico

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos Resíduos do Serviço Público de Saneamento Básico implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada deste material e aproveitamento energético do mesmo.

PROPOSIÇÕES PGIRS

RESÍDUOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos	<ol style="list-style-type: none">1. Destinação adequada do lodo das estações de tratamento de água;2. Fomentar a criação de unidades de desidratação para os resíduos das estações de tratamento de água;3. Fomentar a criação de empresas de coleta, tratamento e destinação de efluentes de sistemas individuais de tratamento de esgoto;4. Aproveitamento energético (biometanização) e compostagem do lodo de sistemas individuais de tratamento de esgoto;5. Coprocessamento do lodo de ETA e ETE, como agregado, em indústrias cerâmicas e cimentícias;6. Fomentar pesquisas para o aproveitamento agrossilvopastoril do lodo de ETA e ETE.

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.11. Resíduos de Óleos Comestíveis

Os resíduos de óleos vegetais gerados no processo de preparo de alimentos, consumidos pelo comércio especializado (restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres), fábricas de produtos alimentícios e nas residências, pode se tornar uma grande fonte de reutilização do produto pós-consumo para a produção do biodiesel, sendo um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos. Outra maneira de reciclagem do óleo vegetal pós consumo na região seria a produção de detergente e sabão em pó.

RESÍDUOS DE ÓLEOS COMESTÍVEIS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Sensibilização da sociedade na separação e reutilização dos óleos comestíveis	<ol style="list-style-type: none">1. Separação do resíduo na fonte geradora;2. Criação de Pontos de Entrega Voluntária – PEVs para acumulação temporária dos resíduos;3. Fomentar o processamento e transformação deste resíduo em novos produtos;4. Ampliação dos programas de coleta e destinação existentes no âmbito do Consórcio.

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.2.12. Resíduos Comerciais

As diretrizes e estratégias relacionadas com a parcela dos resíduos comerciais implicam em ações visando à destinação final ambientalmente adequada deste material.

RESÍDUOS COMERCIAIS	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS
- Disposição final ambientalmente adequada	<ol style="list-style-type: none">1. Sensibilização ambiental dos colaboradores;2. Implantação de Coleta Seletiva dentro dos estabelecimentos comerciais;3. Incentivar e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva;4. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei da 12.305/2010 e conteúdo conforme art. 21 da Lei da 12.305/2010), para os considerados grandes geradores (vide CONSEMA, para pequenos, médios e grandes geradores);5. Criar cadastro/sistema de informação para as empresas

PROPOSIÇÕES PGIRS

	<p>que estiverem sujeitas a elaboração do PGRS.</p> <p>6. Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das empresas à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a partir de 2016;</p> <p>7. Incentivar a instalação voluntária de PEV's para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva.</p>
--	--

3.2.13. Educação Ambiental

As iniciativas relativas à educação ambiental na região, conforme informações solicitadas junto às Secretarias Municipais de Educação estão voltadas a atividades isoladas em cada município, como por exemplo, atividades de Dia do Meio Ambiente, Dia da Água e Dia da Árvore e também há o Decreto nº3.726/2010 que Regulamenta o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina – PROEEA/SC.

PROPOSIÇÕES PGIRS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
DIRETRIZ	ESTRATÉGIAS (Fonte: Decreto Estadual 3.726/10)
- Sensibilização da comunidade com relação às questões relacionadas aos resíduos sólidos	<ol style="list-style-type: none">1. Formação de recursos humanos para educação ambiental;2. Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;3. Produção e divulgação de material educativo;4. Acompanhamento e divulgação continuada;5. Disponibilização permanente de informações.

3.3. ETAPAS DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DO CIM-AMAVI

Neste item estão descritas as etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos a ser adotadas nos Municípios integrantes do CIM-AMAVI quanto a segregação, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos que são de responsabilidade dos Municípios associados.

3.3.1. Resíduos Sólidos Urbanos

Quanto aos RSU, entendeu-se que a busca por soluções deve se pautar em alternativas que contemplem tecnologias, visando o aproveitamento/valorização integral das diversas tipologias de resíduos gerados e gerando uma quantidade mínima de rejeito, indo de encontro ao que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As soluções aqui propostas deverão ser empregadas através de uma Central Regional de Processamento, a ser dimensionada para o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos gerados nos municípios consorciados.

Neste sentido, propomos o seguinte gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos para a região do Alto Vale do Itajaí:

a) Segregação

A segregação a ser proposta, será a separação em resíduos secos (recicláveis) e resíduos úmidos (orgânicos e rejeitos), sendo realizada na fonte, pelo gerador.

PROPOSIÇÕES PGIRS

b) Acondicionamento

Permanece a forma de acondicionamento dos RSU para a coleta, por meio de lixeiras individuais (nas residências unifamiliares) e de lixeiras coletivas (nas edificações multifamiliares).

Propõe-se que gradativamente os resíduos sólidos urbanos passem a ser acondicionados em invólucros diferenciados por cor (conforme NBR específica) e volume, tendo em cada qual a identificação do usuário através de código de barras impresso no invólucro e que o mesmo seja confeccionado com materiais recolhidos no processo, podendo ser de plástico, papelão ou outros. Os resíduos passarão a ser depositados para coleta pelo gerador em containeres estacionários – CE, disponibilizados pela municipalidade, e instalados em logradouros públicos, variando em função do adensamento domiciliar, monitorado com câmeras de vigilância com memória para identificar possíveis vandalismos, e que receberão os seguintes resíduos:

- Container estacionário 1 (CE-1): resíduos úmidos.
- Container estacionário 2 (CE-2): resíduos secos.

Os containeres estacionários (CE) possuirão as seguintes características:

- Volume: 2 a 4 metros cúbicos;
- Material: aço galvanizado;
- Travas eletrônicas, com destravamento possível apenas via identificação do código de barras impresso nos invólucros.
- Tampas articuladas em duas partes, sendo que de um lado deverá ter dispositivo duplo de abertura, acionado a pedal operável com o pé, e com alças de abertura manual;
- Plataforma do container apoiadas sobre rodas.

PROPOSIÇÕES PGIRS

c) Coleta/Transporte

Permanecem as formas de coletas, conforme descrito no diagnóstico deste plano, com o uso de caminhões coletores/compactadores para a coleta convencional e caminhões basculante/carroceria aberta/baú para a coleta seletiva.

Propõe-se que gradativamente, a coleta e transporte, sejam automatizados, com o uso de caminhões com capacidade e em quantidade suficiente para atender a demanda e com as seguintes características:

- Sistema hidromecânico com capacidade para erguer e tombar caçambas estacionárias de 2 a 4 metros cúbicos. Este sistema deverá ser operado pelo motorista do caminhão.

d) Transbordo

Permanecem as unidades de transbordo descritas no levantamento realizado no diagnóstico, mas que gradativamente poderão, em função da necessidade e após estudos de viabilidade de instalação, serem implantadas novas unidades de transbordo em locais apontados pelos estudos.

e) Tratamento

Para os Municípios do Alto Vale do Itajaí, as formas de tratamento adotadas serão:

- **Para os resíduos secos:**

Propõe-se inicialmente a instalação de um Parque Tecnológico de Triagem, Processamento e Manejo, para a triagem e valoração de

PROPOSIÇÕES PGIRS

materiais com cotação no mercado. Gradativamente propõe-se agregar valor aos materiais, transformando-os em produtos através da industrialização, que poderá ocorrer em anexo ao Parque Tecnológico.

Entende-se como industrialização o processo no qual haverá um beneficiamento de matéria-prima para transformação em novos produtos, como por exemplo, podemos mencionar os seguintes:

- Transformação do material plástico em invólucros que poderão ser usados como embalagens dos resíduos ou em galões para serem usadas para armazenar os óleos vegetais e animais;
 - Transformação do óleo vegetal e animal em biodiesel;
 - Transformação do caco de vidro em novas garrafas;
 - Transformação de latas de alumínio em novas latas.
-
- **Para os Resíduos Úmidos:**

Propõe-se inicialmente a instalação de um Parque Tecnológico de Triagem, Processamento e Manejo, onde, a matéria orgânica será selecionada, para posterior biometanização e compostagem com produção de fertilizantes.

Entende-se por biometanização o processo de tratamento biológico anaeróbio que consiste na degradação da matéria orgânica e geração de biogás, com os seguintes benefícios:

- Redução considerável do volume total da matéria orgânica;
- Produção de biogás, para utilização na frota de veículos da frota utilizada no processo;
- Produção de biomassa.

Define-se como compostagem o método de tratamento aeróbio da fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos sob determinadas condições, que se aplica aos seguintes resíduos:

PROPOSIÇÕES PGIRS

- a) Resíduos orgânicos oriundos do Parque Tecnológico de Triagem;
- b) Resíduos de feiras livres;
- c) Resíduos verdes oriundos de poda, roçada e capina do sistema de limpeza pública dos Municípios;
- d) Subproduto do processo de biodigestão (digesto).

O produto final do processo de compostagem (composto) para fins de utilização e comercialização deverá atender às especificações impostas pela Instrução Normativa n.º 23 (IN 23), de 31 de agosto de 2005 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo classificado como fertilizante orgânico Classe C.

f) Disposição Final

A disposição final será realizada em aterros sanitários e atenderá as mesmas metas da versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, permanecendo o encaminhamento dos resíduos aos respectivos aterros sanitários até a instalação do respectivo Parque Tecnológico de Triagem.

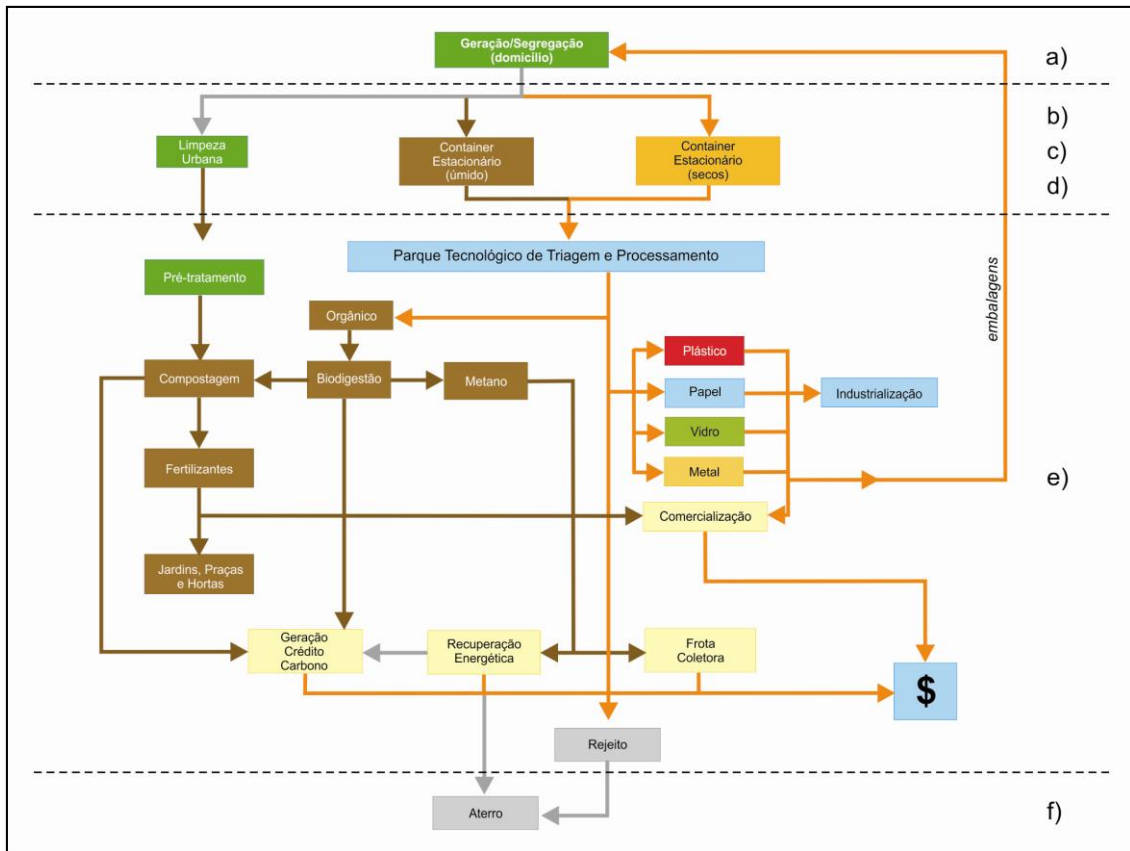
Após a instalação do Parque, com a conseqüente valoração dos materiais recicláveis, biometanização da matéria orgânica, e compostagem dos resíduos resultantes da biometanização, sendo apenas os rejeitos decorrentes dos processos acima, dispostos em aterro sanitário.

g) Fluxograma das etapas de gerenciamento de Resíduos Sólidos

No fluxograma abaixo pode ser observada as etapas de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos pelos Municípios do CIM-AMAVI:

PROPOSIÇÕES PGIRS

FIGURA 01 – Modelo de Gestão Integrada de RSU a ser adotado



Fonte: CIM-AMAVI, 2012

3.4. RESPONSABILIDADES QUANTO A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ADOTADAS PELO CIM-AMAVI

Apesar de já haver uma regulamentação quanto às responsabilidades pela gestão dos resíduos prevista em normas e legislações específicas, para o PGIRS do CIM-AMAVI ficaram acordadas as seguintes responsabilidades para o gerenciamento dos resíduos, conforme a tabela a seguir:

PROPOSIÇÕES PGIRS

Tabela 04 – Responsabilidades quanto ao gerenciamento dos resíduos
– CIM-AMAVI

Tipo de Resíduo	Etapa	Responsabilidade
Resíduo Sólido Urbano – RSU (úmidos e secos)	Acondicionamento	Gerador
	Coleta/Transporte	Poder Público
	Disposição	Poder Público
Resíduos Comerciais	Acondicionamento	Gerador
	Armazenamento	Gerador
	Transporte	Poder público (pequenos volumes)
		Gerador (grandes e médios volumes)
	Destinação	Poder público (pequenos volumes)
Gerador (grandes e médios volumes)		
Resíduo da Construção Civil	Acondicionamento	Gerador
	Armazenamento	
	Transporte	
	Destinação	
Resíduo da Limpeza Urbana	Acondicionamento	Poder Público
	Armazenamento	
	Transporte	
	Destinação	
Resíduo Sólido Industrial	Acondicionamento	Gerador
	Armazenamento	
	Transporte	
	Destinação	
Resíduo Sólido agrossilvopastoris orgânicos	Acondicionamento	Gerador
	Armazenamento	
	Transporte	
	Destinação	
Resíduo sólido	Acondicionamento	Gerador

PROPOSIÇÕES PGIRS

agrossilvopastoris inorgânicos	Armazenamento		
	Transporte		
	Tratamento	Fabricante	
	Destinação		
Resíduo de serviço de saúde	Acondicionamento	Poder Público	
		Gerador	
	Armazenamento	Poder Público	
		Gerador	
	Transporte	Poder Público	
		Gerador	
	Tratamento	Poder Público	
		Gerador	
	Destinação	Poder Público	
		Gerador	
	Resíduos da Mineração	Acondicionamento	Gerador
		Armazenamento	
Transporte			
Destinação			
Resíduo com logística reversa obrigatória (pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes)	Acondicionamento	Gerador	
	Armazenamento	Comerciante	
		Distribuidor	
		Importador	
		Fabricante	
	Transporte	Distribuidor	
		Importador	
		Fabricante	
	Destinação	Distribuidor	
		Importador	
		Fabricante	
	Disposição	Distribuidor	
		Importador	
		Fabricante	
Resíduo com logística	Acondicionamento	Gerador	

PROPOSIÇÕES PGIRS

reversa obrigatória (pneus e eletroeletrônicos)	Armazenamento	Comerciante
		Distribuidor
		Importador
		Fabricante
	Transporte	Distribuidor
		Importador
		Fabricante
	Destinação	Distribuidor
		Importador
		Fabricante
	Disposição	Distribuidor
		Importador
Fabricante		
Resíduo Volumoso	Acondicionamento	Gerador
	Transporte	Poder Público
	Disposição	Poder Público
Resíduo do serviço público de saneamento básico	Acondicionamento	Gerador
	Armazenamento	
	Tratamento	
	Transporte	
	Destinação	
	Tratamento	
	Disposição	

Fonte: CIM-AMAVI

O descumprimento destas responsabilidades implicará nas penalidades previstas na legislação em vigor.

Os serviços de responsabilidade dos geradores de resíduos, que a critério do município vierem a ser executados pelo mesmo, serão cobrados com base na quantidade gerada, pelo controle de volume ou massa, inclusive o uso do Parque de Triagem para o armazenamento ou destinação final do resíduo.

PROPOSIÇÕES PGIRS

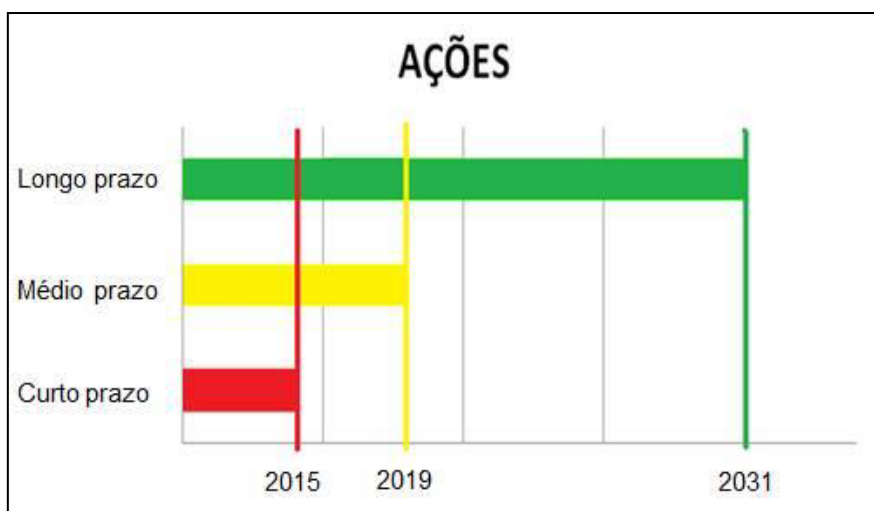
Os comerciantes, distribuidores, importadores e fabricantes dos produtos geradores de resíduos que forem obrigados a elaborar e apresentar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, individual ou integrado, conforme exigência do artigo 13 da Lei nº 12.305/10 devem elaborá-los de acordo com o artigo 21 da referida lei e demais normas técnicas, ambientais, de saúde e de segurança do trabalho vigentes.

3.5. METAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

A definição das metas e prazos para o atendimento das Estratégias foi articulada com os municípios, comunidade e segmentos, de acordo com a realidade local e a legislação pertinente, propondo-se metas para todos os tipos de resíduos discutidos, considerando os três cenários propostos, e definindo-se ainda prazos de implementação/execução das ações num horizonte temporal de 20 anos para o Plano, sendo:

- Metas de curto prazo (até 2015);
- Metas de médio prazo (até 2019); e
- Metas de longo prazo (até 2031).

O cronograma de barras apresentado abaixo ilustra esta organização temporal das ações e seus respectivos horizontes.



PROPOSIÇÕES PGIRS

3.5.1. Resíduos Sólidos Urbanos

Nas tabelas a seguir, são apresentadas as metas do PGIRS CIM-AMAVI para os resíduos sólidos urbanos, considerando o horizonte temporal de vinte anos e os três cenários descritos anteriormente (Favorável, Intermediário e Desfavorável).

Para a elaboração das Metas 01 a 04, que são metas de redução, foi usado como base, os mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para os valores de geração de resíduos, foram utilizados os valores do ano de 2011, o mesmo apresentado no diagnóstico, considerando para isso um valor de **39.202 toneladas/ano**. Para os valores de taxa de crescimento, foi utilizado o mesmo apresentado no diagnóstico que é de 1,10 % ao ano.

Meta 01 – Disposição Final Ambientalmente Adequada dos RSU

		Disposição final ambientalmente adequada dos RSU					
Estimativa de geração (t/ano)	Ano	Disposição (t/ano)		Disposição (t/ano)		Disposição (t/ano)	
		Favorável	Intermediário	Desfavorável			
39202	2011	90%	35875	90%	35875	90%	35875
40955	2015	42%	17075	65%	26656	71%	29023
42787	2019	42%	17838	57%	24283	63%	27165
44701	2023	42%	18636	48%	21646	57%	25655
46701	2027	42%	19325	44%	20525	53%	24656
48790	2031	41%	20098	41%	20098	49%	24081

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 02 – Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos

Disposição final ambientalmente adequada de rejeitos							
Estimativa de geração (t/ano)	Ano	Disposição (t/ano)		Disposição (t/ano)		Disposição (t/ano)	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
6547	2011	100%	6547	100%	6547	100%	6547
6840	2015	100%	6840	100%	6840	100%	6840
7145	2019	100%	7145	100%	7145	100%	7145
7465	2023	100%	7465	100%	7465	100%	7465
7799	2027	100%	7799	100%	7799	100%	7799
8148	2031	100%	8148	100%	8148	100%	8148

Meta 03 – Redução dos Res. Recicláveis Secos Dispostos em aterro

Redução dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterro							
Estimativa de geração (t/ano)	Ano	Geração (t/ano)		Geração (t/ano)		Geração (t/ano)	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
12505	2011	30%	3747	30%	3747	30%	3747
13065	2015	70%	9145	45%	5879	43%	5618
13649	2019	70%	9554	55%	7507	50%	6825
14260	2023	70%	9982	65%	9269	53%	7558
14417	2027	70%	10092	70%	10092	58%	8362
15564	2031	70%	10895	70%	10895	60%	9338

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 04 – Redução dos Resíduos Úmidos Dispostos em aterro

Estimativa de geração (t/ano)	Ano	Geração (t/ano)		Geração (t/ano)		Geração (t/ano)	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
20150	2011	0%	0	0%	0	0%	0
21051	2015	70%	14736	40%	8420	30%	6315
21993	2019	70%	15395	50%	10996	40%	8797
22976	2023	70%	16084	60%	13786	50%	11488
24004	2027	70%	16803	65%	15603	55%	13202
24268	2031	70%	16988	70%	16988	60%	14561

Com relação à Meta 05, municípios com cobrança por serviços de RSU, sem vinculação ao IPTU, para esta definição de metas, foi usado como base, os mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 05 – Municípios com cobrança por serviços de RSU, sem vinculação ao IPTU

Municípios com cobrança por serviços de RSU, sem vinculação com o IPTU							
% Atual	Ano	Total de Municípios		Total de Municípios		Total de Municípios	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
3,6	2011	3,6%	1	3,6%	1	3,6%	1
	2015	55%	16	50%	14	48%	14
	2019	70%	20	60%	17	65%	19
	2023	85%	24	75%	21	75%	21
	2027	90%	26	85%	24	85%	24
	2031	98%	28	95%	27	90%	26

3.5.2. Resíduos da Construção Civil

Para a definição das Metas 06 a 09 para os Resíduos da Construção Civil no Alto Vale do Itajaí, fomos usados como base, os mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para os valores de geração de resíduos, foram empregados os valores do ano de 2011, o mesmo apresentado no diagnóstico, considerando para isso um valor de **132.249 toneladas/ano**. A taxa de crescimento adotada foi a apresentada no diagnóstico que é de 1,10 % ao ano.

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 06 – Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular

Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular até 2014 (bota foras)

Estimativa de geração (t/ano)	Ano	Geração (t/ano)		Geração (t/ano)		Geração (t/ano)	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
132249	2011	0%	0	0%	0	0%	0
133704	2015	100%	132249	100%	132249	100%	132249
144345	2019	100%	144345	100%	144345	100%	144345
150802	2023	100%	150802	100%	150802	100%	150802
152461	2027	100%	152461	100%	152461	100%	152461
154138	2031	100%	154138	100%	154138	100%	154138

Meta 07 – Implantação de aterros classe A

Implantação de aterros classe A
(reservação de material para usos futuros em 100% dos municípios atendidos por aterros de RCC até 2014)

Situação atual (municípios)	Ano	Municípios		Municípios		Municípios	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
0	2011	0%	0	0%	0	0%	0
	2015	100%	28	100%	28	100%	28
	2019	100%	28	100%	28	100%	28
	2023	100%	28	100%	28	100%	28
	2027	100%	28	100%	28	100%	28
	2031	100%	28	100%	28	100%	28

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 08 – Implantação de PEV's, áreas de triagem e transbordo

Implantação de PEV's, áreas de triagem e transbordo em 100% dos municípios							
Situação atual (municípios)	Ano	Municípios		Municípios		Municípios	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
0	2011	0%	0	0%	0	0%	0
	2015	100%	28	100%	28	100%	28
	2019	100%	28	100%	28	100%	28
	2023	100%	28	100%	28	100%	28
	2027	100%	28	100%	28	100%	28
	2031	100%	28	100%	28	100%	28

Meta 09 – Reutilização e Reciclagem dos RCC

Reutilização e reciclagem em 100% dos destinando os RCC's para instalação de recuperação							
Situação atual (%)	Ano	Municípios		Municípios		Municípios	
		Favorável		Intermediário		Desfavorável	
0	2011	0%	0	0%	0	0%	0
	2015	60%	17	60%	17	60%	17
	2019	80%	23	80%	23	80%	23
	2023	100%	28	100%	28	100%	28
	2027	100%	28	100%	28	100%	28
	2031	100%	28	100%	28	100%	28

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.5.3. Resíduos Sólidos Industriais

Para a elaboração da Meta 10, com relação aos Resíduos Sólidos Industriais, foram usados como base, os mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Meta 10 – Resíduos Perigosos e Não-Perigosos com destinação final ambientalmente adequada

Resíduos Perigosos e Não-Perigosos com destinação final ambientalmente adequada				
Situação atual (%)	Ano	Favorável	Intermediário	Desfavorável
100	2011	100%	100%	100%
	2015	100%	100%	100%
	2019	100%	100%	100%
	2023	100%	100%	100%
	2027	100%	100%	100%
	2031	100%	100%	100%

3.5.4. Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris (orgânicos e inorgânicos)

Com relação aos resíduos sólidos agrossilvopastoris, foram definidas metas apenas para os inorgânicos, (Meta 11), baseada nos mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 11 – Ampliação da Logística Reversa para todas as categorias de Resíduos Agrossilvopastoris Inorgânicos

Ampliação da logística reversa para todas as categorias de Resíduos Agrossilvopastoris Inorgânicos				
Situação atual (%)	Ano	Favorável	Intermediário	Desfavorável
100	2011	100%	100%	100%
	2015	100%	100%	100%
	2019	100%	100%	100%
	2023	100%	100%	100%
	2027	100%	100%	100%
	2031	100%	100%	100%

3.5.5. Resíduos de Serviços de Saúde

Para a elaboração das Metas 12 e 13, com relação aos Resíduos de Serviço de Saúde, foram usados como base, os mesmos valores utilizados na Versão Preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Neste sentido, a concepção futura dos municípios em relação às ações nos horizontes temporais (curto, médio e longo prazo) sobre os resíduos de serviços da saúde (RSS) é retratada nas figuras a seguir:

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meta 12 – Tratamento implementado para resíduos perigosos

Tratamento implementado para resíduos perigosos que necessitem de tratamento
(conforme indicado pelas RDC ANVISA N°306/2004 e CONAMA N°358/2005 e quando definido por norma Estadual e Municipal vigente)

Situação atual (%)	Ano	Municípios		Municípios		Municípios	
		Favorável	Intermediário	Intermediário	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável
100	2011	100%	28	100%	28	100%	28
	2015	100%	28	100%	28	100%	28
	2019	100%	28	100%	28	100%	28
	2023	100%	28	100%	28	100%	28
	2027	100%	28	100%	28	100%	28
	2031	100%	28	100%	28	100%	28

Meta 13 – Disposição Final em local que possua licença ambiental

Disposição Final em local que possua licença ambiental para os RSS

Situação atual (%)	Ano	Municípios		Municípios		Municípios	
		Favorável	Intermediário	Intermediário	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável
100	2011	100%	28	100%	28	100%	28
	2015	100%	28	100%	28	100%	28
	2019	100%	28	100%	28	100%	28
	2023	100%	28	100%	28	100%	28
	2027	100%	28	100%	28	100%	28
	2031	100%	28	100%	28	100%	28

PROPOSIÇÕES PGIRS

Para os Resíduos Sólidos de Mineração não foram elaboradas metas devido à falta de informações no diagnóstico.

Já para os Resíduos com Logística Reversa obrigatória, Resíduos Volumosos, Resíduos do serviço público de saneamento básico e Resíduos de óleos comestíveis não foram elaboradas metas devido a falta de referências e metas para estes resíduos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.6. PROGRAMAS, AÇÕES E RECURSOS NECESSÁRIOS

Neste item definimos os programas e ações para o atendimento das metas e diretrizes estabelecidas para o alcance do cenário desejado. Para cada Programa foi estimados o montante dos investimentos necessários à sua implementação, com base no custo atual da gestão dos resíduos na região.

DIRETRIZ	PROGRAMAS	AÇÕES	RECURSOS NECESSÁRIOS
1 - Eliminação da disposição ambientalmente inadequada de resíduos sólidos.	P1 - Programa de Educação Ambiental	- O Programa Estadual de Educação Ambiental adaptado localmente - Ações para diminuir o desperdício	10% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano
2 - Redução de resíduos sólidos urbanos secos dispostos em aterros sanitários	P2 - Programa de Coleta Seletiva	- Articulação com os Planos Municipais de Saneamento Básico no que tange aos resíduos sólidos visando adequar as metas ao PNRS - Prestar assistência técnica permanente, burocrática e didática, para a capacitação de interessados, pessoas físicas de baixa renda, para a regularização e/ou implementação	5% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano

PROPOSIÇÕES PGIRS

		de Cooperativas ou Associações de Catadores	
	P3 - Programa de Incentivos Fiscais, Financeiros e Creditícios	- Parceria com entidades que fazem a gestão dos recursos dos Municípios para concederem créditos financeiros a custos menores para quem aderir ao Programa de Coleta Seletiva - Parcerias do Poder Público com a iniciativa privada para a identificação de nichos de mercado e produção de bens a partir de materiais resultantes da coleta seletiva e do coprocessamento de rejeitos	1% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano
	P4 - Programa de Implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e	- Projeção e implantação de um Centro Regional para manejo de resíduos sólidos urbanos, com capacidade de tratamento dos resíduos úmidos	500% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano

PROPOSIÇÕES PGIRS

	recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda		
– Recuperação do passivo ambiental existente na região	P5 - Programa de Recuperação do Passivo Ambiental existentes, decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos	– Implantar Programas Municipais de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas para a recuperação das áreas utilizadas como lixões	Valor definido em cada PRADE
– Formalização da cobrança por serviços de RSU, sem vinculação com IPTU.	P6 - Programa de Fiscalização para a aplicação efetiva da Lei nº 11.445/07	- Articulação com o Ministério Público para efetiva aplicação das recomendações estabelecidas nos relatórios elaborados pela agência de regulação	1% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano
– Adoção da Gestão Consorciada dos Resíduos Sólido	P7 - Programa de capacitação técnica para a implementação e operacionalização da gestão integrada dos resíduos sólidos	- Articulação com fundações educacionais e instituições de ensino superior visando à realização de cursos que cumpram essa função.	5% do valor gasto com a gestão do resíduo sólido urbano

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.6.1. Parque Tecnológico de Triagem, Processamento e Manejo

Analisando a região, uma importante ação para a gestão compartilhada do manejo dos resíduos sólidos é a implantação de um Parque Tecnológico de Triagem e Processamento, que entre outras coisas, contribuirá para a redução das distâncias percorridas, o aumento da capacidade de realização dos serviços e atendimento da população, gera a possibilidade de geração de energia na região, além da economia de escala, pela viabilização conjunta de terceirizados.

a) Estudo Locacional

A escolha de uma área para instalação de um Parque Tecnológico de Triagem e Processamento é um estudo que envolve uma série de análises, já que é uma atividade onde pode trazer transtornos à vizinhança e que, do ponto de vista ambiental, implica em medidas específicas para a sua implantação, portanto, sendo sujeito a estudos sobre a sua viabilidade. Na tabela a seguir podem ser observados alguns critérios mínimos para a escolha da área.

Tabela 05 – Critérios mínimos para Estudo Locacional

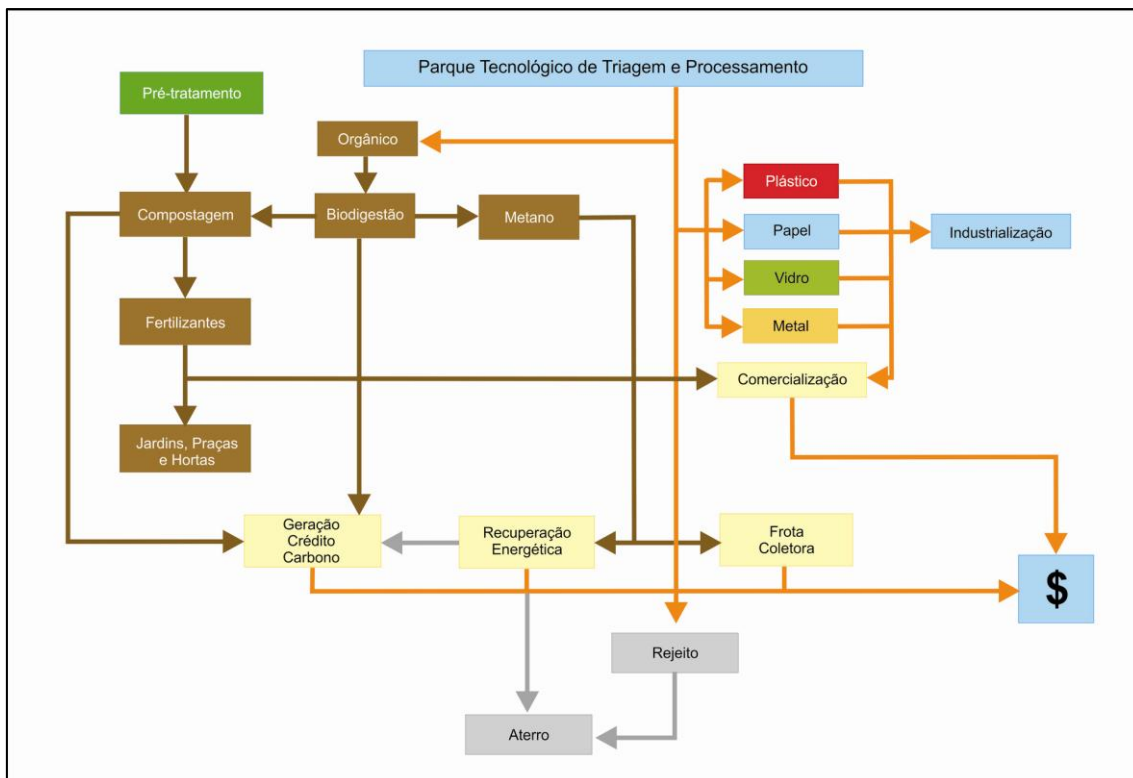
Critérios
Área Sugerida: 15 a 20 ha
Distancia do ponto ótimo: 5 a 20 km
Zoneamento ambiental (APP, distancia dos cursos d'água, área sem restrições no zoneamento ambiental, etc ...)
Declividade do terreno baixa: 3 a 20%
Local fora de cota de enchente
Facilidade de acesso de veículos pesados pelas rodovias (proximidade com rodovias)

PROPOSIÇÕES PGIRS

Densidade populacional baixa
Infraestrutura adequada: rede água, abastecimento elétrico, telefone.
Inexistência de problemas com a comunidade local
Distância de aeroportos
Considerar área de expansão

b) Infraestrutura Física

Quanto a infraestrutura necessária para a implantação do Parque Tecnológico, será a necessária para atender ao seguinte fluxograma:



c) Estrutura Administrativa

Em relação aos recursos humanos, pode-se optar por "terceirizar" a triagem e o beneficiamento dos materiais, através de parcerias com diversas entidades, tal como a associação ou cooperativa de

PROPOSIÇÕES PGIRS

catadores em atendimento a Lei nº 12.305/10. Estas parcerias propiciam, inclusive, a reintegração social de pessoas que estavam relativamente marginalizadas, resgatando nelas o sentido de dignidade.

3.7. FONTE DOS RECURSOS FINANCEIROS

São fontes ordinárias de recursos financeiros, além daquelas decorrentes de tributos cobrados pelo município, como é o caso do IPTU, ISSQN e ITBI, o repasse do ICMS pelos Estados e o Fundo de Participação do Município. Tais recursos são utilizados para financiar projetos de infraestrutura, que poderiam incluir obras de melhoria na área de saneamento e gestão de resíduos.

Contudo, esses recursos são de caráter obrigatório, e os municípios terão acesso a eles independentemente de cumprirem as condições estabelecidas pela PNRS. Além desses recursos ordinários, o município pode vir a ter acesso a recursos extraordinários provenientes da União caso atenda ao conteúdo mínimo da PNRS, por meio de fomento ou de instituições financeiras federais, mediante concessão de linhas de crédito. Desse modo, é importante identificar quais as potenciais fontes para a captação de recursos para gestão dos resíduos sólidos, através de convênios/financiamentos nas esferas estadual e federal, através dos Ministérios, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e parcerias com a iniciativa privada.

Os principais programas de financiamento para projetos na área de RSU são apresentados a seguir:

PROPOSIÇÕES PGIRS

a) Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

Um dos objetivos do BNDES é o auxílio ao desenvolvimento local por meio de parcerias estabelecidas com governos estaduais e prefeituras, viabilizando e implementando os investimentos necessários.

Há linhas, programas e fundos voltados a inovação, investimentos sociais e investimentos em infra-estrutura:

- Saneamento Básico – Coleta, tratamento e disposição de RSU - Redução de Lixões;
- Racionalização de uso de recursos naturais – Aumento da reciclagem;
- Recuperação de passivos ambientais – Recuperação de áreas degradadas por disposição final inadequada.

Todas as esferas de governo podem solicitar auxílio financeiro ao BNDES para investimentos em infraestrutura e cobertura de gastos e despesas, como a compra de equipamentos.

Esse tipo de financiamento é reembolsável. Isso posto, quando requerido pelo município, é necessário que na lei orçamentária esteja contida a previsão do pagamento do valor do empréstimo, bem como haja a permissão para a assunção da dívida em nome do município.

b) Banco do Brasil

Na mesma linha do BNDES, o Banco do Brasil concede financiamentos para a aquisição de máquinas, equipamentos novos e insumos.

Esses financiamentos só podem ser requeridos por sociedades empresárias (micro, pequenas e médias empresas) ou por associações e cooperativas.

PROPOSIÇÕES PGIRS

c) Caixa Econômica Federal

A CEF estabeleceu, em acordo celebrado com o governo federal, linhas de crédito para financiar a elaboração de planos estaduais e municipais de resíduos sólidos; implantação e/ou adequação de coleta e transporte, transbordo e tratamento de RSU; eliminação de lixões, reciclagem e inserção social de catadores, com a profissionalização de cooperativas de catadores.

Assim, o financiamento pode ser requerido tanto por estados e municípios como também pelos demais atores da PNRS, caso dos catadores e das cooperativas que atuem com reciclagem.

d) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O PAC é um programa do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira mediante o investimento em obras de infraestrutura.

Entre as prioridades de investimentos em infraestrutura estão eixos como o saneamento básico (PAC Cidade Melhor), a habitação (PAC Habitação), o transporte (PAC Transporte), a energia (PAC Energia) e os recursos hídricos (PAC Água e Luz Para Todos).

Dessa forma, cabe ao gestor público analisar as opções estabelecidas no sítio do Governo Federal (<http://www.brasil.gov.br/pac>) para, em parceria, poder atender à PNRS com base nos recursos disponibilizados pelo governo federal.

Programas de financiamento não reembolsáveis:

PROPOSIÇÕES PGIRS

e) Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

A Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que pertence ao Ministério do Meio Ambiente. Esse fundo tem como objetivo disponibilizar recursos para a capacitação de gestores nas áreas que desenvolvam ações de temática ambiental, como água, florestas, fauna, projetos sustentáveis e planejamento e gestão territorial ou qualquer outra área que tenha como objetivo a proteção da biodiversidade e da natureza.

Os projetos podem ser apresentados de acordo com temas definidos pelo Conselho Deliberativo do FNMA, que é definido para cada ano. A apresentação de propostas deverá seguir as orientações publicadas na página eletrônica do FNMA.

f) Ministério da Saúde

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão executivo do Ministério da Saúde, autoriza que os Municípios que pretendem receber recursos para fomentar a gestão de resíduos sólidos apresentem propostas de pesquisa nas áreas de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental.

O objetivo desse órgão é aperfeiçoar as ações para a saúde pública com a criação de sistemas que ampliem a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos para o controle de doenças decorrentes da ineficiência do sistema de limpeza urbana.

Os projetos podem ser apresentados por municípios que tenham população total de até 50 mil habitantes e que estejam incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), devendo a temática

PROPOSIÇÕES PGIRS

atender ao manual de orientações técnicas para a Elaboração de Projetos de Resíduos Sólidos, que está disponível no sítio da FUNASA.

g) Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)

O Ministério das Cidades é um dos atores da PNRS e tem como missão principal assegurar à população o direito de acesso ao sistema de Saneamento Básico em sua integralidade. O Ministério busca projetos e ações que visem à implantação ou adequação para o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada de resíduos. Os Recursos Federais são repassados através dois programas:

- Saneamento para Todos
- Programa de Resíduos Sólidos – Sistemas de Limpeza Pública.

Podem fazer uso desses recursos os estados, o Distrito Federal e os municípios com população superior a 50 mil habitantes. Normalmente, a operacionalização dos recursos e dos projetos que devem receber verbas para a sua aplicação é feita em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF).

h) O Ministério da Justiça – Fundo de Direito Difuso (FDD)

O fundo administrado pelo Ministério da Justiça tem como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos são provenientes de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), das multas aplicadas

PROPOSIÇÕES PGIRS

por descumprimento a Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e das condenações judiciais em ações civis públicas.

Esses recursos são destinados apenas às entidades que atuam diretamente na defesa dos direitos difusos, como preservação e recuperação do meio ambiente, proteção e defesa do consumidor, promoção e defesa da concorrência, entre outros.

Podem ser apoiados projetos que incentivem a gestão dos resíduos sólidos, a coleta seletiva ou outras formas e programas que incluam os objetivos da própria PNRS, que são a redução, a reutilização, o reaproveitamento e a reciclagem do lixo.

Para candidatar-se ao recebimento de verbas do FDD, é necessário apresentar uma carta-consulta, cujo modelo é divulgado no sítio do Ministério da Justiça. Podem pedir os recursos da FDD as instituições governamentais da administração direta e indireta dos governos federal, estadual e municipal e as organizações não governamentais desde que brasileiras e que estejam relacionadas à atuação em projetos de meio ambiente, defesa do consumidor, de valor artístico ou histórico.

3.8. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

Ações de emergência e contingência são ações para prevenção e atuação em situações de emergência tendo como objetivo definir funções e responsabilidades nos procedimentos que envolvem diversos autores.

Medidas de contingência visam à prevenção, ao passo que as medidas de emergência têm por objetivo programar as ações no caso de ocorrência de um incidente. Portanto, ambas referem-se a uma situação anormal e devem ter uma abordagem conjunta.

Pode-se citar como exemplo de situação anormal, um desastre natural, definido como a ocorrência de um fenômeno natural em um

PROPOSIÇÕES PGIRS

espaço e tempo limitado que causa transtornos nos padrões normais de vida e ocasiona perdas humanas, materiais e econômicas, e danos ambientais, sendo um evento de tal magnitude que, para atender seus efeitos, e necessária uma intervenção externa. Os desastres demandam imediata atenção, a fim de minimizar os riscos para a saúde da população, já bastante afetada.

Em situações críticas como as citadas anteriormente, e necessário o estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional, que envolvem custos adicionais, geralmente elevados. Neste sentido, a Lei nº 11.445/07 preconiza o estabelecimento de ações de emergências e contingências, como objeto do conteúdo do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme art. 19, Inciso IV.

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

IV – Ações para emergências e contingências;

Segundo CORTEZ (2009), e preciso, pois, preparar-se para contingências com um plano que, dentre outros, preveja a logística adequada para atuações imediatas, discipline a forma de coordenação e de atuação dos atores envolvidos e, analise e relate as ocorrências. O referido autor ainda considera o plano de contingência e emergência peça de gestão indispensável para orientar e disciplinar a atuação dos prestadores de serviços públicos essenciais, diante de eventuais casos fortuitos.

Portanto, em casos de eventos emergenciais de paralisação dos serviços relacionados à limpeza pública, coleta e destinação de resíduos, medidas de contingência devem ser adotadas, envolvendo os atores indicados por ocasião da definição das ações. A seguir, são apresentadas propostas de medidas de emergência e contingência relacionadas à componente Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos dos municípios do CIM-AMAVI.

PROPOSIÇÕES PGIRS

3.8.1. Proposta de Gestão de Resíduos Sólidos em Situações de Emergências

A Organização Panamericana de Saúde - OPS recomenda ações a serem seguidas a fim de obter um adequado manejo de resíduos sólidos em situações de emergência. A Figura a seguir, faz parte do documento *Gestión de residuos Sólidos em situaciones de desastre*, publicado pela OPS, e apresenta sete etapas iniciais, a saber: identificação dos tipos e das fontes de resíduos, determinação dos riscos potenciais causados pelos resíduos a saúde e do volume dos resíduos gerados, identificação de métodos seguros de coleta, transporte e destinação final. Dessa forma, é possível fazer um diagnóstico da situação e tomar medidas que atendam a necessidade existente, o que envolve a escolha dos agentes participantes.

FIGURA 02 – Ações iniciais para o adequado manejo de resíduos sólidos em situações de emergência.



Fonte: Organização Panamericana de Saúde - OPS

PROPOSIÇÕES PGIRS

Na seqüência temos algumas ações emergenciais para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos dos municípios do CIM-AMAVI, bem como, as possíveis origens, ocorrências e ações de contingências a serem adotadas.

Tabela 06 – Ações Emergenciais em Situações de Emergência

SITUAÇÃO	ORIGENS POSSÍVEIS	AÇÕES EMERGENCIAIS
A - Paralisação do serviço de varrição	a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores	a) Realizar campanha visando mobilizar a sociedade para manter a cidade limpa; b) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
B - Paralisação do serviço de roçada	a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores.	a) Realizar campanha visando mobilizar a sociedade para manter a cidade limpa; b) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
C - Paralisação do serviço de coleta de animais mortos	a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores; b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta.	a) Realizar campanha visando mobilizar a sociedade para manter a cidade limpa; b) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência; c) Agilidade no reparo

PROPOSIÇÕES PGIRS

		de veículos avariados.
D - Paralisação do serviço de coleta de resíduos especiais e volumosos	<p>a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores;</p> <p>b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos;</p> <p>c) Inoperância do local de disposição.</p>	<p>a) Realizar campanha visando mobilizar a sociedade para manter a cidade limpa;</p> <p>b) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos avariados;</p> <p>c) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.</p>
E - Paralisação do sistema de Coleta Domiciliar	<p>a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores;</p> <p>b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta.</p>	<p>a) Comunicação à população;</p> <p>b) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência;</p> <p>c) Substituição dos veículos avariados por veículos reserva;</p> <p>d) Agilidade no reparo de veículos avariados.</p>
F - Paralisação do sistema de Coleta de RSS	<p>a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou servidores;</p> <p>b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos;</p> <p>c) Obstrução do sistema viário.</p>	<p>a) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.</p> <p>b) Substituição dos veículos avariados por veículos reserva.</p> <p>c) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

		<p>avariados.</p> <p>d) Estudo de rotas alternativas.</p>
G - Paralisação do sistema de Coleta Seletiva	<p>a) Greve geral da empresa operadora do serviço ou associação de catadores contratada;</p> <p>b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos;</p> <p>c) Obstrução do sistema viário;</p> <p>d) Inoperância dos galpões de triagem e/ou PEVs.</p>	<p>a) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência;</p> <p>b) Realizar a venda dos resíduos recicláveis no sistema de venda de caminhão fechado;</p> <p>c) Substituição dos veículos avariados por veículos reserva;</p> <p>d) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos avariados.</p> <p>e) Estudo de rotas alternativas.</p>
H - Inoperância do Centro de Triagem	<p>a) Escassez de materiais;</p> <p>b) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos.</p> <p>c) Falta de mercado para comercialização de agregados reciclados;</p> <p>d) Falta de operador;</p> <p>e) Alto custo de transporte à destinação dos resíduos.</p>	<p>a) Elaboração de cartilhas e propagandas;</p> <p>b) Substituição dos veículos avariados por veículos reserva.</p> <p>c) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos avariados.</p> <p>d) Acionamento dos funcionários da prefeitura para manutenção do serviço;</p> <p>e) Implantação de áreas</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

		de transbordo e triagem intermediárias.
I - Paralisação da operação do Transbordo	<p>a) Greve geral da empresa operadora do serviço;</p> <p>b) Obstrução do sistema viário;</p> <p>c) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos.</p>	<p>a) Encaminhar os resíduos diretamente para o local de disposição final;</p> <p>b) Contratação de empresa especializada em caráter de emergência;</p> <p>c) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos avariados;</p> <p>d) Estudo de rotas alternativas.</p>
J - Inoperância dos PEVs	<p>a) Insuficiência de informação à população;</p> <p>b) Obstrução do sistema viário (até destinação dos resíduos);</p> <p>c) Inoperância do destino final;</p> <p>d) Ações de vandalismo;</p> <p>e) Falta de operador.</p> <p>f) Avaria/Falha mecânica nos veículos de coleta/equipamentos;</p> <p>g) Estudo de rotas alternativas.</p>	<p>a) Comunicação à população;</p> <p>b) Implantação de novas áreas para disposição;</p> <p>c) Reforço na segurança;</p> <p>d) Comunicação à polícia;</p> <p>e) Reparo das instalações danificadas;</p> <p>f) Acionamento dos funcionários da prefeitura para manutenção do serviço;</p> <p>g) Agilidade no reparo de veículos/equipamentos avariados.</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

<p>K - Obstrução do sistema viário</p>	<p>a) Acidentes de trânsito;</p> <p>b) Protestos e manifestações populares;</p> <p>c) Obras de infraestrutura.</p> <p>d) Desastres naturais com obstrução parcial ou alagamento de vias públicas, como, chuvas intensas e prolongadas, escorregamentos em encostas</p>	<p>a) Estudo de rotas alternativas para o fluxo dos resíduos.</p>
<p>L - Geração de resíduos volumosos oriundos de catástrofes</p>	<p>a) Catástrofes ambientais</p>	<p>a) Identificação de possíveis locais para disposição final adequada para este tipo de resíduo.</p> <p>b) Acionamento dos funcionários da prefeitura;</p> <p>c) Acionamento das equipes regionais;</p> <p>d) Acionamento da concessionária de energia elétrica;</p> <p>e) Acionamento dos Bombeiros e Defesa Civil.</p>

PROPOSIÇÕES PGIRS

Outras ações de emergência e contingência:

- Ações administrativas

- a) manter cadastro de empresas fornecedoras dos serviços para contratação em caráter emergencial;
- b) manter cadastro de aterros sanitários de cidades próximas para serviços de contratação em caráter emergencial.

- Ações de controle operacional

Acompanhamento do serviço de coleta por meio de:

- a) Fiscalização da abrangência de atendimento e qualidade do serviço;
- b) plano de ação nos casos de incêndio;
- c) gestão de riscos ambientais em conjunto com órgãos ambientais e de recursos hídricos.

- Formas de acionamento

O tipo de acionamento preferencial para quaisquer órgãos ou entidades é definido pelo meio mais eficiente e adequado à situação. Em geral, pode-se utilizar em primeiro lugar, o telefone, seguido de mensagem eletrônica.

3.9. MEDIDAS SANEADORAS DOS PASSIVOS AMBIENTAIS

Conforme o art. 50 do Decreto nº7404/10, os planos de gestão integrada de resíduos sólidos deverão identificar e indicar medidas saneadoras para os passivos ambientais originados, entre outros, de:

- I – áreas contaminadas, inclusive lixões e aterros controlados; e

PROPOSIÇÕES PGIRS

II – empreendimentos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Para atendimento desta recomendação está previsto um programa específico, no item de Programas e Ações.

3.10.ADEQUAÇÕES NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Conforme levantado no Diagnóstico, para as adequações necessárias na Legislação Municipal na região, apresentam-se as seguintes proposições para o Código de Posturas, Código Tributário, Lei da Política Municipal de Resíduos Sólidos, entre outras, conforme segue:

3.10.1. Código de Posturas

Prever no Código de Posturas Municipal um mecanismo de inter-relação do PGIRS e as diversas licenças municipais, tais como emissão ou renovação de alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais ou industriais, vistorias da Vigilância Sanitária, vistorias de Bombeiros e Licença Ambiental.

Esta ação proporciona um maior controle e fiscalização sobre os geradores que devem elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos.

3.10.2. Código Tributário Municipal

Promover adequação dos Códigos Tributários Municipais no sentido de se:

a) Instituir normas mais claras a respeito da cobrança de taxas de serviços de coleta e limpeza pública, e fazer revisões periódicas anuais dos valores referentes à taxa de limpeza pública;

PROPOSIÇÕES PGIRS

- b) Fazer a previsão de taxas diferenciadas para os grandes geradores;
- c) Fazer a previsão de incentivos fiscais financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território municipal, bem como para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, privilegiando parceria com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo poder público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.

3.10.3. Lei de Política Municipal de Resíduos Sólidos

Sugere-se a edição de lei municipal instituindo uma política municipal de resíduos sólidos, elaborada em consonância com a Política Nacional e Estadual.

3.10.4. Cobrança do Serviço de Limpeza Pública

Deverá ser realizada a implantação da Taxa de Limpeza Pública, seguindo os preceitos do §2, artigo 145 da Constituição Federal: "As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos".

Considerando ainda o déficit anual da região e ainda os preceitos da Lei nº 11.445/07, que em seu art. 2º, inciso VI, assegura a "*eficiência e sustentabilidade econômica*" e da Lei nº 12.305/10, em seu art. 7º, inciso X assegura a "*adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como de garantir sustentabilidade operacional e financeira*", a de se tomar medidas para a adoção de uma taxa específica de Limpeza Pública e Coleta Seletiva de Resíduos para os Municípios da região, regularizando a forma de arrecadação e

PROPOSIÇÕES PGIRS

ampliando as receitas, buscando assim o equilíbrio financeiro do setor.

3.11. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Segundo a Política Nacional de Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os municípios poderão delegar a regulação e a fiscalização dos serviços de limpeza urbana, definindo a entidade responsável pela regulação e a entidade responsável pela fiscalização, assim como os procedimentos de atuação destas.

Para cumprimento do disposto nos incisos VI, XIII e XVI do artigo 19 da Lei nº 12.305/10, a entidade adotada na região, para avaliar e fiscalizar as atividades de limpeza urbana nos municípios do CIM-AMAVI, será a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, com Sede no Município de Rio do Sul e instalada no início de 2012, com o objetivo da regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

O papel da entidade reguladora é definir os seguintes itens (Lei nº 11.445, artigo 12, inciso 1):

1. As normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos.
2. As normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos.
3. A garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços.
4. Os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso.

PROPOSIÇÕES PGIRS

5. O sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um município.

3.12. PERIODICIDADE DE REVISÃO

Em atendimento ao Decreto nº 7404/10, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI será revisto periodicamente, no máximo a cada 4 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual dos municípios consorciados.

Nas revisões deve ser avaliado o andamento das ações planejadas em relação aos prazos pré-determinados, assim como atualizar prazos ou novas ações e metas para os próximos anos, e ainda novas fontes de financiamento de projetos.

Para tanto, o Poder Executivo deverá encaminhar a proposta de revisão do PGIRS à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente, após realização de audiência(s) pública(s) que aprove(m) as alterações.

A proposta de revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ser elaborada em articulação com a(s) prestadora(s) dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I. Das Políticas Estaduais e Federais de Saneamento Básico, e de Resíduos Sólidos;
- II. Dos Planos Estaduais e Federais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos.

As revisões do PGIRS não podem ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico e financeiro dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

PROPOSIÇÕES PGIRS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7.500/2011**. Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos. ABNT, 2011.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10.004 – Resíduos Sólidos, de 31 de maio de 2004**. Classificar os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente. ABNT, 2004.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 12.235/1992**. Procedimentos o armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos. ABNT, 1992.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 13.221/1995**. Transporte de resíduos. ABNT, 1995.

BRASIL, **Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasil, 2010.

BRASIL, **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do

PROPOSIÇÕES PGIRS

Meio Ambiente – CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Brasil, 1981.

BRASIL, **Lei Federal nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.** Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasil, 2000.

BRASIL, **Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasil, 2005.

BRASIL, **Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978. Brasil, 2007.

BRASIL, **Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 257, de 30 de junho de 1999.** Dispõe sobre procedimentos especiais ou diferenciados para destinação adequada quando do descarte de pilhas e baterias usadas, para evitar impactos negativos ao meio ambiente. CONAMA, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 258, de 26 de agosto de**

PROPOSIÇÕES PGIRS

1999. Alterada pela Resolução 301/02, dispõe da coleta e destinação final adequada aos pneus inservíveis. CONAMA, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 263, de 12 de novembro de 1999.** Inclui o inciso IV no Artigo 6º da Resolução CONAMA 257 de 30 de junho de 1999. CONAMA, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 275, de 25 de abril de 2001.** Estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos. CONAMA, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 307 de 05 de julho de 2002.** Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. CONAMA, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 313 de 22 de novembro de 2002.** Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais CONAMA, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº. 362, de 23 de junho de 2005.** Estabelece novas diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado. CONAMA, 2005.

BRASIL, **Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação.** Ministério do Meio Ambiente, ICLEI, Brasília, 2012.

PROPOSIÇÕES PGIRS

BRASIL. **Versão Preliminar para Consulta Pública: PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** Brasília, 2011.

Organización Panamericana de la Salud. **Gestión de residuos sólidos en situaciones de desastre.** Washington, D.C.: OPS, 2003.

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXOS

ANEXO I – Edital da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, CEP 89160-000, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada “CIM-AMAVI”, representada neste ato pelo Presidente, Sr. Jocelino Amancio, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, CPF nº 292.840.829-00, RG 723.584 SSP/SC, domiciliado e residente na Rodovia BR 470, KM 176, Centro, Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições FAZ SABER que, em cumprimento ao disposto na legislação federal, está em elaboração o PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS) DO CIM-AMAVI, elaborado de forma consorciada conforme dispõe o Art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10, e considerando que já foram realizados os seguintes eventos regionais:

- Reunião com os técnicos municipais para apresentação da metodologia de elaboração do Plano, na sede da AMAVI, no dia 22/05;
- Evento de Lançamento do PGIRS e apresentação da metodologia de elaboração, no município de Pouso Redondo, com a presença dos municípios de Taió, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha, no dia 12/06;
- Evento de Lançamento do PGIRS e apresentação da metodologia de elaboração, no município de Rio do Sul, com a presença dos municípios de Rio do Sul, Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Lontras, Presidente Nereu, Rio do Oeste e Trombudo Central, no dia 14/06;
- Evento de Lançamento do PGIRS e apresentação da metodologia de elaboração, no município de Ibirama, com a presença dos municípios de Ibirama, Dona Emma, José Boiteux, Presidente Getúlio, Vitor Meireles e Witmarsum, no dia 19/06;
- Evento de Lançamento do PGIRS e apresentação da metodologia de elaboração, no município de Ituporanga, com a presença dos municípios de Ituporanga, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia e Vidal Ramos, no dia 21/06;

PROPOSIÇÕES PGIRS

- Oficina para Validação do Diagnóstico e Proposição de Cenários Futuros, com a presença dos técnicos municipais, na sede da AMAVI, no dia 01/08.

Considerando a necessidade da ampla participação da população na elaboração do PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, CONVOCA a população em geral, de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PGIRS, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 13 de novembro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC - Instituto Federal Catarinense, situado na Rua Abrahan Lincon, 210 – Bairro Jardim América, município de Rio do Sul-SC, e atenderá o regulamento anexo a este edital.

A referida audiência será para apresentação dos resultados técnicos do PROGNÓSTICO do PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, pública e aberta à participação de qualquer pessoa, atendendo ao conteúdo da Lei Federal nº 12.305/2010 e do Decreto Federal nº 7.404/2010 que regulamentou a referida Lei, com o objetivo de discutir, incorporar contribuições e validar o referido Diagnóstico.

As manifestações favoráveis e contrárias aos conteúdos em debate, bem como a identificação dos respectivos proponentes e apoiadores, serão devidamente registradas em ata.

A versão preliminar do Diagnóstico do PGIRS está disponível para consulta em sua versão digital, através do sítio eletrônico www.amavi.org.br/cim. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2012.

JOCELINO AMANCIO

Presidente do CIM-AMAVI

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO ÚNICO REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

I – DA PROGRAMAÇÃO

- a) O tempo previsto de duração da Audiência é de 2h30min (duas horas e trinta minutos), admitindo-se sua prorrogação por um prazo não superior a 30 (trinta) minutos.
- b) Os horários e a dinâmica da Audiência poderão ser modificados pelo Presidente, segundo a conveniência e o andamento da mesma, sobretudo para atingir o seu objetivo e o recebimento de contribuições.
- c) Os temas abordados na Audiência Pública obedecerão à seguinte ordem:

14h

1) Solenidade de Abertura com apresentação dos objetivos e leitura do regulamento da Audiência Pública – **30 minutos.**

14h30min

2) Apresentação do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI – **1 hora.**

15h30min

3) Debate e encaminhamentos – **1 hora.**

16h30min

4) Encerramento e café.

II – DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

- a) A Audiência Pública será aberta pelo Presidente, no horário previsto, com tolerância máxima de 15 (quinze) minutos, e com qualquer quórum de presentes. O Presidente do CIM-AMAVI ou seu representante fará a abertura oficial dos trabalhos e dará os encaminhamentos necessários.
- b) Todos os presentes poderão trazer sua contribuição, respeitando a temática objeto da Audiência e em face do conteúdo apresentado, encaminhando por escrito, à mesa coordenadora, devendo os inscritos sempre se identificarem para registro em ata.
- c) O encaminhamento dos questionamentos será feito pelo Presidente ou seu representante, que indicará o(s) responsável(is) pelas respostas.
- d) O tempo determinado para manifestações poderá ser ampliado pela Mesa, em função do número de perguntas, ou considerando a complexidade das mesmas, poderá ser fornecida resposta por escrito “a posteriori”, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- e) O Presidente ou seu representante poderá, no uso de suas atribuições e com consulta à plenária, impugnar perguntas não pertinentes ao objeto da Audiência ou solicitar mais esclarecimentos para as respostas.
- f) Manifestações adicionais poderão ser entregues ao CIM-AMAVI em até 5 (cinco) dias após o encerramento da Sessão em cim@amavi.org.br.
- g) A ata da Audiência será encerrada e assinada pelos integrantes da mesa e pelos que o desejarem, mas todos os presentes deverão assinar lista de presença, que será anexada a Ata para registro e comprovação de presença.
- h) Caberá ao Presidente ou seu representante encerrar a Audiência Pública.

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO II – Publicação do Edital da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no DOM/SC, página 106 em 11/10/2012

11/10/2012 (Quinta-feira)	DOM/SC - Edição Nº 1096	Página 106
Vitor Meireles		
PREFEITURA		
Portaria Nº 175/2012 P O R T A R I A Nº. 175/2012		
IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve		
CONCEDER: de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003.		
Nome: REGIANE KAMMER Cargo: TÉCNICA EM ENFERMAGEM		
Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 16/10/2012 a 25/10/2012, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2010 a 30/11/2011.		
Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.		
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE OUTUBRO DE 2012. IVANOR BOING Prefeito Municipal		
REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___		
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.		
Consórcios		
AGIR		
Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 001/2012 - AGIR E X T R A T O INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO		
PRÓCESSO: 001/2012		
OBJETO: Contratação de consultoria e assessoria técnica na área da regulação econômica, financeira e operacional dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo objeto consiste em prover dados e análises a AGIR, a fim de contribuir para a fundamentação do posicionamento de seu Comitê de Regulação em relação ao pleito formulado pela empresa Foz de Blumenau S.A. no sentido do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para a Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau/SC, considerando o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).		
CONTRATADO: REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA S/S LTDA. (10.648.067/0001-90) VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). DATA VIGÊNCIA: 15/09/2012 DATA VENCIMENTO: 04/11/2012		
BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso II da Lei nº. 8-666/93.		
Blumenau (SC), em 14 de setembro de 2012. VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR (Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)		
Extrato Contrato Nº. 002/2012 - AGIR E X T R A T O CONTRATO Nº. 002/2012 - EXTRATOS CONTRATOS / 2012		
NÚMERO DO CONTRATO: 002/2012 DATA VIGÊNCIA: 15/09/2012 DATA VENCIMENTO: 04/11/2012 NÚMERO DO PROCESSO: 001/2012 - MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE CONTRATANTE: AGIR (11.762.843/0001-41) CONTRATADO: REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA S/S LTDA. (10.648.067/0001-90)		
OBJETO: Contratação de consultoria e assessoria técnica na área da regulação econômica, financeira e operacional dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo objeto consiste em prover dados e análises a AGIR, a fim de contribuir para a fundamentação do posicionamento de seu Comitê de Regulação em relação ao pleito formulado pela empresa Foz de Blumenau S.A. no sentido do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para a Prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau/SC, considerando o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).		
Blumenau (SC), em 15 de setembro de 2012. VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR (Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)		
CIM-AMAVI		
Edital de Convocação de Audiência Pública Edital de convocação DE audiência pública PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS		
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CONVOCA a população em geral de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 13 de novembro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC - Instituto Federal Catarinense, situado na Rua Abraham Lincoln, 210 - Bairro Jardim América, município de Rio do Sul/SC. A versão preliminar do Diagnóstico do PGIRS está disponível no site eletrônico www.amavi.org.br/cim . Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.		
Rio do Sul, 11 de outubro de 2012. JOCELINO AMANCIO Presidente do CIM-AMAVI.		

ANEXO IV – Publicação do Edital do Cancelamento da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no DOM/SC, página 171 em 12/11/2012

<p>12/11/2012 (Segunda-feira) DOM/SC - Edição N° 1116 Página 171</p> <p>Florianópolis, 12 de setembro de 2012, MARCOS FEY PROBST Diretor geral da ARIS</p> <p>DEONÍSIO BILINSKI CPF nº 031.249.249-91 Sócio Gerente</p> <hr/> <p style="text-align: center;">CIM-AMAVI</p> <hr/> <p>Cancelamento de Audiência Pública CANCELAMENTO DE audiência pública PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS</p> <p>O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, COMUNICA a população de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, o CANCELAMENTO da AUDIÊNCIA PÚBLICA marcada para o dia 13 de novembro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC – Instituto Federal Catarinense, município de Rio do Sul/SC, em função de o prognóstico depender de acordos setoriais de geradores de resíduos sólidos não concluídos até a presente data. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.</p> <p>Rio do Sul, 09 de novembro de 2012. JOCELINO AMANCIO, Presidente do CIM-AMAVI.</p> <hr/> <p style="text-align: center;">CIS/AMARP</p> <hr/> <p>Ata Assembléia Geral do CIS/AMARP ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE</p> <p>Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, com início às oito e trinta horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP, sito a Rua Manoel Roque, número noventa e nove, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados para tratar da seguinte ordem do dia, em conformidade com o Edital Nº 01/2012: I - Eleição da Diretoria para o término do Exercício 2012- (18 de novembro a 31 de dezembro de 2012);II - Apresentação e Aprovação do Orçamento de 2013;III -Apresentação do plano de Metas de 2013;III - Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.Dando início aos trabalhos a Diretora Executiva Beatriz Maria Perotto Preto saudou a todos e convidou o Presidente do CIS-AMARP, senhor Cláudio Spricigo, prefeito de Arroio Trinta para presidir os trabalhos. O Presidente senhor Cláudio Spricigo saudou a todos e agradeceu a presença, colocando que no seu entendimento o Consórcio de Saúde está consolidado na região e tem solucionado muitos problemas dos municípios, diminuindo o tempo de espera para realizar exames e consultas médicas especializadas, pois a região ainda apresenta grandes dificuldades pela inexistência destes procedimentos pelo SUS. Em seguida passou-se a Eleição da Diretoria para o término do exercício 2012 que compreende o período 18 de novembro a 31 de dezembro, sendo necessário o fechamento do ano, principalmente movimentações de contas bancárias e os recursos do</p>	<p>Consórcio, junto à Instituição Financeira e outros documentos legais do CIS-AMARP. Após ampla discussão entre os presentes ficou deliberado que os cargos da Diretoria eleita serão para o período 2012/2013- período compreendido entre novembro de 2012 a novembro de 2013 e que apenas o Conselho Fiscal Efetivo e Suplente será para o período compreendido entre 18 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e que no exercício de 2013 serão eleitos novos membros entre os prefeitos eleitos e que tomarão posse nos respectivos poderes executivos em 1º de janeiro de 2013, e que a data para a eleição do Conselho Fiscal será convocada pelo Presidente ainda no início de 2013. Logo após passou-se a eleger os membros da Diretoria que ficou com a seguinte Nominata: PRESIDENTE- Euzébio Viecelli; VICE-PRESIDENTE-Alcir José Bodanese; 2º VICE-PRESIDENTE- Emerson Zanella; 1º SECRETÁRIO- Ludovino Labas; 2º SECRETÁRIO- Wilmar Carelli; CONSELHO FISCAL- EFETIVOS: Cláudio Spricigo; Alcides Boff; Nelson Grassi, CONSELHO FISCAL-SUPLENTE: Darcy Batista Bendlin; Pedrinho Ansiliero; Antoninho Baldissera. MEMBROS EFETIVOS INDICADOS PELO COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE- Nilce Pinz; Glotilde Cazzaletti Sartori. Logo após o contador senhor Odivar Clóvis Biscaro apresentou o Orçamento do CIS-AMARP para o exercício de 2013 com uma receita orçamentária no valor de R\$ 2.714.000,00 (Dois milhões e setecentos e quatorze mil reais) e que colocado em votação foi aprovado. Dando sequência o presidente eleito prefeito de Pinheiro Preto senhor Euzébio Viecelli agradeceu a todos pela confiança e principalmente ao senhor Cláudio Spricigo pelo brilhante trabalho que fez frente ao CIS-AMARP desde a sua implantação batalhando sempre para que o mesmo tivesse êxito. Esgotada a pauta o presidente eleito e empossado agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia. Para constar, mandou lavrar a presente ata que vai assinada por quem de direito.</p> <p>Videira, 07 de novembro de 2012.</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">EUZÉBIO VIECELLI Prefeito de Pinheiro</td> <td style="width: 50%;">EMERSON ZANELLA Preto Prefeito de Macieira</td> </tr> <tr> <td>ALCIR JOSÉ BODANESE Prefeito de Rio das Antas</td> <td>LUDOVINO LABAS Prefeito de Lebon Régis</td> </tr> <tr> <td>WILMAR CARELLI Prefeito de Videira</td> <td>CLÁUDIO SPRICIGO Prefeito de Arroio Trinta</td> </tr> <tr> <td>ALCIDES BOFF Prefeito de Calmon</td> <td>NELSON GRASSI Prefeito de Ibiam</td> </tr> <tr> <td>DARCY BATISTA BENDLIN Prefeito de Matos Costa</td> <td>PEDRINHO ANSILIERO Prefeito de Salto Veloso</td> </tr> <tr> <td>ANTONINHO BALDISSERA Prefeito de Iomerê</td> <td>IMAR ROCHA Prefeito de Caçador</td> </tr> <tr> <td>NELMAR PINZ Prefeito de Fraiburgo</td> <td></td> </tr> </table> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p style="font-size: small;">Digitally signed by CONSÓRCIO DE INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, CNPJ Nº 04.461.901/0001-00, DN: cn=CONSÓRCIO DE INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, ou=CI, ou=DOM/SC, ou=SC, ou=BR, email=dom@dom.sc.gov.br, serial=1116, reason=Assinatura Digital</p> </div>	EUZÉBIO VIECELLI Prefeito de Pinheiro	EMERSON ZANELLA Preto Prefeito de Macieira	ALCIR JOSÉ BODANESE Prefeito de Rio das Antas	LUDOVINO LABAS Prefeito de Lebon Régis	WILMAR CARELLI Prefeito de Videira	CLÁUDIO SPRICIGO Prefeito de Arroio Trinta	ALCIDES BOFF Prefeito de Calmon	NELSON GRASSI Prefeito de Ibiam	DARCY BATISTA BENDLIN Prefeito de Matos Costa	PEDRINHO ANSILIERO Prefeito de Salto Veloso	ANTONINHO BALDISSERA Prefeito de Iomerê	IMAR ROCHA Prefeito de Caçador	NELMAR PINZ Prefeito de Fraiburgo	
EUZÉBIO VIECELLI Prefeito de Pinheiro	EMERSON ZANELLA Preto Prefeito de Macieira														
ALCIR JOSÉ BODANESE Prefeito de Rio das Antas	LUDOVINO LABAS Prefeito de Lebon Régis														
WILMAR CARELLI Prefeito de Videira	CLÁUDIO SPRICIGO Prefeito de Arroio Trinta														
ALCIDES BOFF Prefeito de Calmon	NELSON GRASSI Prefeito de Ibiam														
DARCY BATISTA BENDLIN Prefeito de Matos Costa	PEDRINHO ANSILIERO Prefeito de Salto Veloso														
ANTONINHO BALDISSERA Prefeito de Iomerê	IMAR ROCHA Prefeito de Caçador														
NELMAR PINZ Prefeito de Fraiburgo															

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO V – Publicação do Edital de Cancelamento da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no Jornal Folha do Alto Vale, página 11 em 10/11/2012

**CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
DO CIM-AMAVI - PGRIS**

O **CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**, CNPJ sob nº 14.695.081/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Lajeado, Rio de Sals, COMUNA, a população de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados, em virtude da elaboração do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, o **CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**, marcada para o dia 13 de novembro de 2012, das 14h às 18h30min, no PC Sargento de o propôsulo, disponível de acordo, secretarias de gerência de resíduos sólidos não condutíveis até a presente data. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Ingaí - AMAVI, através do telefone (47)3551-4242, Rio do Sul, 09 de novembro de 2012. JOCELINO AMAMANO, Presidente do CIM-AMAVI.

Publicações LEGAIS

PUBLICAÇÃO DE PRECÃO PRESENCIAL N.º 183/2012

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUÁ** torna público que realizará o Processo Licitatório 101/2012, na modalidade PRECÃO PRESENCIAL. Forma de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à AQUISIÇÃO DE GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS PARA LERNO NA ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ECIPLANÇAS DOS CENTROS EDUCACIONAIS INFANTE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, através do seu site: <http://www.pmf.taqua.sc.gov.br>, em 09/10/2012, às 14h30min, no endereço: Rua 23 de setembro de 2012 e a abertura dos envelopes às 09:30 horas, do mesmo dia, Edital e arquivos disponíveis no link http://www.taqua.sc.gov.br/arquivos/licitacoes/inf- informacoes_com_CARLOS_CAVA.pdf e email respostas@taqua.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3262-0150.

Táq, 09 de novembro de 2012
ADEMAR DALFOVO
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 25/2012

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUÁ**, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que realizará o Processo Licitatório 25/2012, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, destinado à CONTRATACÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE EDUCACIONAL COMERCIAL PARA MINISTRAR O CURSO SAÚDE EDUCACIONAL E SOCIEDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLENCIA COM A CRIANÇA E O JOVEN DE TAQUÁ, COM OBJETIVO DE CAPACITAR PROFISSIONAIS DE SAÚDE EDUCACIONAIS, REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL, ATUANDO NA PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS EDUCACIONAIS VIOLENCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVEN TAQUENSES, CONFORME PROJETO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE LICITAÇÃO. Mais informações, no site da Prefeitura Municipal de Taquá, SC, através do endereço http://www.taqua.sc.gov.br/arquivos/licitacoes/inf- informacoes_com_CARLOS_CAVA.pdf e pelo e-mail respostas@taqua.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3262-0150.

Táq, 09 de novembro de 2012
ADEMAR DALFOVO
Prefeito

... de acordo com o entendimento do Conselho Estadual de Educação, que autoriza o cancelamento da 9ª e 10ª etapas do Concurso Catarinense, que estava programada para este final semana. A posição foi tomada em razão da previsão de muita instabilidade no final de semana interno, possibilidade até de trovoadas com vento e granizo. O evento deve ocorrer nos dias 8 e 9 de dezembro.



**FAÇA COMO MANDA A LEI.
PUBLIQUE EM UM JORNAL
DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

**PUBLICAÇÃO LEGAL
É NA FOLHA
(47) 3525 5052**

Folha

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO VI – Publicação do Edital da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no DOM/SC, página 249 em 14/11/2012

14/11/2012 (Quarta-feira)	DOM/SC - Edição Nº 1118	Página 249
<p>- Rio do Sul - Santa Catarina.</p> <p>4 - A documentação completa do Edital e seus anexos poderá ser examinada e retirada na sede do CIM-AMAVI ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim.</p> <p>Rio do Sul, 14 de novembro de 2012. JOCELINO AMANCIO Presidente do CIM-AMAVI</p> <p>Edital de Convocação de Audiência Pública Edital de convocação DE audiência pública PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS</p> <p>O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CONVOCA a população dos municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 11 de dezembro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC - Instituto Federal Catarinense, situado na Rua Abrahan Lincon, 210 - Bairro Jardim América, município de Rio do Sul/SC. A versão preliminar do Diagnóstico do PGIRS está disponível no site eletrônico www.amavi.org.br/cim. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.</p> <p>Rio do Sul, 14 de novembro de 2012. JOCELINO AMANCIO Presidente do CIM-AMAVI</p> <hr/> <p style="text-align: center;">CIMVI</p> <hr/> <p>Primeiro Termo Aditivo - Contrato Nº 015/2012 PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 015/2012</p> <p>As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Carlos Alberto Pegoretti, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Rodeio, CPF nº 419.729.969-91, domiciliado e residente Rua Barão do Rio Branco, nº 1.356, na cidade de Rodeio - SC, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado EDSON PISKE, brasileiro, solteiro, convivendo em união estável, engenheiro químico, registro no CREA-SC nº 077282-6, CPF 896.340.559-15, residente e domiciliado à Rua Brusque, nº 277, Cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2012, firmado em 02 de maio de 2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:</p> <p>CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES</p> <p>O prazo de vigência do Contrato nº 015/2012, previsto em sua Cláusula Quarta, fica alterada por este Termo Aditivo, passando a ser de 02 de maio até 31 de dezembro de 2012.</p> <p>O valor e a forma de pagamento de que trata a Cláusula Terceira</p>		
<p>do Contrato nº 015/2012 fica alterado em razão da prorrogação do prazo de vigência, passando ao valor total de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), pagáveis em oito parcelas mensais de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) cada uma, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.</p> <p>CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO</p> <p>Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo aditivo.</p> <p>E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.</p> <p>Timbó, 31 de outubro de 2012. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ Consórcio</p> <p>EDSON PISKE Contratado</p> <p>Testemunhas: ADEMIR WINKELHAUS CPF nº 463.356.099-91</p> <p>VALTER CONRADO DE ARAÚJO CPF nº 379.549.389-72</p>		
<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: right;"><small>Digitally signed by CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, DN: c=BR, o=SC, ou=CONSOZC/SC, ou=CP, ou=BR, ou=Secretaria de Estado Federal do Brasil, ou=BR, ou=BR, ou=CNPJ, ou=AMAVI, ou=CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, Date: 2012.11.13 13:59:22 -0300</small></p>		
<p> DOM/SC Assinatura Digital</p>		<p>www.diariomunicipal.sc.gov.br</p>

ANEXO VII – Publicação do Edital da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no Jornal Folha do Alto Vale, página 12 em 14/11/2012

12
PUBLICAÇÃO
O Diário da Região


PUBLICAÇÕES LEGAIS



Júlio Ramos Luz
ESTADO DE SANTA CATARINA



JUCESC
AARC nº 162

ILÃO PUBLICO Nº 002/2012

modelo 48, cor LANCE 1.000,00. LOTE 15: RETRO ESCAVADEIRA MASSEY FERGUSON 86, ano 2006, diesel. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00. LOTE 16: Aproximadamente 4.000 LITROS DE ÓLEO QUEIMADO A GRANEL. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 17: Aproximadamente 28.000 Kg de FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00. LOTE 18: SUCATA VEÍCULO GM/MONZA GLS, ano/moelo 1994. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 19: Aproximadamente 130 UNIDADES DE LONAS DE FRIIO. Das marcas: frax-le, duroline, lona flex, thermasta, truckbus, thermoid, napa para veículos e máquinas das marcas agrale, Inm, chevrolet, fiat alfas, komatsu, Mercedes Benz, VW, material sem uso. LANCE INICIAL R\$ 250,00. LOTE 20: Aproximadamente 70 UNIDADES DE CARÇAÇA DE PNEUS USADOS de caminhão, veículos e máquinas no estado em que se encontra. Custo R\$ 5,00 por unidade. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 21: Caminhão MERCEDES BENZ 710, ano 1997, modelo 1998, Placas L25 7921, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00. LOTE 22: RETRO ESCAVADEIRA FIATALLIS, modelo FB 80.3, ano 2002. LANCE INICIAL R\$	30.000,00. LOTE 23: Microônibus PEUGEOT/BOXER REVESCAPI7, ano 2005, modelo 2006, 15 lugares, Placas MHV 5510, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 24: Microônibus RENAULT/MASTER BUS 16 DCI, ano 2005, modelo 2005, 16 lugares, Placas MFQ 8102, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 25: Camionete VW/SAVEIRO 1.6, ano 2003, modelo 2003, Placas MDJ 2702, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 26: 200 METROS DE CABO DE AÇO 1,5 Polegadas. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. Maisoas informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura ou através do site WWW.REIDOSLJLOESCOMBR ou ainda pelos telefones (47) 3621 7700 (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. (Leia o Edital completo com atenção).	CANOINHAS (SC), 09 de novembro de 2012. EDILSON MARCOS DA SILVA LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL MATR. AARC 273 (47) 3521 7730
--	---	--

região (49) 8856 5537 Florianópolis e região (48) 8852 0474
164, centro, RIO DO SUL, SC. CEP 89 160 000
WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COMBR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI
CIM-AMAVI

CARTA CONVITE Nº 003/2012

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CARTA CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos e que realizará às **9 horas do dia 21 de novembro de 2012**, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a construção de cerca de proteção do **Abrigo Institucional** situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, conforme detalhamento contido no objeto e projeto anexo ao Edital. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim. Rio do Sul, 12 de novembro de 2012. **Jocelino Amancio – Presidente**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CONVOCA a população dos municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do **PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI**, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia **11 de dezembro de 2012**, das 14h às 16h30min, no **IFC - Instituto Federal Catarinense**, situado na Rua Abrahan Lincoln, 210 – Bairro Jardim América, município de Rio do Sul/SC. A versão preliminar do Diagnóstico do PGIRS está disponível no sítio eletrônico www.amavi.org.br/cim. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, através do telefone (47)3531-4242. Rio do Sul, 14 de novembro de 2012. **JOCELINO AMANCIO**, Presidente do CIM-AMAVI.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2012

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Pregão Presencial nº 03/2012, no dia 14 de novembro de 2012, às 10h00min, na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC. O Edital e o Projeto Básico estão disponíveis no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI, através do telefone (47)3531-4242. Rio do Sul, 14 de novembro de 2012. **JOCELINO AMANCIO**, Presidente do CIM-AMAVI.

EDITAL

MÁRIA APARECIDA ANGIOLETTI, Oficiala Designada do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itaipava, SC, na fôlha de nº 141.

**ANEXO VIII – Convite da Audiência Pública do Prognóstico do
PGIRS-CIM-AMAVI**

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI

Dia: 11 de dezembro de 2012

Horário: 14h as 16h30min

Local: Instituto Federal Catarinense (Unidade Urbana)

Rua Abrahan Lincon, 210, bairro Jardim América - Rio do Sul

Programação

14h - Solenidade de Abertura com apresentação dos objetivos e leitura do regulamento da Audiência Pública.

14h30min - Apresentação do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI.

15h30min - Debate e encaminhamentos.

16h30min - Encerramento e café.



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO IX – Inserções nas emissoras de rádio da região para divulgação da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI

Data	Horário	Tempo de duração	Emissoras de Rádio
21 de Novembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
22 de Novembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
05 de Dezembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
06 de Dezembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
07 de Dezembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
10 de Dezembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).
11 de Dezembro de 2012	Entre as 12:00h e 12:30h	40 segundos	Rádio Mirador (Rio do Sul), Rádio Difusora (Rio do Sul), Rádio Educadora (Taió), Rádio Verde Vale (Taió), Rádio Sintonia (Ituporanga), Rádio 107.9 fm (Presidente Getúlio) e Rádio Belos Vales (Ibirama).

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO X – Ata da Reunião Setorial 01 – Setor Industrial do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR INDUSTRIAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da ACIRS (Associação Empresarial de Rio do Sul), os técnicos da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes do setor industrial do Alto Vale do Itajaí, conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor industrial. Às 13hrs40 mim, o assessor ambiental da Amavi, Wilando Sérgio Kurth, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida o Empresário Germano Purnhagen, comentou sobre a importância dos licenciamentos ambientais. Coloca que a burocracia atual dos órgãos responsáveis vem impedindo um maior desenvolvimento da região. Sugere ainda que seja avaliada a proposta de que os processos de licenciamento sejam feitos via Amavi. Por manifestação dos participantes, foi constatado que muitas das empresas e maiores geradores de resíduos, apesar de convidados, não estavam presentes na reunião. Logo após o engenheiro sanitário e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara coordenou a discussão em torno das estratégias. Foram estabelecidas as estratégias que seguem: I. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS); II. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade; III. Fiscalizar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2014. IV. Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2015, à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; V. Incentivar

PROPOSIÇÕES PGIRS

e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva; VI. Incentivar a instalação voluntária de PEV's (Pontos de Entrega Voluntária) para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva. VII Sensibilização ambiental dos colaboradores. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 15hrs00min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 25 DE OUTUBRO DE 2012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental


PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XI – Fotos da Reunião Setorial 01 – Setor Industrial do Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XII – Lista de Presença da Reunião Setorial 01 – Setor Industrial do Alto Vale



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor Industrial

Data: 25 – outubro – 2012 Horário: 13h30min Local: ACIRS

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL C. MURARO	Engenheiro	AMA VI	Rio do Sul
GUSTAVO L. WLOCH	Arquiteto	Amavi	Rio do Sul
FELIPE R. FUGAZZA	ANALISTA DE LOGISTICA	WEBER - HYDRAULIK	
Rodrigo G. Lunho	Técnico de Segurança	Kedamotom	Rio do Sul
Diopoldo Alberto Zimmerman	Gerente Técnico	Frigonfrío Riodelense S/A	Rio do Sul
Andréia Pauli	Advogada	Indústria Riodelense S/A	Rio do Sul
Ilaiane P. dos Santos Ramos	Tec. segurança	Praça Ind. Metalúrgica	Ituporanga
WILANDO KURTH	Assessor Ambiental	AMA VI	Rio do Sul
Cláudio Scherer	Engenheiro de materiais	METALUS 3D	Rio do Sul
Silvici Schmitz	Ger. Compras	Metalus 3D	Rio do Sul
ROSELAINY DE SOUZA	TEC. QUÍMICA	ROYAL UCO	Rio do Sul
HILTON ARDUIN	DIRETOR (hilton@neofiber.com.br)	NEOFIBER	Rio do Sul
Mayme M. Daile	Analista Ambiental	metalúrgica Riodelense	Rio do Sul
Paulo C. Magoni	Analista Ambiental	metalúrgica Riodelense	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-27

ANEXO XIII – Divulgação da realização da Reunião Setorial 01, no site www.acirs.com.br, em 25/10/12.

Sala de Imprensa: Notícias

Entidades discutem destino dos resíduos sólidos



Representantes de indústrias de diferentes setores participaram de uma reunião no auditório da ACIRS, hoje à tarde, sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, criado pela Lei 12.305, de 2010. O encontro foi promovido em parceria pela ACIRS e Consórcio Intermunicipal Multifinalitário (CIM-AMAVI). O objetivo desta e das próximas reuniões é colher propostas para o prognóstico do Plano, com empresas do setor comercial, construção civil, mineração, resíduos de saúde e

agrosilvopastoril, logística reversa. “Não gerar ou reduzir resíduos, reutilizar e reciclar, são os três itens que precisam ser trabalhados nesse processo”, salientou Wilando Sérgio Kurth, assessor ambiental da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi).

De acordo com dados da Associação, o Alto Vale gera cerca de 50 toneladas de matéria orgânica por dia, referente ao resíduo sólido urbano. O que fazer com esse e outros tipos de resíduos? Essa é a proposta das reuniões, elaborar estratégias para colocar em prática o que a legislação exige. Rejeitos de uma empresa, por exemplo, podem servir como matéria prima para outra empresa. “Estamos nos reeducando, aprendendo a tratar da natureza, para ter um meio ambiente sadio”, comentou Germano Emilio Purnhagen, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul (SIMMMERS).

Quando encerrarem as reuniões, o próximo passo será a realização de uma audiência pública, que deverá acontecer na segunda quinzena de novembro. Em seguida, a proposta seguirá para as câmaras de vereadores para se tornar lei comum entre os municípios da região.

[Voltar](#) | [Imprimir](#)

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XIV – Ata da Reunião Setorial 02 – Setor de Construção Civil do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINDUSCON) DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

No primeiro dia do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões do SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil), os técnicos da AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes do setor da indústria da construção civil do Alto Vale do Itajaí. Para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor. Às 09hrs30 mim, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. Assim foram discutidas e estabelecidas as estratégias que seguem: 1) Criar Associação/Entidade/Cooperativa com objetivo no gerenciamento do manejo dos RCC (INPEV – Aurora). 2) Criar uma Central de recebimento, triagem e armazenamento temporário de RCC na região. 3) Criar PEVs – Pontos de Entrega Voluntária (Ecopontos) para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição. 4) Incentivar a reutilização ou reciclagem dos resíduos de Classe A (trituráveis) e Classe B (madeiras, plásticos, papel e outros). 5) Elaboração pelos grandes geradores, dos planos de gerenciamento dos resíduos da construção e de sistema declaratório dos geradores, transportadores e áreas de destinação. 6) Realizar o cadastro das empresas de coleta e transporte e das empresas geradoras de resíduos de construção civil na região. 7) Instituir Plano de Fiscalização para orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de resíduos da construção civil. 8) Implantar Plano de Educação Ambiental, com ações de sensibilização, mobilização e educação ambiental aos geradores e trabalhadores da construção civil. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 10hrs15min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

PROPOSIÇÕES PGIRS

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 01 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XV – Fotos da Reunião Setorial 02 – Setor de Construção Civil do Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XVI – Lista de Presença da Reunião Setorial 02 – Setor Construção Civil do Alto Vale



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Resíduos Construção Civil

Data: 1º – novembro – 2012

Horário: 9h

Local: SPINDÚSTRIA

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MURARO	Engenheiro	AMAVI	R.S.
MARCIA TENFEN	Secretária	SINDUSCON	R.S.
ARNOLD MARDELLI	PRESIDENTE	"	"
Arthur Costa Hoffmann	Coord. Qualidade	M. Klionski	"
Gustavo L. Wrocht	Arquiteto	AMAVI	RS
WILSON DEGIOVANNI	AFRON CONSULTORIA -	-	Rua de S. L.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep. 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XVII – Ata da Reunião Setorial 03 – Setor Agrosilvopastoris Inorgânicos Civil do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR AGROSILVOPASTORIS INORGÂNICOS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos cinco dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), os técnicos da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes do setor de agrosilvopastoris inorgânicos da região do Alto Vale do Itajaí. Para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí. Às 10hrs00min, o engenheiro sanitarista e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. Assim foram discutidas e estabelecidas as estratégias que seguem: 1- Ampliar as campanhas educativas e seminários junto às Associações de Municípios, cooperativas, secretarias de agricultura, secretarias de saúde, secretarias de educação objetivando a sensibilização para a tríplice lavagem, separação e devolução das embalagens. 2- Apoiar e fomentar a situação existente (AABRI/INPEV).3- Fiscalização nas agropecuárias para o recebimento do material. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 10hrs50min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitarista e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 05 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara
Eng. Sanitarista e Ambiental


PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XVIII – Fotos da Reunião Setorial 03 – Setor Agrosilvopastoris Inorgânicos do Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XIX – Lista de Presença da Reunião Setorial 03 – Setor Agrossilvopastoris Inorgânicos do Alto Vale



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Resíduos Agrossilvopastoris Inorgânicos
 Data: 05 – novembro – 2012 Horário: 10h Local: Auditório Anexo 1 - AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
CELO MACANEIRO	Gerente ADM	AABRI	AJIBOMA
GABRIEL S. MURARA	Engenheiro	AMAVI	RS
GUSTAVO LEONARDO WLOCH	Arquiteto	AMAVI	RIO DO SUL

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XX – Ata da Reunião Setorial 04 – Setor de Serviços de Saneamento do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA CASAN (COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO) PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS CIM-AMAVI.

Aos cinco dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), os técnicos da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes da Casan. Para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí. Às 15hrs00min, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. O participante da reunião, Rangel Barbosa evidenciou a preocupação com o lodo de estações de tratamento de água, informando que somente existem unidades de desidratação de lodo nos municípios de Taió e Acurra. Rangel Barbosa informou que nas novas estações de tratamento de esgoto, estão previstas unidades de tratamento de lodo resultante desta atividade. Em seguida o engenheiro Gabriel coordenou os debates e foram estabelecidas as estratégias que seguem: 1- Destinação adequada do lodo das estações de tratamento de água. 2- Fomentar unidades de desidratação para os resíduos das estações de tratamento de água. 3- Fomentar a criação de empresas de coleta, tratamento e destinação de efluentes de sistemas individuais de tratamento de esgoto. 4- Aproveitamento energético (biometanização) e compostagem do lodo de sistemas individuais de tratamento de esgoto. 5- Cooprocessamento do lodo de ETA e ETE, como agregado, em indústrias cerâmicas e cimentícias. 6- Fomento de pesquisas para aproveitamento agrosilvopastoril do lodo de ETE. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 16hrs00min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

PROPOSIÇÕES PGIRS

RIO DO SUL, 05 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXII – Ata da Reunião Setorial 05 – Setor de Agrosilvopastoris Orgânicos do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR DE AGROSILVOPASTORIS ORGÂNICOS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos sete dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), os técnicos da Amavi responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes do setor de agrosilvopastoris orgânicos da região do Alto Vale do Itajaí. Para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor. Às 13hrs30 mim, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. Assim foram discutidas e estabelecidas as estratégias que seguem: 1-Realizar inventário dos resíduos agrosilvopastoris orgânicos, num período não inferior a 4 (quatro) anos. 2-Aproveitamento energético dos resíduos agrosilvopastoris orgânicos através de sistemas de tratamento (biodigestão) individuais ou consorciados. 3- Realizar compostagem da parcela orgânica restante da biometanização, gerando-se composto fertilizante. 4- Criar fundos públicos que visem a implementação de projetos eco-eficientes na produção de agroindústrias primárias associadas ao setor agrosilvopastoril, buscando a minimização da geração de resíduo e manejo adequado dos mesmos. 5- Fomentar a elaboração de técnicas de manejo florestal que contenham o manejo dos resíduos que sobram no campo. 6- Fomentar a melhoria da produtividade e criar novas tecnologias de produção. 7- Fomentar o desenvolvimento e inovação de tecnologias para o aproveitamento de resíduos agrosilvopastoris. 8- Recuperação de pastagens degradadas. 9- Ampliação do sistema de integração lavoura-pecuário-floresta. 10- Expansão da prática de plantio direto na palha. 11- Expansão da fixação biológica de nitrogênio em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados. 12- Expansão do plantio de florestas. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 14hrs45min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro

PROPOSIÇÕES PGIRS

sanitarista e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

- 1-Lista de presença dos participantes do evento;
- 2-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXIII – Fotos da Reunião Setorial 05 – Setor de Agrosilvopastoris Orgânicos do Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXIV – Lista de Presença da Reunião Setorial 05 – Setor de Agrossilvopastoris Orgânicos do Alto Vale



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Resíduos Agrossilvopastoris Orgânicos

Data: 07 – Novembro – 2012

Horário: 13:30h

Local: Auditório Anexo 1 - AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
Wilmilda Costaro	Secretaria Agricultura	S. da A.	Itourentense
Carlos Gartner	Engenheiro Agrônomo	Prefeitura Agronômica	
Juan Carlos Zini	Enfermeiro Agrônomo	Prefeitura Municipal	Passo de Liberdade
João Carlos Schly	Sec. Agric. e meios de transporte	P. M. de Torres	Torres
Joaquim Bastos Araújo	ENG. AGRÔNOMO - PESQUISADOR	EPAGEI - UFRM	Passo de Liberdade
Matias G. Boll	ENG. AGRÔNOMO - Pesquisador	" "	"
Genésio Galvão N	Eng. Agrônomo	CRAVIL	Rio de Sul
Wilson Vicente	Eng. Agrônomo - Prod. Agrícola	Prof. Tamboré Central	TC.
Edson Luis Tronca	COORDENADOR SURSA	AMAVI (CIM)	AMAVI (RVL)
WILAND KURTH	ASSESSOR	AMAVI.	RS
GUSTAVO LEONARDO WLOCH	ARQUITETO	AMAVI	RIO DO SUL.
MARCIA WARMING	Eng. Agrônomo	CRAVIL	Rio do Sul
DORNELLES PORZOBON	SOCIÓLOGO	EPAGEI / UFRM	RIO DO SUL
GISELE DIAS	ASS. JORNALISTA	EPAGEI / UFRM	EPOLIS

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - E-mail: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cx. 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 12.762.488/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXV – Ata da Reunião Setorial 06 – Setor Serviços de Saúde do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INTERGESTORES REGIONAIS DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – REALIZADA NO DIA 08/11/2012.

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, em segunda chamada as quatorze horas, reuniram-se no auditório da Amavi, os gestores regionais de saúde para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Leitura e aprovação das atas das reuniões dos dias 06/08 e 21/09/12; 2. Discussão das Propostas do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os Serviços de Saúde, pelos técnicos da Amavi; 3. Homologação da pactuação de metas dos indicadores do COAP (Contrato Organizativo para a Saúde) pelo Senhor Adalberto Silveira; 4. Orientação para a formulação do Diagnóstico da Região de Saúde, pelo Senhor Adalberto Silveira; 4. Outros assuntos da Comissão Regional. Dando início a reunião o Sr. Darci Bonatto coordenador da comissão, deu as boas vindas aos presentes, leu a pauta da reunião, solicitou inclusão os esclarecimentos do Senhor Sigfried Hildebrand sobre situações que estão ocorrendo no PS do Hospital Regional. Solicitou a senhora Raquel para fazer a leitura das atas das últimas reuniões. Após a leitura colocou as atas em discussão e em seguida em votação sendo aprovadas. Item 2. Convidou o Eng. Sanitarista e Ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara para fazer esclarecimentos sobre as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor de serviços de saúde. O Eng Gabriel apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou as seguintes estratégias: 1) Segregação dos Resíduos de Serviços de Saúde na fonte geradora; 2) Promover a capacitação constante dos funcionários dos estabelecimentos públicos de saúde geradores de RSS, quanto a separação e acondicionamento adequado; 3) Adequar os abrigos de armazenamento temporário de RSS nos estabelecimentos públicos de saúde dos Municípios; 4) Tratar os Resíduos do Sistema de Saúde pública na Central de Processamento Regional, por meio de autoclave pela empresa; 5) Fomentar a revisão do PGRSS das Unidades de Saúde Públicas; 6) Fiscalizar a elaboração e implantação do PGRSS, nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde do município, pela vigilância sanitária

PROPOSIÇÕES PGIRS

municipal; 7) Criar cadastro junto com a vigilância sanitária municipal, que permita o controle e monitoramento do quantitativo e qualitativo dos resíduos de serviços de saúde público e privados; 8) Intensificar as ações de fiscalização dos serviços de saúde, na questão do manejo, armazenamento, coleta e destinação final dos resíduos. Após discutidas as estratégias, e colocadas em votação foi aprovadas pelos presentes. Item 3 e 4 – O Senhor Adalberto Silveira, técnico da Gerência de Rio do Sul, fez explanação referente o diagnóstico de saúde que deverá ser realizado por todos os municípios, através do preenchimento de questionários, com o objetivo de identificar a situação referente a estrutura para atendimento integral em saúde, na região do Alto Vale, a exemplo do que está acontecendo em todo o Estado de Santa Catarina. Foi realizada uma exposição do passo a passo para o preenchimento dos formulários, no site da Secretaria de Estado da Saúde e esclarecidas as duvidas. Por fim ficou acordado que cada secretário municipal de saúde imprimirá os formulários, preencherá, juntamente com sua equipe, ficando marcada para o dia 14 de novembro às 13:30 horas nova reunião, na sede da AMAVI, em Rio do Sul, para esclarecimentos de dúvidas que tenham surgido durante o preenchimento dos formulários, e correções que se julgarem necessárias. Foi ressaltado que o referido diagnóstico é muito importante uma vez que Santa Catarina assinará o Contrato Organizativo para Ações Públicas, conforme prevê o decreto 7.508/11 em 2014. Por fim Adalberto orientou que seja incluída na pauta de reuniões dos Conselhos Municipais de Saúde a homologação das metas dos indicadores COAP para que seja igualmente homologadas na próxima reunião da CIR. Lembrou que Rio do Campo é o único município que ainda não realizou sua pactuação. Colocou que a pontuação do PMAQ sairá dia 19/12/12. Que o cadastramento para ampliação e reforma irá até o dia 30 de novembro e tem alguns municípios que ainda não fizeram o cadastro. Item 5. Foi convidado o Senhor Sigreied Hildebrand para fazer parte da mesa. A senhora Ieda secretaria de Presidente Getulio colocou a situação que ocorreu com um paciente com trauma de ortopedia vindo do hospital de Ibirama e a médica não quis atendê-lo porque a referencia não é no regional, ocorrendo a mesma situação com pacientes de Atalanta e Lontras, principalmente quando está no PS a Dra. Fernanda, só atendendo os pacientes depois de muitas conversas. O senhor Hildebrand colocou que o atendimento deveria ser feito no hospital Waldemiro Collaute de Ibirama pelo médico de sobre aviso o Dr. Sergio, mas não aconteceu porque não

PROPOSIÇÕES PGIRS

tem condições de atender (isto dito pelo médico), vindo para o regional acarretando sempre um acúmulo de pacientes no PS, e tendo o regional que resolver a situação. Colocou que se não tem condições de atendimento naquele hospital deveria ir até a promotoria para apresentar a real situação ou dar a vaga a outro profissional. Também colocou a preocupação e solicitou colaboração de todos os secretários para ajudar a diminuir a fila de pacientes que está ocorrendo todos os dias no PS do regional e até o final do ano, porque não teremos estruturas para atender a todos. Como sugestão ficou acordado que todos devam colocar os médicos das suas unidades de saúde para atender os seus pacientes nos municípios ou nos municípios sedes das regionais. Usou a palavra o senhor Adelar Tolfo que sugeriu a CIR rever a regionalização da saúde para algumas especialidades como Residência, Pediatria e Ginecologia no hospital regional. O Coordenador Darci sugeriu que na próxima reunião seja escolhido e indicado os novos representantes da CIR no COSEMS, na vaga que será deixada por Fabio Kammer e José Carlos de Farias. Lembrou do encontro do COSEMS na cidade de Caçador nos dias 06 e 07/12 e solicitou a presença de todos. Nada mais havendo a tratar o Coordenador da Comissão Darci agradeceu a presença de todos, marcou a próxima reunião para o dia 13/12/12, às 16:00 horas em local a ser confirmado e encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata.

Darci Bonatto
Coordenador.

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXVI – Fotos da Reunião Setorial 06 – Setor Serviços de Saúde - Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXVII – Lista de Presença da Reunião Setorial 06 – Setor Serviços de Saúde - Alto Vale

Reunião ordinária da Comissão Intergestores Regionais de Saúde do
Alto Vale do Itajaí

Data: 08 de novembro de 2012 das 13:30hs às 17:30

Local: Auditório da Amavi

Nome	Cargo/Função	Município
DARCI BONATTO	SMS	Laurentino
Benito Brand.	SMS	Laurentino
RAGUEL NIEHUES	A. COSEMS	SACATE
ADALBERTO J.F. SILVEIRA	GERENSA - Rio do Sul	Rio do Sul
PAULINO ESSER	SMS	SACATE
Imilio Bazzani	S.D.P.	TAIO
Vanderleia S. Ferraz	S.D.R	ITuporanga
Amathia Norberto	SECRET. Saúde	TAIO
Rosana B. Brandaucci	SMS	Bomaz de Tumbador
Elizabeth D. Nunes	Secret. Saúde	Capitão Leônidas
Cláudia Cilam de Moraes	Eq. Administrativo	Minim Doca
Alzerio Volunzer dos Sa.	Secretaria Saúde	Santa Terezinha
José Bernardi de Chaves	Secretaria de Saúde	Presidente Getúlio
Wagner de Khandek Kup	Gerente Administrativo	Presidente Getúlio
Peter Krochow	Secretaria	Ta. Central
FABIO KAMMEN	Secretaria	Vitor Meireles
Orlando José Costa	SECRETARIO	WITMARSUM
Carrio Maciel	Sec. Saúde	Atop. Lagoado
Angela A. Loureiro	Sec. Saúde	Dona Emma
Adelar José Galfo	Assessoria	Itirama
Deida Bracemir	Sec. Saúde	Minim Doca
Graciela Pade	Sec. Saúde	Atalanda
DIEGO THUERBOLD	Ass. Legislativo	Gm. M. P.R.
Jamira de Lacerda	Sec. Saúde	Pauzeo Poldado

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXVIII – Ata da Reunião Setorial 07 – Setor de Industrial (SINFIATEC – Sindicato das Industrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí)

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR DE INDUSTRIAL (SINFIATEC) DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos quatorze dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se no Auditório do SINFIATEC (Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Vale do Itajaí) os responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a secretária executiva do SINFIATEC e técnicos do SEBRAE/SC (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor industrial. Às 14hrs00min, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida, a secretária executiva o SINFIATEC decidiu, após consenso de todos os presentes, agendarem uma nova reunião com a presença de toda a diretoria do SINFIATEC e os empresários vinculados a este sindicato, para o dia 22 (vinte dois) de Novembro do presente ano, às 10hrs00min, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor industrial. Após o agendamento da próxima reunião, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 15hrs00min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

RIO DO SUL, 14 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitaria e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXX – Ata da Reunião Setorial 08 – Setor de Assistência Social do Alto Vale

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos quatorze dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), os técnicos da Amavi responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos e representantes do setor de assistência social da região do Alto Vale do Itajaí. Para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor. Às 09hrs00min, o engenheiro sanitário e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentou de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. O Assessor ambiental da Amavi Wilando Sérgio Kurth comentou sobre a inserção dos catadores de lixo no processo de elaboração do Plano. Apresentou os decretos, leis e normas relacionadas ao processo como um todo. Assim como os marcos regulatórios e as propostas do plano nacional. Foram ainda apresentadas as propostas de tecnologias que melhor se adequam a região do Alto Vale do Itajaí. Foi apresentado ainda o funcionamento do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIM-AMAVI. Assim, com as discussões das propostas foi sugerida a inserção dos catadores no debate das propostas. Para tanto foi elaborado um calendário de reuniões, sendo que foram definidos quatro pólos para as reuniões: Rio do Sul, Taió, Ibirama, Ituporanga. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 10hrs50min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitário e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Fotos do evento.

PROPOSIÇÕES PGIRS

RIO DO SUL, 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXI – Fotos da Reunião Setorial 08 – Setor de Assistência Social do Alto Vale



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXII – Lista de Presença da Reunião Setorial 08 – Setor de Assistência Social do Alto Vale



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 14 – Novembro – 2012

Horário: 09:00h

Local: Anexo I, AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MUKARD	engenheiros	AMAVI	Rio do Sul
Adelmir Silveira	Ass. Social	Pref	B. Teubaldo
Bianca Veiga	Ass. social	Prefeitura	Rio do Sul
Veneriana Bardo de Souza	Assistente Social	Prefeitura Municipal - CRAS	Rio do Sul
Noemio Schuch	Assistente social	Prefeitura CRAS-1	Rio do Sul
Mononides Hoffmann Horatelli	Assistente social	Prefeitura Itaporanga	Itaporanga
Vanessa B. S. Peruzzolo	Assistente social	Prefeitura / CRAS	Agrolândia
Nalú Martins Picoli	Assistente Social	Prefeitura - CRAS	Lontras
Eite May	Assistente social	Prefeitura - CRAS	Jose Boiteux
Dennis G. Dolejal	Assistente Social	Itamará	Rio do Sul
Gustavo L. Wlooff	ARQUITETO	AMAVI	Rio do Sul
Maíra Moratzen	Assistente Social	Prefeitura	Rio do Sul
Talita Deane Corr	Assistente Social	CRAS	Laurentino
Schyla Jaiana Porto	Assistente Social	Secretaria de A.S	Laurentino
WILMADO KURTH	ASSESSOR	AMAVI	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cee: BR160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 02.762.469/001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXIII – Ata da Reunião Setorial 09 – Setor de Industrial (SINFIATEC – Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí)



(47) 3521.0129
executiva@sinfiatec.com.br
Alameda Bela Aliança, 06, Centro
Rio do Sul - SC - 89.160-000

Relatório reunião de Trabalho Projeto Nova Economia Catarinense

Data: 22/11/2012

Auditório: Sinfiatec

REUNIÃO AMAVI RESÍDUOS SÓLIDOS

Ordem do Dia:

Item	Assunto		
01	Apresentação Proposta do Setor Industrial ref. a resíduos sólidos		
02	Palavra Livre:		
	Relato:		
01	<p>Sr. Gabriel inicia fazendo a apresentação das propostas elaboradas junto ao setor industrial no dia 25/10, Sr Vilando faz esclarecimentos ref a importância do setor se organizar e participar para definição dos prazos e adequações. Sr Peron fala sobre os questionários encaminhado as empresas, Gabriel coloca que foram poucos que responderam. Será encaminhado a cada empresa o modelo de plano de resíduos. Maria fala também sobre a importância do cadastro de usuário da água. Iniciando os trabalhos será discutido item por item e fazer suas devidas alterações:</p> <p style="text-align: center;">RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS – RSI</p> <table><tr><td>DIRETRIZ - Eliminação completa dos resíduos industriais destinados de maneira inadequada no meio ambiente.</td><td>ESTRATÉGIAS 1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS); OK 2. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade; OK</td></tr></table>	DIRETRIZ - Eliminação completa dos resíduos industriais destinados de maneira inadequada no meio ambiente.	ESTRATÉGIAS 1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS); OK 2. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade; OK
DIRETRIZ - Eliminação completa dos resíduos industriais destinados de maneira inadequada no meio ambiente.	ESTRATÉGIAS 1. Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para todas as atividades geradoras de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2014 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS); OK 2. Criar cadastro de resíduos descartados pelas atividades geradoras de resíduos sólidos (recicláveis e não recicláveis) passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei 12.305 da PNRS) possibilitando o controle e monitoramento desta atividade; OK		

PROPOSIÇÕES PGIRS



SINFIATEC

Associação das Indústrias de Fiação, Tecelagem,
Confecção e do Vestuário do Rio Grande do Sul

(47) 3521.0129
executiva@sinfiatec.com.br
Alameda Bela Aliança, 06, Centro
Rio do Sul - SC - 89.160-000

	<p>3. Fiscalizar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2016.</p> <p>4. Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das atividades passíveis de licenciamento ambiental ou autorização e cadastramento ambiental na região a partir de 2017, à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;</p> <p>5. Incentivar e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva;</p> <p>6. Incentivar a instalação voluntária de PEV's (postos de entrega voluntária) para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva;</p> <p>7. Sensibilização ambiental dos colaboradores.</p> <p>8. Fomentar a criação de Associação/Entidade/Cooperativa com objetivo no gerenciamento do manejo dos resíduos das empresas de fiação, tecelagem, e confecção e vestuário.</p> <p>9. No processo de fiscalização, a notificação inicial seja orientativa.</p>
02	<p>Palavra Livre: Luciane fala sobre o Projeto Sebrae que já está iniciando um trabalho referente a questão resíduos, onde será elaborado m projeto que contemple estas situações que venha a reduzir os custos das empresas de forma coletiva. Maria fala de criarmos um grupo, comissão para tratar deste assunto de início com a finalidade de orientar as empresas. Será verificado junto a outros sindicatos quais trabalhos estão sendo feitos referente a situação resíduos. Gabriel convida a todos para a Audiência Pública que acontecerá dia 11/12 no auditório do IFC em Rio do Sul.</p>
	<p>Participantes: Dulmar, AMAVI, Senai, Bioma Recicle, Fan Prust, Usamais, Confidencial Extra, Q. Malhas, Monnari, Brenda Confecções, Rafree, Star Luck, Jeito Urbano, Folini Textil, Rovitex, Incofios, Papa Tuti, Nativa Soluções Ambientais, Rio Coletas, Sinfiatec.</p>


PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXIV – Fotos da Reunião Setorial 09 – Setor de Industrial (SINFIATEC – Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confeção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí)



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXV – Lista de Presença da Reunião Setorial 09 – Setor de Industrial (SINFIATEC – Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confeção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí)

 SINFIATEC <small>Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Confeção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí</small>		Lista de Presença: Reunião AMAVI Resíduos Sólidos	
Data: 22/11/2012		Local: SINFIATEC	
		Horário: 10h	
Empresa	Participante	Cargo	email
1 Parrell	Wilson Soverbi	coordenador	eco@amavi.org.br
2 Dulma	Vito	S -	dulma@dulma.com.br
3 Senai	Alfredo Longo	Instituto Técnico	afped@amao.org.br
4 GAMA CORSA	Sergio Luiz Gausi	DIRETOR	GAMA@GAMA-CORSA.COM.BR
5 Biotec Neuch	Mauricio Naldet	Socia	maurimaldet@biotech.com.br
6 FAN PUNST	Ademir Bober		ademir@fanpunst.com.br
7 USPHAIS	Helário R. Stei	PROPRIETÁRIO	helario@usphais.com.br
8 CONFRAZIBIL ESTAO	CHARLES TORRES	Diretor	charles@confrazibil.com.br
9 CA MACIAS	Adriano do Prado	Socio Administrador	ca@ca.com.br
10 MONTEBRANCO	FERNANDO BRIDI	Operação MACIAS	fernando@montebranco.com.br
11 JAPER P. TONON	AKIPY Bruno de Sena	Presidente e Proprietario	tonon@japer.com.br
12 RAFFEE VOLKME	JOSÉ WILSON	ADM	rafee@rafee.com.br

PROPOSIÇÕES PGIRS

Empresa	Nome	Cargo	E-mail
13	Star Lucht	Walter	Walter
14	HEITO URBANO	DIRETOR	HEITO
15	Polimi Têxtil	Dir. Adm.	Polimi
16	ROARKEX	Propriet	ROARKEX
17	FENOFIBROS	TIPOGRAFIA	fenofibros
18	Novitex	Novitex	Novitex
20	PAPATIUTI	Gerente	CATIA @ PAPATIUTI.COM.BR
23	Notiva Soluções Ambientais - Mangá Prens	Socia	notivaambiental@yahoo.com.br
24	Notiva Soluções Ambientais - Pique Buchberg	Secretaria	" "
25	Sinfiatex	Executiva	executiva@sinfiatex.com.br
26	AMPVI	Engenheiro	fabril@ampvi.org.br
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXVI – Ata da Reunião Setorial 10 - Assembléia Geral UCAVI (União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí)



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI - www.ucavi.org.br
Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC, CEP 89.160-000
Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 – 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UCAVI

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2012 (dois mil e doze), reuniram-se os vereadores associados à União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, assim como Servidores e Contadores de Câmaras, em Assembleia Geral Ordinária, tendo como local a Câmara Municipal de Santa Terezinha, tudo conforme convocação devidamente remetida aos vereadores associados, com a seguinte ordem do dia: 1º) Abertura da Assembleia; 2º) Palestra sobre "Regras para o final de mandato frente a LRF- (Lei de Responsabilidade Fiscal) "; com os palestrantes Sr. Fábio Lunelli e Sr. Nilson Werter; 3º) Apresentação do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, com o engenheiro sanitário da AMAVI Gabriel Soldatelli Murara e o ecólogo Wilando Sérgio Kurth; 4º) Apresentação e deliberação de moções; 5º) Palavra Livre e 6º) Encerramento e almoço. Às 9h (nove horas) foi determinado pelo Sr. Presidente Aristides Valentini, a verificação do quorum, após a constatação na inexistência do quorum previsto no Estatuto o Sr. Presidente solicitou que fosse aguardado o horário para a segunda convocação. Às 9h30min (nove e trinta), em segunda convocação, o Sr. Presidente declarou aberta a Assembléia Geral Ordinária, passando o protocolo a compor a mesa, que ficou assim constituída: Sr. Aristides Valentini presidente da UCAVI; Sr. Joel Flor, tesoureiro, Sr. Alcir Seferino, presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha; Sr. Genir Antonio Junckes, prefeito de Santa Terezinha, Sra. Valquíria Schwarz, vereadora eleita de Santa Terezinha e neste ato representando o Deputado Jean Kuhlmann e Sr. Erone Renino Schurt, vice-presidente da UCAVI. Na sequência, o Sr. Presidente Aristides Valentini promoveu a abertura da Assembleia Geral e desejou boas vindas a todos os vereadores e vereadoras, assim como todos os presentes. Após, o protocolo solicitou que em posição de respeito fosse ouvido o Hino Nacional Brasileiro. Ato contínuo o protocolo passou a palavra aos integrantes da mesa para suas saudações. Na sequência o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da assembleia anterior e não havendo quaisquer reparos, a ata foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Presidente anunciou a palestra sobre "Regras para o final de mandato frente a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o palestrante Sr. Nilson Werter. Durante cerca de uma hora o palestrante falou e orientou os vereadores sobre as principais regras e recomendações para o final de mandato frente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ato contínuo o cerimonial passou a palavra aos técnicos da AMAVI, engenheiro sanitário Gabriel Soldatelli Murara e o ecólogo Wilando Sérgio Kurth que durante cerca de quarenta minutos fizeram uma explanação sobre o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, que está sendo elaborado através do consórcio multifinalitário, o CIM-AMAVI. Em seguida o presidente colocou em pauta a apresentação das Moções, sendo que não foi apresentada nenhuma moção. No item assuntos a tratar, o presidente repassou alguns recados sobre o Congresso Estadual de Vereadores, que acontece nos dias 5, 6 e 7 de dezembro em Florianópolis, sobre a reunião do Conselho Consultivo que será no dia 12 de dezembro na AMAVI e anunciou também a realização da última assembleia do ano, com eleição da nova diretoria, que será em Atalanta no dia 15 de dezembro. Ato contínuo o presidente abriu espaço para a palavra livre.

PROPOSIÇÕES PGIRS



*União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI - www.ucavi.org.br
Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br*

Inicialmente fez uso da palavra o tesoureiro da UCAVI, vereador Joel Flor, que agradeceu a presença de todos e falou da importância da participação dos vereadores no Congresso Estadual de Vereadores, uma vez que será realizada eleição da diretoria da UVESC. Em seguida fez uso da palavra a vereadora eleita de Santa Terezinha, Valquíria Shwarz, que falou do desafio de pela primeira vez assumir uma vaga no legislativo municipal, o que considera uma oportunidade e por isso agradeceu a confiança de todos e a presença dos vereadores em Santa Terezinha. Ato contínuo o Sr. Presidente fez a entrega de uma placa aos vereadores do município de Dona Emma, delegação com o maior número de participantes na assembleia. O Sr. Presidente também encaminhou a entrega de uma placa à Câmara de Vereadores de Santa Terezinha, câmara anfitriã da assembleia. Assim, sem mais nada a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia, determinando a mim, Marcionei Rengel, secretário executivo, que assine a presente ata, a qual segue pelo Sr. Presidente e pelo tesoureiro assinada.

Sr. Aristides Valentini
Presidente da UCAVI

Sr. Joel Flor
Tesoureiro da UCAVI


PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXVII – Fotos da Reunião Setorial 10 – Assembléia Geral UCAVI (União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí)



PROPOSIÇÕES PGIRS

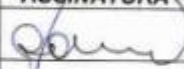


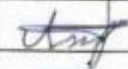
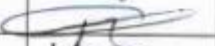












ANEXO XXXVIII – Lista de Presença da Reunião Setorial 10 – Assembléia Geral UCAVI (União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí)



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO
DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI**
 Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA
 TEREZINHA/SC início 09:00 horas.

FOLHA 1 DE 8

NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
01- Genesio Tanson	Rio do Campo	Conselheiro	
02- Seno Funke	"	Vereador	
03- Marcos Simão Ayua	"	"	
04- Zolésio Kulkamp	"	Vereador	SK
05- Pamela Suelen Padilha	"	Assente Lequldao	
06- Altamir Odajny	Santa Terezinha	vereador	
07- MANOEL MARCELO	Vitor Antonio	VEREADOR	
08- Valnei Raduiga	Agromonica	Vereador	
09- Erenice Wessler	Agromonico	Servidora	
10- Pamela S Padilha	Rio do Campo	Servidora	
11- HUGO ROBERTO Tschumi	Agromonica	Servidor	
12- Genesio Rucinski	DONA EMMA	VEREADOR	
13- Everson Borges	Dona Emma	Vereador	
14- Jaime Aterizzi	Miriam Dore	Servidor	
15- Vols. Nelson	Miriam Dore	VEREADOR	
16- Joakim C. Pereira	Santa Terezinha	Vereador ^{EBIt}	
17- Nilton da Silva	SA Terezinha	vereador	
18- Alcira Zeforino	STA TEREZINHA	VEREADOR	
19- Nelson Zepi	STA Terezinha	Vereador	
20- NIVALDO HAURELHUK	SANTA TEREZINHA	VEREADOR	

1

PROPOSIÇÕES PGIRS



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO
 DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI**
 Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA
 TEREZINHA/SC início 09:00 horas.

FOLHA 2 DE 8

NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
21 - Genise Antonio Jundke	Santa Terezinha	Prefeito	[Assinatura]
22 - Valdeir Mergarden	M. Jose	Vereador	[Assinatura]
23 - Davina Balda	S. Central	Senadora	[Assinatura]
24 - Edineia Peropin	S. Central	Vereadora	[Assinatura]
25 - Joel Flor	Abrognica	Vereador	[Assinatura]
26 - Taciso Robson	Atalanta	Vereador	[Assinatura]
27 - Otoni Costa	Atalanta	Vereador	[Assinatura]
28 - Tanasco Hillger	Atalanta	Vereador	[Assinatura]
29 - Horacio José Tomazetti	Atalanta	Vereador	[Assinatura]
30 - Edson Kury	Charlota	Vereador	[Assinatura]
31 - Celso Roberto	P. Getulio	Vereador	[Assinatura]
32 - Wilson Blum	S. Terezinha	Vereador	[Assinatura]
33 - Adilson E. De Fregues	Petrolândia	Vereador	[Assinatura]
34 - Luis S. Weber	Petrolândia	Vereador	[Assinatura]
35 - Luciane M. Paulilha	Petrolândia	Vereador	[Assinatura]
36 - Leopoldo Cláudio	Petrolândia	Vereador	[Assinatura]
37 - [Assinatura]	Bruspa	Vereador	[Assinatura]
38 - Marilda Duarte	Dona Emma	Vereadora	[Assinatura]
39 - Valdeir Enoch	Dona Emma	Vereador	[Assinatura]
40 - [Assinatura]	S. Central	Vereador	[Assinatura]

PROPOSIÇÕES PGIRS



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO
 DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI**
 Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA
 TEREZINHA /SC início 09:00 horas.

FOLHA 3 DE 8

NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
41 - <i>[Handwritten Name]</i>	<i>A Talata</i>		<i>[Signature]</i>
42 - <i>Juanes Kuhn</i>	VIDAL RAMOS	VEREADOR	<i>[Signature]</i>
43 - <i>José Antônio Soares</i>	<i>[Handwritten Municipality]</i>		<i>[Signature]</i>
44 - <i>Silvia da Silva</i>	<i>[Handwritten Municipality]</i>	<i>[Handwritten Function]</i>	<i>[Signature]</i>
45 - <i>Jean Carlos Rizzini</i>	DONA EMMA	Servidora	<i>[Signature]</i>
46 - <i>Rodrigo G. [Handwritten]</i>	St. Teresinha	Campeão	<i>[Signature]</i>
47 - <i>Marcia O. dos Santos</i>	Petrolândia	Servidora	<i>[Signature]</i>
48 - <i>[Handwritten Name]</i>	DONA EMMA	Servidora	8.
49 - <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Municipality]</i>		
50 - <i>Milo Galpaga</i>	LEOPOLDO	DONA EMMA	<i>[Signature]</i>
51 - <i>Valmar Trupia</i>	Dona Emma	Vereador	<i>[Signature]</i>
52 - <i>Me. K. Willmann</i>	Petrolândia	Servidora	<i>[Signature]</i>
53 - <i>Artur Ari Costa</i>	Petrolândia	vereador	<i>[Signature]</i>
54 - <i>MARCELO MARCELO</i>	DONA EMMA	VEREADOR	<i>[Signature]</i>
55 - <i>Maria Blazina Mattice</i>	Taió	Vereadora	<i>[Signature]</i>
56 - <i>ARISTIDES G. VALENTIM</i>	TARÓ	Vereador	<i>[Signature]</i>
57 - <i>[Handwritten Name]</i>	Taió	Servidor	<i>[Signature]</i>
58 - <i>Maria Z. Stungari</i>	Taió	Vereadora	<i>[Signature]</i>
59 - <i>[Handwritten Name]</i>	Taió	Servidora	<i>[Signature]</i>
60 - <i>José Luiz Bonin</i>	Taió	Vereador	<i>[Signature]</i>

PROPOSIÇÕES PGIRS



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI
 Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA TEREZINHA /SC início 09:00 horas.

FOLHA 4 DE 8

NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
61- Vivian Fach	Itaio	Dirigente	[Assinatura]
62- VALMOR ZANGHELINI	Itaio	Vereador	[Assinatura]
63- ARMO XAVIER	Itaio	Vereador	[Assinatura]
64- LEOPOLDO BHOVKOVSK.	Santa Terezinha	Vereador	[Assinatura]
65- Vanderlei de Souza	Laurentino	Vereador	[Assinatura]
66- Luis Pucheta	Itaio	Vereador	[Assinatura]
67- Marilita pp B. Silva	Itaio	Servidora	[Assinatura]
68- Naldemar Franz	Itaio	Vereador	[Assinatura]
69- CLEBER SCHVINDEN	Itaio	Vereador	[Assinatura]
70- José Roberto	Itaio	Vereador	[Assinatura]
71- Laudo Grandilo Schlegel	Itaio	Vereador	[Assinatura]
72- Altair de Silva	Itaio	Vereador	[Assinatura]
73- Enaide Benzendona	Itaio	Vereador	[Assinatura]
74- Gilson B. de Silva	Itaio	Vereador	[Assinatura]
75- Domiana R. Guesser	Itaio	Vereador	[Assinatura]
76- Telicia B. Alves	Itaio	Vereador	[Assinatura]
77- Paulo Vermeiren	Itaio	Vereador	[Assinatura]
78- NILTON JOSÉ PINTO	Itaio	Servidor	[Assinatura]
79- DAIANE W. LOPES	Itaio	Contadora	[Assinatura]
80- Fábio Luis R. Silva	Itaio	Servidor	[Assinatura]

PROPOSIÇÕES PGIRS



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA TEREZINHA /SC início 09:00 horas.

FOLHA 5 DE 8

	NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
81 -	Alfênia Michels	Luzerna	Vereadora	[Assinatura]
82 -	Quirino A. Bani	Audala	Vereador	[Assinatura]
83 -	Valquíria Bentzenbach	Witmarsum	Vereadora	[Assinatura]
84 -	Anna Furlan	Witmarsum	Vereadora	[Assinatura]
85 -	[Assinatura]	Witmarsum	Vereador	[Assinatura]
86 -	Odeir José Lima	Salta	Vereador	[Assinatura]
87 -	Altemir P. Machado	Braco Trombado	Vereador	[Assinatura]
88 -	Elton Back / Oziris	Ibirama	Servidor	[Assinatura]
89 -	[Assinatura]	Aurora	Vereador	[Assinatura]
90 -	Fabiano Simão	AURORA	Vereador	[Assinatura]
91 -	[Assinatura]	//	//	[Assinatura]
92 -	Juana J. Vieira	Aquidauã	Vereadora	[Assinatura]
93 -	Elaine Prahnow	Aquidauã	Vereadora	[Assinatura]
94 -	Tania Michels	Rio do Oeste	Vereadora	[Assinatura]
95 -	Aurelio Folicinski	Rio do Oeste	Vereador	[Assinatura]
96 -	Silvio J. de Silva	Rio do Oeste	Vereador	[Assinatura]
97 -	Wagner Schaberg	SANTAREM	Vereador	[Assinatura]
98 -	[Assinatura]	Ituporanga	Vereador	[Assinatura]
99 -	[Assinatura]	Ituporanga	Vereador	[Assinatura]
100 -	[Assinatura]	Ibirama	Vereador	[Assinatura]

PROPOSIÇÕES PGIRS



União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI ucavi.org.br
 Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras - Rio do Sul - SC. CEP 89.160-000
 Fone/Fax (0xx47) 3521-1930 - 3521-4092 e-mail secretaria@ucavi.org.br

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO
 DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI**
 Data: 24/11/2012 - Local: Auditório da Câmara Municipal - SANTA
 TEREZINHA /SC início 09:00 horas.

FOLHA 6 DE 8

NOME	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ASSINATURA
101 - <i>Waldemar Schaefer</i>	<i>IBIRAMA</i>	<i>VEREADOR</i>	<i>[Signature]</i>
102 -			
103 -			
104 -			
105 -			
106 -			
107 -			
108 -			
109 -			
110 -			
111 -			
112 -			
113 -			
114 -			
115 -			
116 -			
117 -			
118 -			
119 -			
120 -			

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XXXIX – Ata da Reunião Setorial 11 – Setor de Assistência Social SDR Taió

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DO SDR DE TAIÓ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos vinte sete dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se no Auditório da Secretario de Desenvolvimento Regional de Taió os responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos municipais e os catadores de materiais recicláveis, conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor de coleta seletiva informal. Às 14hrs00 mim, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Logo após o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara coordenou a discussão em torno das estratégias. Foram estabelecidas as estratégias que seguem: 1) Fomentar a criação de novas cooperativas e associações e regularização das existentes; 2) Fomentar ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 16hrs00min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Registro fotográfico do evento.

RIO DO SUL, 27 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitaria e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XL – Fotos da Reunião Setorial 11 – Setor de Assistência Social SDR Taió



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLI – Lista de Presença da Reunião Setorial 11 – Setor de Assistência Social SDR Taió



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 27 – Novembro – 2012

Horário: 14:00h

Local: SDR - Taió

Nome	Cargo	Entidade	Município
Neoni Stoff	Autônomo	(Prefeitura) Autônomo	Salete
Aldo Odeberg	Secretário Obras	PREFEITURA	Salete
Josão Maria de Jesus	Autônomo	Autônomo	Salete
Uelton de Jesus	reservista geral	Prefeitura	Dolote
Amilson Lima Reis	Autônomo	Prefeitura	Salete
Alvin Leites	Autônomo	Autônomo	Salete
GABRIEL S. MURRA	maquino	AMAVI	Rio do Sul
WILAM DO KURTH	assessor	AMAVI / CIM	Rio do Sul
Denise G. Doljal	Assistente Social	Amavi	Rio do Sul

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLII – Ata da Reunião Setorial 12 – Setor de Assistência Social SDR Ibirama

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DO SDR DE IBIRAMA PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos vinte oito dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se no Auditório da Secretario de Desenvolvimento Regional de Ibirama os responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos municipais e os catadores de materiais recicláveis, conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor de coleta seletiva informal. Às 14hrs00 mim, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Logo após o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara coordenou a discussão em torno das estratégias. Foram estabelecidas as estratégias que seguem: 1) Fomentar a criação de novas cooperativas e associações e regularização das existentes; 2) Fomentar ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 15hrs30min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Registro fotografico do evento.

RIO DO SUL, 27 DE NOVEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitaria e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLIII – Fotos da Reunião Setorial 12 – Setor de Assistência Social SDR Ibirama



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLIV – Lista de Presença da Reunião Setorial 12 – Setor de Assistência Social SDR Ibirama



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 28 – Novembro – 2012

Horário: 14:00h

Local: SDR - Ibirama

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MURARO	engenheiro	AMAVI	Rio do Sul
Demise G. Olejal	Assistente Social	Ibirama	Rio do Sul.
Moslon Egio Binon	Tec. AGRICOLA / GESTOR AMBIENTAL	PROF. PRES. NEREU	PRES. NEREU
Antonio Souto		CATADOR E FUNCIONARIO PROF	PRES. NEREU
WILSON KUPCH	Assessor	AMAVI	Ibirama

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cere. 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLV – Ata da Reunião Setorial 13 – Setor de Assistência Social SDR Ituporanga

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DO SDR DE ITUPORANGA PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos vinte nove dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se no Auditório da Secretario de Desenvolvimento Regional de Ituporanga os responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos municipais e os catadores de materiais recicláveis, conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor de coleta seletiva informal. Às 14hrs00 mim, o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Logo após o engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara coordenou a discussão em torno das estratégias. Foram estabelecidas as estratégias que seguem: 1) Fomentar a criação de novas cooperativas e associações e regularização das existentes; 2) Fomentar ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 15hrs45min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Registro fotográfico do evento.

RIO DO SUL, 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitaria e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLVI – Fotos da Reunião Setorial 13 – Setor de Assistência Social SDR Ituporanga



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLVII – Lista de Presença da Reunião Setorial 13 – Setor de Assistência Social SDR Ituporanga



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 29 – Novembro – 2012

Horário: 14:00h

Local: SDR - Ituporanga

Nome	Cargo	Entidade	Município
Enio Schmidt		Representando comunidade	Ituporanga
Antonio Marciano		O Zinazia	Ituporanga
Ronildo do Sul		Autônomo	Ituporanga
José Antônio Drey		Autônomo	Ituporanga
Gabriela Belling de Carvalho	Psicóloga CRAS	CRAS	Ituporanga
Denise G. Deljal	Assistente Social	Amazari	Rio do Sul
Roberto F. F. F. F.		Autônomo	Ituporanga
Dionísio Alberto	Secretaria de Agricultura		Ituporanga
Jaqueline Kuster	Sr. Traximo e Maria Ambr.	Prefeitura Itapiranga	Itapiranga

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 02.762.489/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLVIII – Ata da Reunião Setorial 14 – Setor de Assistência Social SDR Rio do Sul

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DE RIO DO SUL PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS. CIM-AMAVI.

Aos trinta dias do mês de Novembro do ano corrente, reuniram-se no Auditório da AMAVI (Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí) os responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, técnicos municipais, assistentes sociais municipais e os catadores de materiais recicláveis, conforme lista de presença em anexo, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí, para o setor de coleta seletiva informal. Às 09hrs00 min, o engenheiro sanitário e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do Plano. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Logo após o engenheiro sanitário e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara coordenou a discussão em torno das estratégias. Foram estabelecidas as estratégias que seguem: 1) Fomentar a criação de novas cooperativas e associações e regularização das existentes; 2) Fomentar ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações; 3) Prestação de assessoria técnica permanente. 4) Fomentar a criação de estruturas físicas. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 10hrs45min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitário e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Registro fotográfico do evento.

RIO DO SUL, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitário e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO XLIX – Fotos da Reunião Setorial 14 – Setor de Assistência Social SDR Rio do Sul



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO L – Lista de Presença da Reunião Setorial 14 – Setor de Assistência Social SDR Rio do Sul

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MURARO	engenheiro	AMAVI	Rio do Sul
Françisco de Sales			
Valmor R. P. de Souza	colaborador		
Eduarda da Silva Madeira			
Forzi de R. Bittencourt			Agronomia
Isabelinha Pereira			Rio do Sul
Glúscio S. Prust	Colaborador		Rio do Sul
Vanilda Summaiva	Psicóloga	CRAS Santa Rita	Rio do Sul
Neemias Jenuice	Assistente Social	CRAS Santa Rita / Pipatuna	Rio do Sul
Veneranda Baud de Souza	Assistente Social	CRAS - Progresso	Rio do Sul
Ante Caroline Sobota	Psicóloga	CRAS - Progresso	Rio do Sul
Adriana Pires	Colaborador	AURORA CRAS	AURORA
Neusa T.F. Lehnrich	CRAS Batoragem I	Psicóloga	Rio do Sul
Bianca Veiga	Assistente Social	CRAS Batoragem	Rio do Sul
Patricia da Silva Pomello	Psicóloga	CRAS - Santa Clara	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4342 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cx. 88150-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 30 – Novembro – 2012

Horário: 14:00h

Local: Anexo I - AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
KARINA MENDES	ASSISTENTE SOCIAL	CRAS SANTA CLARA	RIO DO SUL
SILVIONVES MARTINS			
Paulo Nunes			
Israel R. Bittencourt			Agronomia
Leopoldo Pereira			Rio do Sul
Osvaldo Galbraich			
Marlene Monteleone	Assistente Social	Prefeitura	Rio do Oeste
Adelino Delaxiosa	Assistente Social	Prefeitura	Rio do Oeste
Ademir Peres	catador		Rio do Oeste
Cláudio Felício			Jaraguá
Luciana Rosa		CRAS	Agronomia
Mirtes Schulp		CRAS	Agronomia
Marcelo Augusto Ribeiro			Witmarques
Barbara Kuster	Vereadora Suplente		Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Caxi: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ: 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor de Assistência Social

Data: 30 – Novembro – 2012

Horário: 14:00h

Local: Anexo I - AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
Angélica ...	Coordenadora		RIO DO SUL
Isabela ...	Assist. Social	Pref. Mun. de P. Redondo	Pouso Alegre
Elaine ...	Conselho Municipal	Caritas Diocesana	Rio do Sul
Marcel ...	Coordenador	Caritas	Santa Rosa
Valéria ...			Rio do Sul
Estimada ...			Rio do Sul
Sergio ...			Rio do Sul
Felipe ...	Engenheiro Ambiental		Rio Negro
Denise ...	Assistente Social	Amara	Rio do Sul
Willian ...	Assessor	Amara VI	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LI - Ata da Reunião Setorial 15 – Setor de Assistência Social



Agronômica - Agrônômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Itanema - Itupuaçu
Itupuaçu - José Botelho - Laurentino - Lurdes - Meim Doca - Pedrolândia - Povoado Redondo - Presidente Getúlio -
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Sarelle - Santa Teresinha - Taci -
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Wilmarjun

ATA Nº 004/2012

1
2 **ATA DA QUARTA REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DO COLEGIADO REGIONAL DE**
3 **ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO**
4 **ITAJAÍ - AMAVI.** Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e
5 doze, às oito horas e trinta minutos, no Auditório da AMAVI, realizou-se a quarta
6 reunião para a formação do Colegiado Regional de Assistência Social da AMAVI.
7 Estavam presentes dez pessoas conforme a lista de presença. Como primeiro
8 assunto, teve-se a presença do Engenheiro Sanitarista da AMAVI, que fez uma
9 breve explanação das propostas do Plano de Resíduos, onde aborda a coleta de
10 materiais recicláveis ou reutilizáveis pelos/as catadores/as individuais, que com o
11 Plano estes/as precisarão se organizar em Associações ou Cooperativas. Falou
12 também que para este processo, o elo de ligação com os/as catadores/as seria as
13 Assistentes Sociais dos municípios, onde realizariam as orientações, o repasse de
14 informações e o cadastramento dos/as mesmos/as. A preocupação das Assistentes
15 Sociais foi a questão de que não têm todo o conhecimento desta área e nem
16 poderiam assumir esse trabalho sozinhas, onde foi informado que elas não
17 trabalhariam isoladas, mas que fariam parte da equipe: pessoas da contabilidade; da
18 administração, do setor jurídico, do meio ambiente e outro que achar necessário. Por
19 fim, Gabriel reforçou o convite, já feito através do e-mail aos municípios, para a
20 Audiência Pública que acontecerá dia onze de dezembro deste ano, no auditório do
21 Instituto Federal Catarinense – IFC, campus urbano, a partir das quatorze horas.
22 Como segundo assunto, passou-se para a continuação da leitura do modelo do
23 Regimento Interno, para fazer as adaptações do mesmo a este Colegiado. Como
24 terceiro assunto, que seria quanto aos representantes de cada município, as
25 presentes decidiram em deixar para o início do ano que vem, quando o Colegiado já
26 estiver oficializado, até por motivo de mudanças devido o início das novas Gestões
27 municipais. Como assuntos gerais, falou-se na possibilidade de no início do ano
28 que vem, realizar uma Capacitação aos/as Prefeitos/as, Contadores/as,
29 Secretários/as ou Responsáveis pela Administração e Secretários/as de Assistência
30 Social para explanar a respeito da Política Nacional e do Sistema Único de
31 Assistência Social, devido ao início das novas Gestões. Pensou-se para esta
32 proposta de capacitação em ver a possibilidade de trazer a Doutora em Serviço
33 Social Dalila Pedrini. Outro assunto geral, foi a respeito de assuntos para a próxima
34 reunião: 1) achar uma estratégia para ter a presença de todos os municípios; 2) Após
35 termos o nome dos representantes de cada município, fazer um grupo de e-mails
36 para a melhor comunicação; 3) fazer o calendário anual das reuniões deste
37 Colegiado, para em seguida agendar uma fala na Assembleia dos Prefeitos, para
38 apresentar o calendário e falar do objetivo do Colegiado. Por fim, agendou-se a
39 próxima reunião para o dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze (28/02/13).
40 Sem mais a tratar, agradeceu-se a participação de todas e encerrou-se a presente
41 ata que vai assinada por mim, Denise Garcia Dolejal, Assistente Social da AMAVI e
42 por todas as presentes, conforme consta em lista de presença anexa.

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LII – Lista de Presença da Reunião Setorial 15 – Setor de Assistência Social



Agronóia - Agronômica - Atarés - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuiz
Ituporanga - José Botelho - Laurentino - Luntras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Sairé - Santa Terezinha - Taó
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Reunião s/ Formação do Colegiado de Assistência Social

Data: 7 - dezembro - 2012

Horário: 9h

Local: AMAVI

Nome	Cargo / Função	Município
Thaís Míri Rahm	Psicóloga	T. Central
Ammanda Bianca R. Balci	Assistente Social	Vidal Ramos
Maria Alice da Rosa	Psicóloga	Vidal Ramos
Mônica Moratelli	Assistente Social	Rio do Oeste
Cláudia R. Ferraz	Assistente Social	Ituporanga
Idemara J. Volobini	Ass Social	Pres. Nereu
Tatiana Carla Peliner	Analista em Serviço Social	MP. Rio do Sul
Edizete Righe	Ass Social	Trombudo Central
GABRIEL S. MURARA	Engenheiro-AMAVI	Rio do Sul
Daniela G. Dolejal	Assistente Social	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - E-mail: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/84 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LIII - Ata da Reunião Setorial 16 – Setor Comercial e Logística Reversa Obrigatória

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM REPRESENTANTES DO SETOR COMERCIAL E DA LOGÍSTICA REVERSA OBRIGATÓRIA DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS DO CIM-AMAVI.

Aos sete dias do mês de novembro do ano corrente, reuniram-se na sala de reuniões da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), os técnicos da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e representantes do setor do setor comercial e do setor da logística reversa obrigatória da região do Alto Vale do Itajaí, para discutirem as diretrizes e estratégias do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da região do Alto Vale do Itajaí. Às 14hrs00min, o engenheiro sanitário e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara, fez a abertura da reunião. Apresentou de forma resumida o andamento dos trabalhos no que tange a elaboração do Plano, evidenciou a importância da participação de todos os setores da sociedade durante todo o processo de construção do mesmo. Fez ainda algumas observações gerais sobre o tema da reunião. Em seguida apresentaram de forma resumida os dados que foram levantados pela equipe que elabora o Plano. Assim foram discutidas e estabelecidas as estratégias que seguem: Para o setor comercial: 1- Sensibilização ambiental dos colaboradores; 2- Implantação de Coleta Seletiva dentro dos estabelecimentos comerciais; 3-Incentivar e promover parcerias entre empresas e prefeituras inserindo-as nos programas municipais existentes de coleta seletiva; 4- Exigir a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na região até 2016 (conforme o Art. 20 da Lei da 12.305/2010 e conteúdo conforme art. 21 da Lei da 12.305/2010), para os considerados grandes geradores (vide Resolução CONSEMA, para pequenos, médios e grandes geradores); 5- Criar cadastro/sistema de informação para as empresas que estiverem sujeitas a elaboração do PGRS. 6- Condicionar a emissão do Alvará de Funcionamento das empresas à apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a partir de 2016; 7- Incentivar a instalação voluntária de PEV's para recebimento dos resíduos recicláveis secos em todos os estabelecimentos geradores, destinando-os as cooperativas de catadores ou coleta seletiva; Para o setor de logística reversa obrigatória: 1- Implantar Central regional de recebimento, triagem e armazenamento temporário, para a posterior coleta dos responsáveis; 2- Manter os atuais Pontos de Entrega Voluntária – PEVs (o de recebimento de resíduos eletrônicos em Rio do Sul e o de recebimento de pneus em Trombudo Central); 3- Criar novos Pontos de Entrega Voluntária – PEVs, para devolução e acumulação temporária de resíduos com logística reversa; 4- Promover a integração dos catadores de materiais recicláveis aos sistemas de logística reversa; 5-

PROPOSIÇÕES PGIRS

Fomentar/Incentivar a instalação de empresas desmontadoras e que realizem a descontaminação deste tipo de material; 6-Implantar campanhas educativas e informativas sobre a correta destinação dos resíduos com logística reversa; 7-Melhoria da fiscalização ambiental na questão do manejo, armazenamento, coleta e destinação final dos resíduos. 8- Parceria com os sindicatos das indústrias eletroeletrônica; 9- Criar parcerias com comerciantes e fabricantes dos resíduos especiais. Após discutidas as estratégias, e feitos os agradecimentos, o coordenador dos trabalhos Gabriel Soldatelli Murara, encerrou a presente reunião às 10hrs50min. Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitaria e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

1-Lista de presença dos participantes do evento;

2-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 07 DE DEZEMBRO DE 2.012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LIV – Fotos da Reunião Setorial 16 – Setor Comercial e Logística Reversa Obrigatória



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LV – Lista de Presença da Reunião Setorial 16 – Setor Comercial e Logística Reversa Obrigatória



Oficina do PGIRS para Proposição de Cenários Futuros – Setor Comercial
 Data: 07 – Dezembro – 2012 Horário: 14:00h Local: Anexo I - AMAVI

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MURORA	engenheiro	AMAVI	Rio do Sul
Wilson de Souza	Assessor	AMAVI	Rio do Sul
Edson H. Szwedka	VICE PRESIDENTE	CDL	Rio do Sul
Raulino V. de M. A.	Presidente CDL	CDL	Rio do Sul
Vilson V. Schmitt	DIRETOR DISTRICTAL	FEDL/SC	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cax: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.488/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LVI - Ata da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGIRS DO CIM-AMAVI.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano corrente, reuniram-se no auditório do Instituto Federal Catarinense, unidade urbana, campus Rio do Sul, os técnicos da Amavi (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), técnicos dos municípios do Alto Vale do Itajaí, agentes de planejamento regional, sindicatos, entidades patronais e comunidade de todo o Alto Vale, conforme lista de presença, para discutirem e validarem o prognóstico do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos). A audiência iniciou às 14h00min (quatorze horas). A abertura do evento foi realizada pelo secretário executivo do CIM-AMAVI, Agostinho Senem, que evidenciou a importância do consórcio e do Plano para a região. Em seguida o secretário executivo da AMAVI, fez a leitura do regulamento da Audiência e explanou sobre a temática da mesma. Em seguida o engenheiro sanitário e ambiental da AMAVI, Gabriel Soldatelli Murara fez uma apresentação dos marcos regulatórios para elaboração do plano, diretrizes, conceitos gerais da legislação referente aos resíduos sólidos em âmbito geral. Ato contínuo apresentou as propostas e metas da região do Alto Vale do Itajaí, para os resíduos sólidos urbanos, resíduos de construção civil, resíduos de limpeza urbana, resíduos industriais, resíduos agrosilvopastoris orgânicos e inorgânicos, resíduos de serviços de saúde, resíduos de mineração, resíduos com logística reversa obrigatória, resíduos volumosos, resíduos dos serviços públicos do saneamento, resíduos de óleos comestíveis, resíduos comerciais e também de educação ambiental. Ato contínuo com as informações elaboradas com os gestores municipais, por entidades patronais, sindicatos, empresas de cada setor e comunidade, tendo como base o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Às 15h00min (quinze horas) após apresentados as propostas, foi aberto o espaço para perguntas e debate, que foram coordenados pelo secretário executivo da AMAVI Agostinho Senem. Fez parte da mesa ainda o engenheiro sanitário e ambiental da AMAVI, Gabriel Soldatelli Murara. Conforme previsto no regulamento da Audiência Pública, as perguntas foram enviadas a mesa, onde foram analisadas e respondidas quando julgadas pertinentes. Seguem as perguntas enviadas à mesa: “1- Sobre os resíduos orgânicos, o plano prevê algum tratamento antes de ir para rio? Qualidade da água, como fica?” Pergunta formulada pelo participante: Pedro Leal da Silva Neto (SINFIATEC). “2- Que ações sócio-educativas já estão sendo planejadas para as escolas?” Pergunta formulada pela participante: Alciris Zalul. “3- Antes da fiscalização tem que passar pela conscientização e está deve passar pela escola e pela imprensa. Nós em 10 (dez) anos deste trabalho de destinação das embalagens de agrotóxicos ainda temos alguns problemas mesmo com 100 (cem) palestras anuais em escolas? Pergunta formulada pelo participante: Célio Maçaneiro

PROPOSIÇÕES PGIRS

(AABRI). “4- Como será garantido o direito dos catadores (que há anos vivem dessa profissão), continuarem com seu ganha pão? Que tipo de apoio serão dado pelo poder público?” Pergunta formulada pelo participante: Irmã Tomelin (CARITAS). “5- Enfatizou-se a questão da fiscalização da manutenção e atendimento ao plano. Como nossa região e nos municípios na sua maioria não mantém fundações de meio ambiente, como serão realizadas tais fiscalizações?” Pergunta formulada pelo participante: Maria Arceno (Nativa Soluções Ambientais). “6- Caçambas coletoras que possuem todos os tipos de entulhos, como será realizado o controle de quem fiscaliza a destinação correta de cada material?” Pergunta formulada pelo participante: Edinei Stofela (CDL). “7- Com relação a conscientização ambiental, deve haver cobrança das prefeituras e das empresas e como fazer estas ações serem realizadas? Pergunta formulada pelo participante: Rodrigo Prés. Todas as manifestações acolhidas e julgadas pertinentes pela mesa, foram respondidas e todas as dúvidas foram esclarecidas. Por fim o coordenador dos trabalhos Agostinho Senem encerrou a Audiência Pública às 15h45min (quinze horas e quarenta e cinco minutos). Ao final, encerra e assina esta ata o coordenador do PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), engenheiro sanitário e ambiental da Amavi Gabriel Soldatelli Murara. São anexos e parte integrante desta ata:

- 1-Lista de presença dos participantes do evento;
- 2-Lista de perguntas e sugestões enviadas à mesa;
- 3-Fotos do evento.

RIO DO SUL, 11 DE NOVEMBRO DE 2012.

Gabriel Soldatelli Murara

Eng. Sanitarista e Ambiental

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LVII – Fotos da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI



PROPOSIÇÕES PGIRS



PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LVIII – Lista de Presença Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI



Audiência Pública PGIRS - Prognóstico

Data: 11 – dezembro – 2012

Horário: 14h

Local: IFC – Unidade Urbana

Nome	Cargo	Entidade	Município
GABRIEL S. MURARO	Engenheiro	AMAVI	Rio do Sul
Wladimir Kueka	Assessor Ambiental	AMAVI	Rio do Sul
FABIANA MEURER	ARQUITETA	AMAVI	RIO DO SUL
GUSTAVO L. WLOCH	Arquiteto	AMAVI	RIO DO SUL
Daniela G. Doljal	Assistente Social	AMAVI	Rio do Sul
Roberto Pires	Prefeito eleito	Prefeitura Rio do Campo	Rio do Campo
Cláudio José Junior	Eng. Florestal	P.M. José Bortoni	José Bortoni
Gláudio G. B. Hoff	Representante da Ucavi	Ucavi	Rio do Sul
Mauciane Pereira	Secretaria Executiva	Sinfiatex	Rio do Sul
Arizânia WIPPER	Assessoria OSEA	P.M. Pôrto Getúlio	P. GETÚLIO
Maria Lucia Sebald	Costureira	P.M. Presidente Getúlio	P. G.
Moernia Pereira	Assistente Social	Pref. Rio do Sul - CRAS	Rio do Sul
Pauline P. Martins	Eng. civil	Pm Pôrto Redondo	Pôrto Redondo
Marcel Verdi	Ger. Soc. Adm.	Prefeitura Pôrto Redondo	Pôrto Redondo
Edson Theodoro	Oficial Administrativo	Prefeitura Vidal Ramos	Vidal Ramos

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-32

PROPOSIÇÕES PGIRS



Audiência Pública PGIRS - Prognóstico

Data: 11 - dezembro - 2012

Horário: 14h

Local: IFC - Unidade Urbana

Nome	Cargo	Entidade	Município
Guilherme Tolmachi	Empreiteiro responsável	Paulista Danúbio	Danúbio
Raulino N. de Silva	Presidente	LDL	Rio do Sul
EDINEI STOFELA	GESTOR	CDL	Rio do Sul
Jan C. Schütz	Sec. Ag. M. Ambiente	P.M. Lontas	Lontas
VALDIR ALVES	Sec. Adm.	PREFEITURA	Imbituba
NERI FERMINO	DIR. PLANEJAMENTO	"	"
DANIEL R. SCHMITT	VEREADOR	CAMARA DE ITUPORANGA	ITUPORANGA
José CESAR DE MEDEIROS	CONTROLE INTERNO	PREFEITURA DE LAURENTINO	LAURENTINO
Carmela Paimm	Advogada CDH	Portarias Sociais CARITAS	Pedras de Fumaça
ARNOLD NARDELLI	PRESIDENTE	SINDUSCOM/RS	RIO DO SUL
Roberto A. Zimmermann	Gerente	Fragorhos Resúndem SA	Rio do Sul
FABIO DALMARIO	DESENHISTA	P. M. B. T.	BRASÃO DO TRONCO
Valéria Valéria Schmitt	comerciante	FEDL/SC - DISTITAL	Rio do Sul
Alvina Zolul	professora	escola CEPLAS	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio de Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS



Audiência Pública PGIRS - Prognóstico

Data: 11 - dezembro - 2012

Horário: 14h

Local: IFC - Unidade Urbana

Nome	Cargo	Entidade	Município
Juliana Lange dos Santos	Arquiteta	Prefeitura Municipal	Pres. Getúlio
Almir Amado	Representante	Riocoladas	Rio do Sul
MARCELA WILL	OF. ALM.	PIZE. MUNICIP.	URANNO
Rodrigo Alexandre Lomba	Fec. em Segurança do Trabalho	Vedamatom	Rio do Sul
PEDRO LEAL DA SILVA NASC	Presidente	SUPERTEC - Sindicato	Rio do Sul
HUGO LEMBECK	PRÉFETO ELITO	P.M. Taio	FAIS
Andressa Bisquelin	Coordenadora	UNIDAVI	Rio do Sul
Roxolaine de Souza	Químico	ROYAL CICLO	Rio do Sul
CARLOS ALBERTO BORGHIARDI DA	Biólogo	CASAN	Rio do Sul
Abdule Bay Medeiros	PERENTE 13º SM	13ª SDR-HUPORONG	HUPORONG
maria akeouides freitas	Bióloga	Natura anemônia ambiental	Rio do Sul
JAMES RIOS DA SILVA	Coordenador Regional de Segurança	SDR Rio do Sul	Rio do Sul
CELO MACANHO	Gerente ADM	AABRI	AURORA
Graciano Z. Krum	SEC. PLANEJAMENTO	PREFEITURA M. LONTRAS	LONTRAS
RANGEL BARBOSA	Engenheiro Sanitarista	CASAN	Rio do Sul

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
 Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
 Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.468/0001-22

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LIX – Manifestações Escritas da Audiência Pública do Diagnóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI



Audiência Pública Prognóstico PGIRS

Data: 11 de Dezembro de 2012

Local: IFC

Nome: <i>Luana Tomelin</i>	Município: <i>Rio do Sul - Aurora</i>
E-mail:	
Questionamento/sugestão: <i>Como está garantido o direito dos catadores (que há anos vivem dessa profissão) continuarem com seu ganha pão? Que tipo de garantia e apoio serão dados pelo Poder Público</i>	



Audiência Pública Prognóstico PGIRS

Data: 11 de Dezembro de 2012

Local: IFC

Nome: <i>Alciris</i>	Município: <i>Rio do Sul</i>
E-mail: <i>Alciris.3@hotmail.com</i>	
Questionamento/sugestão: <i>Que ações são educativas já estão sendo planejadas para as escolas?</i>	

PROPOSIÇÕES PGIRS



Audiência Pública Prognóstico PGIRS

Data: 11 de Dezembro de 2012

Local: IFC

Nome: CELIA MACANUDO Município: AURORA
E-mail: AABM

Questionamento/sugestão:

ANTES DA FISCALIZAÇÃO TEM QUE PASSAR PELA
CONCENTRIZAÇÃO E ESTA DEVE PASSAR PELA
ESCOLA E PELA IMPRENSA.
NÓS EM 10 ANOS DESTES TRABALHO DE DESTINAÇÃO
DA EMBALAGENS DE AEROTÓXICOS.
AINDA TEMOS ALGUNS PROBLEMAS.
MESMO COM 100 PAUSTAS ANUAIS EM
ESCOLAS.

Maria Arcene. Nativa Soluções
Ambientais - Empresa de arremediação.
* compatizou-se a questão de fiscaliza-
ção da manutenção e atendimento
ao plano. Como nova região e nos
municípios, na sua maioria não mantêm
fundações de Meio Ambiente, como são
realizadas tais fiscalizações?

| www.simmmer.com.br |

PROPOSIÇÕES PGIRS



Audiência Pública Prognóstico PGIRS

Data: 11 de Dezembro de 2012

Local: IFC

Nome: <i>Rodrigo</i>	Município:
E-mail:	
Questionamento/sugestão: <i>Com relação a conscientização ambiental deve haver cobrança das prefeituras ^{prefeituras} e das empresas e como se pretende fazer com estas ações serem realizadas?</i>	

4 CACAMINS COLETORAS
KDINEI-
que possuem todos os tipos de entulhos como será realizado o controle quem fiscaliza a destinação correta de cada material?

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LX – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI

http://www.crea-sc.org.br/criar-art/criar-art.html

http://www.crea-sc.org.br/criar-art/criar-art.html



CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina

Autenticidade

ART N° 4578455-6

A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via
CREA.NET

Contratado
ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL 071197-1 Empresa Executora:
GABRIEL SOLDATELLI MURARA
RUA 4400 90 BALNEARIO CAMBORIU
BARRA SUL 88330-160 SC Fone:
Fone: 473367 5166 Fax: -- CPF:026.256.579-01 Normal Fax:
gmurara@hotmail.com

Contratante
AMRVI-Associação dos Municípios do Alto Vale 82762469000122
Rua XV de Novembro, 737
Laranjeiras RIO DO SUL SC
89160-000 47 35314242

Resumo do Contrato
Elaboração de um Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os 28 (vinte e oito) municípios constituintes da Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Início em: 04/12/2012 Término em: 04/12/2012 Honorários: R\$66,00 Valor Obra/Serviço: R\$1.998,00

Identificação da Obra/Serviço
AMRVI-Associação dos Municípios do Alto Vale 82762469000122
Rua XV de Novembro, 737
Laranjeiras RIO DO SUL SC
89160-000 47 35314242

Assinaturas
RIO DO SUL 04/12/2012 GABRIEL SOLDATELLI MURARA 026.256.579-01
AMRVI-Associação dos Municípios do Alto Vale 82762469000122

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.406/77)

Reservado ao Responsável Técnico

ART: 4578455-6

Participação Técnica Individual
Atividades
Objetos Classificação Quantidade Unidade
02 11 A0490 1,00 05

Entidade de Classe
AERVI

Regularização

Descrição Complementar

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para obter www.crea-sc.org.br
Este documento foi autenticado eletronicamente, estando sujeito a verificações conforme resolução 1825/09 CONFEA e demais legislações aplicáveis.

As assinaturas devem ser a próprio punho, originais e preferencialmente com caneta azul.
Acessibilidade: Declaro a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n. 5.296/2004, as atividades profissionais acima relacionadas.

PROPOSIÇÕES PGIRS

ANEXO LXI – Divulgação da realização da Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI no Jornal Folha do Alto Vale, em 12/12/12.



PNRS. Propostas e metas foram discutidas ontem em audiência pública no auditório do Instituto Federal Catarinense

Amavi apresenta Plano de Saneamento



O engenheiro sanitarista e ambiental da Amavi, Gabriel Soldatelli Murara apresentou propostas e metas do Plano de Saneamento

A Audiência Pública do Prognóstico do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do CIM-AMAVI foi realizada ontem no auditório do Instituto Federal Catarinense (IFC), em Rio do Sul. O engenheiro sanitarista e ambiental da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), Gabriel Soldatelli Murara, apresentou as propostas e metas do plano que deverá ser implantado nos 28 municípios da região já a partir do ano que vem.

Alguns dos pontos contemplados são a segregação de resíduos volumosos, como móveis e eletrodomésticos; pontos de entrega voluntária; criação de unidades de reciclagem para posterior revenda dos materiais reaproveitados; e geração de energia por meio de biometanização de resíduos orgânicos. Todos esses pontos fazem parte das metas baseadas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). As propostas poderão ser revisadas em um período de até quatro anos, sendo que isso pode ser feito a cada ano.

De acordo com Mbirara,

a elaboração das propostas e metas foi um trabalho feito a várias mãos, um trabalho de construção coletiva. "Nos reunimos com todas as entidades envolvidas, sindicatos da construção civil. Acirs, Simmers, secretarias de Saúde, entidades patronais e com os catadores, que nos ajudaram bastante", disse. Todos esses entes citados por ele deverão agir em conjunto para que até 2014 somente os rejeitos que não têm tratamento sejam descartados em aterros sanitários, o restante deverá ter a reciclagem ou reaproveitamento como destinação.

Ainda segundo o engenheiro, somente com o andamento do projeto é que vai ser possível estabelecer quais os pontos mais difíceis de serem tratados. "O andar da carruagem é que vai dizer se haverá possibilidade de revisão do projeto", informou e complementou. "Agora é partir para o concreto, o plano vai virar projeto de lei em todas as câmaras municipais da região", afirmou.

Durante a audiência pública o secretário-executivo

da Amavi, Agostinho Senem, respondeu a perguntas feitas pelos participantes, em uma das respostas ele deixou claro que um dos segmentos que deve se organizar quanto à questão de separação dos resíduos é o da construção civil. "Esse setor terá que se reorganizar, a começar pelos funcionários que deverão separar a lata de lixo de tinta do entulho", exemplificou. Além disso, ele ainda acredita que o trabalho será árduo na questão de redução para que as metas do plano

sejam alcançadas. "Isso vai passar por uma grande revolução, a ideia é reutilizar tudo que for possível, se isso não acontecer agora, lá na frente o custo será muito maior".

Senem ainda colocou que a questão do plano de saneamento diz respeito a cada município, mas que todos deverão agir conforme uma unidade de pensamento. "Vai haver legislações municipais que deverão ser respeitadas, a própria sociedade pode disciplina nessas questões, isso tem um peso muito grande",

observou. Como a sociedade é um ente que engloba diversas camadas sociais e classes trabalhadoras, o secretário-executivo ainda explicou de que forma deve ficar a questão dos catadores. "Eles estão contemplados no plano, não de forma direta, mas através das cooperativas e associações". A ideia segundo ele, é que eles não sejam excluídos do plano, e que sim, ganhem novas opções de trabalho. "O trabalho dos catadores hoje é desumano, queremos ensinar a eles novos caminhos".

A questão do futuro do plano também foi abordada durante os questionamentos e Senem respondeu da seguinte forma. "É um processo demorado, passa pelas crianças, por campanhas de conscientização nas escolas", disse. O objetivo com isso, segundo ele, é mostrar o quanto a separação dos resíduos deve ser uma preocupação cada vez mais presente no cotidiano de toda a sociedade civil. Ele ainda finalizou a explanação com uma breve explicação sobre o reaproveitamento de materiais orgânicos. "Os orgânicos são muito mais nocivos e nós vamos fazer o tratamento final deles. Vamos fazer a biometanização completa para reduzir a massa deles ao máximo, com o intuito de diminuir os riscos de que diferentes resíduos sejam misturados durante esse processo", concluiu.



Representantes dos 28 municípios da região participam da audiência pública sobre o saneamento do IFC.